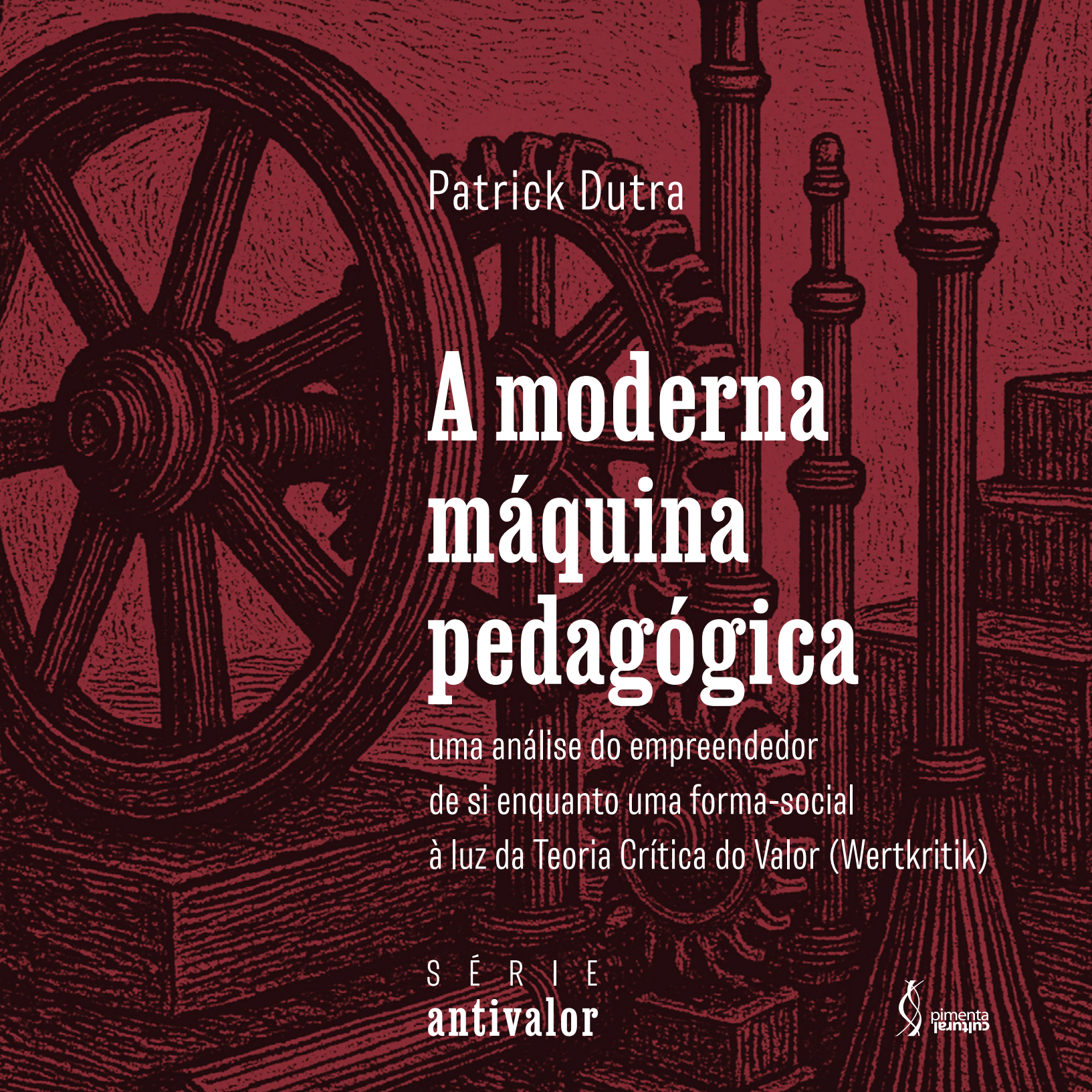




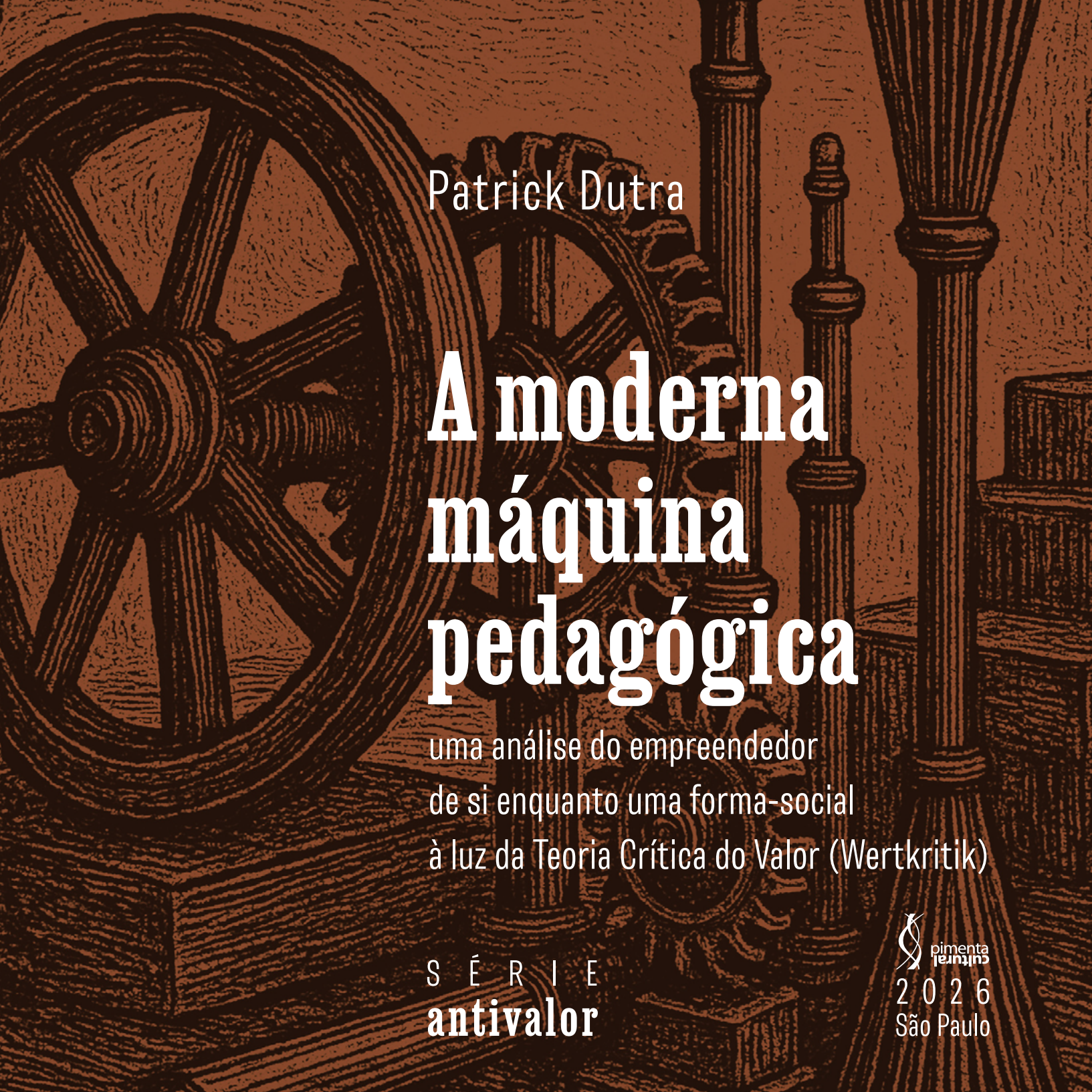
Patrick Dutra

A moderna máquina pedagógica

uma análise do empreendedor
de si enquanto uma forma-social
à luz da Teoria Crítica do Valor (Wertkritik)

S É R I E
antivalor





Patrick Dutra

A moderna máquina pedagógica

uma análise do empreendedor
de si enquanto uma forma-social
à luz da Teoria Crítica do Valor (Wertkritik)

S É R I E
antivalor

 pimenta
teoria
2026
São Paulo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D978m

Dutra, Patrick -

A moderna máquina pedagógica: uma análise do empreendedor de si enquanto uma forma-social à luz da Teoria Crítica do Valor (Wertkritik) / Patrick Dutra. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Série Antivalor. Volume 3

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-597-8

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-597-8

1. Teoria Crítica do Valor (Wertkritik). 2. Racionalidade neoliberal. 3. Educação. 4. Forma sujeito. 5. Modernidade.
I. Dutra, Patrick. II. Título.

CDD 370.1

Índice para catálogo sistemático:

I. Educação

II. Teoria Crítica do Valor (Wertkritik)

Simone Sales - Bibliotecária - CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 o autor.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiária em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	AI Generation - ChatGPT
Tipografias	Acumin, Belarius Sans, Job Clarendon
Revisão	O autor
Autor	Patrick Dutra

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand

Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza

Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah

Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira

Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos

Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues

Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva

Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos

Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elislene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Lista de siglas e abreviaturas 11

Agradecimentos12

CAPÍTULO 1

Introdução14

CAPÍTULO 2

Neoliberalismo:
um modo de ser, pensar e viver..... 32

 Questões próprias da Teoria Neoliberal..... 33

 A virada neoliberal..... 49

 Da concorrência ao empresariamento de si:
 o sujeito da Racionalidade Neoliberal 55

 O processo de formação neoliberal:
 capital humano enquanto expressão
 do sujeito automático do valor..... 66

CAPÍTULO 3

Teoria Crítica Do Valor (Wertkritik):
elementos para uma teoria da crise do sujeito na modernidade83

 Introdução à Teoria Crítica
 do Valor (Wertkritik)..... 84

 As bases lógicas da socialização
 do sujeito automático do valor 91

A necessidade de uma Crítica Radical
enquanto elementos para a supressão
do Sujeito, da Ciência e do Fetichismo em
suas formas de submissão à modernidade..... 104

A necessidade de uma crítica à
Racionalidade Moderna enquanto
horizonte de adaptação e legitimação
à modernidade capitalista..... 111

A forma-social moderna e a abstrata
forma-sujeito do valor 132

O narcisismo e o Paradigma
fetichista-narcisista 136

Amoque e autofagia: a forma sujeito
moderna do valor em sua consequência final 151

CAPÍTULO 4

A educação moderna e a educação escolar:
espaço de socialização pelos princípios do valor 159

A construção dos sujeitos modernos
enquanto elemento de legitimação
da ordem social capitalista moderna 164

A Escola na Sociedade do Gozo:
a Formação do Empreendedor de Si enquanto
resultado do Esclarecimento na Era do Valor 180

Fazer “tábula rasa” da educação?
A necessidade de uma crítica radical as bases
do moderno projeto formativo enquanto elemento
para pensar as formas do educar para além
da sociedade das mercadorias 197

CAPÍTULO 5

Conclusão..... 205

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM - Banco Mundial

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

FORMA - Núcleo de Estudos Sobre Formação

IAS - Instituto Ayrton Senna

IBGE - Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística

OCDE - Organização para a Cooperação e
Desenvolvimento Econômico

OMs - Organismos Multilaterais

UE - União Européia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para
a Educação, Ciência e Cultura

URSS - União das Repúblicas
Socialistas Soviéticas

AGRADECIMENTOS

Existem muitas pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para este trabalho, de modo que não poderei contemplá-los em sua totalidade. Nominalmente, gostaria de deixar registrado nestas páginas iniciais o meu mais sincero agradecimento a algumas pessoas que contribuíram de forma especial para a realização deste trabalho, sem as quais ele não teria assumido os contornos apresentados nas páginas subsequentes. Primeiramente, agradeço à Beatriz, a primeira leitora e crítica deste trabalho, minha principal parceira de discussões.

Agradeço também ao Rafael, mentor das minhas leituras e discussões, em quem encontrei não apenas paciência, gentileza e profundo conhecimento teórico e crítico acerca de nossa realidade social, mas também um grande amigo. Obrigado por ajudar a desenvolver uma concepção de mundo e uma crítica que não só resultaram neste trabalho.

Não posso deixar de mencionar meus agradecimentos às contribuições do André e da Myrian.

Estendo esses agradecimentos aos meus amigos Talia e Cristiano, pessoas de sensibilidade e gentileza únicas, que me auxiliaram na trilha desse caminho teórico tão complexo. Seus esforços e o desejo de promover uma mudança real nas injustiças desta realidade lançaram as bases que inspiraram e orientaram esta pesquisa.

Também agradeço aos meus amigos Beatris, Luiz Gustavo e Sacha, que contribuíram diretamente com revisões, sugestões e dicas teórico-metodológicas, além de proporcionarem momentos verdadeiramente felizes em meio aos desafios da escrita.

Ao Núcleo de Estudos sobre formação, nosso FORMA, pelas discussões e leituras que viabilizaram a existência deste trabalho.

Agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense e ao Professor André, em especialmente aos professores Alex e Ricardo, com quem pude trabalhar e que me ofereceram não apenas as bases teóricas para refletir sobre nossa realidade, mas também importantes conselhos que levo comigo.

Por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, pelo financiamento desta obra e da série da qual este livro faz parte.



1

INTRODUÇÃO

Também, Sísifo, e o modo por que ele, com pena indizível, com as mãos ambas tentava arrastar uma pedra enormíssima. Firma os dois pés no chão duro, com ambas as mãos esforçando-se para levar para cima o penedo; mas quando pensava que já vencera o alto monte, com força outra vez retornava. Dessa maneira, até o plano, rolava o penhasco impudente. Ele de novo a empurrá-lo começa, suor escorrendo-lhe dos membros todos, enquanto a cabeça de poeira se cobre¹.

As fontes históricas são por vezes limitadas e contraditórias para pensarmos e escrevermos sobre a história humana socialmente constituída, o que pode explicar nossas diversas e conflitantes concepções de consciência, assim como seus limites socialmente estabelecidos. Iniciamos essa reflexão a partir do mito que um dia constituiu parte de uma cosmovisão estabelecida pelos grupos humanos, processo de orientação de suas relações sociais a partir de uma concepção da realidade que ao longo deste trabalho serão entendidas enquanto relações fetichistas do contato estabelecido entre os seres humanos e suas concepções de realidade, tais como as que até os dias atuais guiam nossas condutas e moldam a forma do que compreendemos por consciência.

No ensaio *O Mito de Sísifo*, Camus² utiliza a narrativa para discutir a condição humana, principalmente a questão que nos intriga: o fato de que Sísifo toma consciência de sua tragédia:

Os deuses condenaram Sísifo a empurrar incessantemente uma rocha até o alto de uma montanha, de onde tornava a cair por seu próprio peso. Pensaram, com certa razão, que não há castigo mais terrível que o trabalho inútil e sem esperança. [...] vemos todo o esforço de um corpo tenso ao erguer a pedra enorme, empurrá-la e ajudá-la a subir uma ladeira cem vezes recomeçada; vemos o rosto crispado, a bochecha colada contra a pedra, o socorro de um ombro

1 HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 136.

2 CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 137.

que recebe a massa coberta de argila, um pé que a retém, a tensão dos braços, a segurança totalmente humana de duas mãos cheias de terra. Ao final desse prolongado esforço, medido pelo espaço sem céu e pelo tempo sem profundidade, a meta é atingida. Sísifo contempla então a pedra despencando em alguns instantes até esse mundo inferior de onde ele terá que tornar a subi-la até os picos. E volta à planície. [...] Este mito só é trágico porque seu herói é consciente. O que seria a sua pena se a esperança de triunfar o sustentasse a cada passo?

Sobre Sísifo, o trabalhador inútil dos infernos, não sabemos por certo o que o levou a ser castigado de tal maneira pelos deuses, pois as fontes são contraditórias. Em uma das versões, o personagem, já condenado, engana Plutão e consegue retornar para a terra para perpetrar sua vingança contra a desonra de seu corpo, peça que o próprio personagem já havia arquitetado. Mas ao retornar, presenciar e desfrutar o mundo natural ao seu redor, a água, o sol, o mar... não quis retornar “às sombras infernais”, desfrutando por anos desta realidade e levando à cólera dos deuses.

Sísifo é o herói absurdo. Tanto por causa de suas paixões como por seu tormento. Seu desprezo pelos deuses, seu ódio à morte e sua paixão pela vida lhe valeram esse suplício indizível no qual todo o ser se empenha em não terminar coisa alguma. É o preço que se paga pelas paixões desta Terra³.

A condenação de Sísifo reflete o tamanho de seu atrevimento perante os deuses, não apenas de negar o seu destino perante as sombras infernais e ousar deleitar-se da natureza e dos bens que esta provém, mas também por sua consciência demasiada humana, por pensar em sua condição e desprezá-la, por ousar refletir enquanto seu rochedo volta ao sopé da montanha e indagar-se sobre a possibilidade de algum momento de felicidade, mesmo perante seu fardo eterno. É neste momento que Sísifo pode negar os deuses, com seus

castigos de inteira insatisfação, e afirmar ser o 'destino' um assunto humano que deve ser acertado entre os homens.

O ponto mais interessante do mito está, portanto, no instante em que Sísifo alcança o cume e contempla a rocha rolar novamente morro abaixo, pois neste pequeno momento do tormento eterno existe uma pausa que possibilita a reflexão do proletário dos deuses, possibilitando a formação de sua consciência. Mas que consciência seria essa? A consciência de que seu destino lhe pertence, no qual

o homem absurdo manda todos os ídolos se calarem quando contempla seu tormento, [...] regressando para a sua rocha, contempla essa sequência de ações desvinculadas que se tornou seu destino, criado por ele, unido sob o olhar de sua memória e em breve selado por sua morte. Assim, convencido da origem totalmente humana de tudo o que é humano, cego que deseja ver e que sabe que a noite não tem fim, ele está sempre em marcha. A rocha ainda rola.⁴

Para Sísifo, sua alegria e seu tormento fazem parte de um mesmo fardo, contínuo e no qual consiste seu prazer silencioso. Seu destino lhe pertence, pois ele o contempla e dele se faz consciente, mesmo que para amaldiçoá-lo e desprezá-lo. A rocha é sua casa e mesmo cada grão dessa rocha constitui o universo imediato de Sísifo, calando os ídolos e contemplando seu destino.

A questão que se levanta a partir desta moral está em compreender quais são os limites dessa tomada de consciência. De que adianta imaginar Sísifo feliz se ele ainda está preso em seu universo de sombras infernais, condenado a carregar um fardo maldito, que se revela constituído não pelos seus ídolos, mas pela própria natureza humana e que, mesmo sendo humano, continua sendo um fardo: um dispêndio de forças sem sentido. Trocaram-se os ídolos, mas o castigo e sua irracionalidade mantiveram-se em essência.

As consequências de manter a realidade humana fundamentada pela falta de sentido e por uma lógica de sofrimento humano cujo fim é abstrato e irracional perpassam toda a história humana e caracterizam a história das constituições fetichistas da forma sujeito⁵. Sob essa se assentam estratos de constituições fetichistas do passado que moldaram e constituíram a forma própria do sujeito da modernidade.

Como o herói que acaba tendo sua forma moldada e condenada pelo seu meio, a modernidade nos dias atuais se configura pela generalização do fetichismo da mercadoria enquanto uma racionalidade (não apenas enquanto o princípio de alienação dos indivíduos perante o resultado do seu trabalho). Podemos remontar a Benjamin⁶ para compreender que este processo tende a adquirir uma aura de religião.

Assim como no mito apresentado, no qual a profanação do sagrado levou a condenação do herói, o sujeito da racionalidade neoliberal, protagonista da história mais recente do capitalismo em sua fase de crise estrutural, enfrenta o castigo perpetrado pelas novas formas do sofrimento psíquico, característico do mal-estar profundo da contemporaneidade⁷. Esse sujeito em crise é compreendido neste trabalho enquanto o equivalente geral da modernidade, essa que, por sua vez, encontra seus limites, internos e externos manifestados em uma crise no qual o capitalismo consome o mundo através da destruição das bases naturais, devorando a si mesmo por meio das crises econômicas sistêmicas que expulsam o trabalho e pela consequente “desvalorização do valor”⁸.

5 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

6 BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

7 SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; Christian DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

8 KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus**: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. Geografares, Vitória, Brasil, n. 28, p. 55–115, 2019.

Em distintas análises filosóficas e sociológicas da realidade capitalista contemporânea, podemos compreender que a crise sistêmica do capitalismo reflete não apenas o capitalismo enquanto uma religião, mas também a ideia de uma nova forma de 'espírito do capitalismo'⁹, assim como os efeitos da acumulação por despossessão¹⁰. Essas análises apontam, a partir de suas distintas concepções teórica e metodológicas, para uma verdadeira mutação não apenas da realidade humana, social e política, mas, principalmente, para uma mutação antropológica dos sujeitos modernos. Suas existências passam a ser concebidas, organizadas e racionalizadas a partir do princípio da valorização do valor *ad infinitum*, movimento econômico equalizado como "dinheiro gerador de dinheiro (D-D')", ou seja, a valorização do capital como justificativa própria para o investimento dos resultados na geração de mais dinheiro em um movimento sem fim, remetendo aos moinhos infernais, como descrito por Robert Kurz¹¹.

Lidas à luz da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*) e de categorias marxianas — particularmente os processos de valorização do valor e de acumulação histórica — as transformações engendradas pela crise do capital no sistema social manifestam-se na produção de subjetivações sofridas que evidenciam a crise do indivíduo enquanto forma social. Como o capitalismo é um sistema social e antropológico de produção desenvolvido historicamente a partir das crises geradas e da constituição de um "eu ideal"¹² assumindo a forma de um referente ou de uma subjetividade característica da modernidade, compreendemos que, em sua fase contemporânea, o sujeito passa a se constituir como um empreendedor de si moldado pela lógica da competitividade.

9 BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2a ed. 2020.

10 HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

11 KURZ, Robert. **Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais**. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

12 FREUD, Sigmund. (1914). **Sobre o narcisismo: uma introdução**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 83-119.

Podemos retomar as análises marxianas¹³ e refletir sobre o conceito de “sujeito automático do valor”, caracterizado pelo automatismo resultante da corporificação do capital, ilustrado por sua famosa afirmação “Eles não sabem disso, mas o fazem”. Em consequência, somos conduzidos a seguinte problematização: O processo de valorização do valor se enraíza na racionalidade moderna e, consequentemente, na fase de crise estrutural do capitalismo que toma a sua forma neoliberal enquanto uma racionalidade¹⁴, caracterizando o “sujeito automático do valor”.

A crise estrutural do capitalismo corresponde à geração de valor, refletindo sobre as consequências do avanço tecnológico, tanto em relação à expulsão cada vez maior de trabalho dos processos produtivos como a um aumento deles mesmos¹⁵. Isso ajudou a promover uma compensação para o capitalismo, pois barateou os produtos e pôde manter um progresso exponencial na produção de mercadorias, mediante seu crescimento. No entanto, este processo de compensação da perda de valor real encontrou suas barreiras internas - sem falar nas ecológicas - na década de 1970, deparando-se, portanto, nas últimas décadas, com seus limites internos e externos e se refugiando cada vez mais em bolhas especulativas de “dinheiros em valor”¹⁶.

A crise do sistema produtivo caracteriza igualmente uma crise social, levando-nos a ideia de racionalização dos sujeitos sob o signo do valor enquanto um elemento que caracteriza a crise do capitalismo neoliberal. O neoliberalismo pode ser compreendido

13 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 208.

14 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

15 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

16 KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.

como uma forma de sociabilidade marcada pela valorização da economia e do crescimento econômico, promovendo a liberdade econômica individual para empreender¹⁷. Essa liberdade, longe de ser uma condição natural, é produzida e estruturada a partir da generalização da concorrência enquanto uma norma de conduta historicamente constituída por meio de uma “governamentalidade”¹⁸. Essa concepção, do todo social guiado pelo processo econômico-produtivo como forma de ambientação à crise estrutural do capitalismo, passa a corresponder à necessidade de formação de indivíduos não apenas para se inserirem na lógica da competitividade enquanto sujeitos marcados pelo signo da empresa, mas também pela busca incessante da própria competitividade. Dessa forma, o neoliberalismo se manifesta tanto como um modelo econômico quanto como uma forma de existência que molda a identidade dos indivíduos na sociedade contemporânea.

É esse sujeito neoliberal e, consequentemente, o alinhamento da educação em suas formas de transmissão da cultura, de práticas e de instituições voltadas à formação de indivíduos que passam a interiorizar a lógica de um empreendedorismo de si. Buscamos compreender esse processo, tendo em vista como o neoliberalismo passa a ser interiorizado e vivenciado pelos indivíduos submetidos a um referente, uma forma-sujeito contemporânea.

Neste sentido, chegamos “A nova razão do mundo”, um regime jurídico institucional cuja verdadeira racionalidade está caracterizada pela valorização do valor¹⁹. Ele é constituído pela conduta humana individual e, consequentemente, social, a partir da interiorização dos ‘modos de ser’ baseados na lógica da empresa

17 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

18 FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

19 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

cuja norma de conduta é a competição. É isso que estamos compreendendo por neoliberalismo: não apenas uma ideologia, mas uma racionalidade e uma moral socialmente constituídas que se reproduzem em diferentes contextos políticos e sociais, muitas vezes se fortalecendo diante de desafios e demonstrando suas capacidades de adaptação e influência.

Os autores colocam de maneira perceptível a necessidade de adaptação da ordem econômica instável, levando a uma correspondência entre o moderno sistema produtor de mercadorias e a conversão dos modos de vida e das racionalidades. Nesse contexto, cada sujeito passa a interiorizar a ideia de competitividade como norma, justificando e legitimando as grandes desigualdades inerentes a esse sistema.

Compreendemos que a formulação de um *ethos* do sujeito da racionalidade neoliberal, assim como de um sujeito que personifica o 'capital humano', ocorre a partir de um conjunto de práticas que caracterizam um novo modo de governo sobre as pessoas, segundo o princípio universal da concorrência e da valorização de suas posições econômicas. A concepção de formação humana fica subsumida à lógica de uma valorização do seu próprio capital econômico. Dessa forma, é necessário "[...] que se internalize desde cedo a racionalidade econômica como a única possível, a fim de que esse sujeito adquira condições de adentrar no jogo das competitividades"²⁰.

No sentido de tentar compreender o processo de construção desse sujeito da racionalidade neoliberal, este processo de análise é desenvolvido a partir dos pressupostos da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*) e da concepção de uma Crítica Radical às bases do moderno sistema produtor de mercadorias. Ou seja, à racionalidade moderna e ao projeto de legitimação deste contemporâneo sistema

20

SCOTTA, Larissa. O estudante protagonista e responsabilizado do novo ensino médio: uma análise sob as lentes da governamentalidade. *Revista Linguagem, educação e sociedade*. Vol. 26, nº 52, 2022.

por meio da articulação da ciência e do conhecimento estabelecido pelo Esclarecimento. Conforme Kurz²¹,

As condições capitalistas de existência e seus critérios foram internalizados num processo secular, desde o final do século XVIII. Se a pessoa não consegue imaginar outra coisa, tem de se render incondicionalmente às circunstâncias, e desperdiçar a vida tentando lutar pela 'competitividade'. O triunfo do neoliberalismo foi acompanhado por crescente individualização e dessolidarização.

Esta adaptação a uma racionalidade lógica normativa estabelecida enquanto um referente que se constitui sob o signo da empresa e da concorrência caracteriza uma "dominação sem sujeito" que expressa o desenvolvimento do capitalismo avançado²². Isso se dá sob uma forma de dominação na qual não há propriamente um sujeito consciente, senhor de suas próprias ações e desejos, mas sim, um sistema impessoal que exerce controle sobre os indivíduos e a sociedade como um todo, onde os

[...] conceitos mais recentes de administração operam de uma maneira totalmente consciente com tais formas de tratamento igualitárias. [...] O essencial não está no aceite de que os indivíduos fazem uso uns dos outros com vistas aos seus fins individuais, senão que no fato de que, ao parecerem que assim o fazem, terminam por executar em si próprios uma finalidade totalmente diferente, supraindividual e privada de sujeito: o automovimento (valorização) do dinheiro.²³

A concepção da modernidade em sua totalidade, tal como do constructo antropológico dela mesma - o empreendedor de si -, são compreendidas nesta análise a partir das bases teórico-críticas

21 KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014, p. 6.

22 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

23 Ibid., p. 226-227.

orientadas pelos pressupostos da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*). Ou seja, compreendemos a sociedade como determinada pelo valor em seu processo de valorização e pelo princípio da constituição social fetichista enquanto norma de conduta social, atrelada à modernidade e às formas de subjetividades, conhecimentos e racionalidades.

Pensamos a educação e os processos formativos dentro desse contexto a partir de um duplo movimento. Primeiramente, buscamos compreender como o neoliberalismo se expressa, analisando as reestruturações do campo da educação formal na área da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como dos documentos curriculares e dos conjuntos legais que fundamentaram as reformas educacionais brasileiras mais recentes em relação às suas diretrizes e bases, com foco na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse movimento parte de pesquisas já realizadas na área, ou seja, de dados secundários, verificando como estas mudanças se configuram na realidade educacional brasileira. Em um segundo movimento analítico, procuramos compreender o desenvolvimento histórico de uma noção de formação escolar, visando entender a constituição dessa forma e o resultado deste processo formativo, cujo resultado pressupõe uma formação geral que acompanha e condiciona, parcialmente, o processo de subjetivação dos indivíduos desde a modernidade até o contexto atual²⁴. Sobre a concepção de formação escolar, compreendemos a necessidade de uma crítica radical à sua forma e aos seus conteúdos tensionando a concepção de formação no sentido de uma adaptação.

Portanto, o problema que motiva essa obra é compreender como se dá o processo formativo referente a constituição do sujeito da modernidade – descrito e analisado como empreendedor de si – a partir dos fundamentos conceituais da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*)? Neste sentido, buscamos ao longo desta obra, por meio

de seus respectivos capítulos: identificar a concepção de formação inerente ao sujeito neoliberal enquanto um equivalente geral da racionalidade moderna; compreender os fundamentos da Teoria Crítica do Valor e a concepção da forma-sujeito inerente ao moderno sistema patriarcal produtor de mercadorias; compreender a concepção de formação historicamente resultante da modernidade; e analisar a forma sujeito da racionalidade neoliberal e seus processos formativos a partir dos fundamentos da Teoria Crítica do Valor.

A *Wertkritik* propõe, essencialmente, a articulação dos escritos de um Marx “esotérico”, baseando-se na teoria do duplo Marx²⁵. Nesse sentido, o grupo elenca algumas de suas principais categorias e destaca o núcleo fundamental de suas ideias, compreendendo que certos conceitos são hoje centrais para a análise da realidade e da fase histórica em que o capitalismo se encontra. Enfatiza, especialmente, o conceito de fetichismo da mercadoria e as relações de contradição que ele estabelece, em detrimento de outras concepções que caracterizam uma leitura voltada à fase de modernização do sistema capitalista.

Destacamos, portanto, que a Teoria Crítica do Valor oferece fundamentos teóricos e analíticos essenciais para uma compreensão crítica da educação e das políticas formativas. Isto é, dos aspectos que essa assume desde a modernidade, intensificada e sobreposta por outras camadas no contexto do capitalismo neoliberal, sem que sua forma seja rompida. A *Wertkritik*, nesse sentido, contribui para este trabalho ao fornecer instrumentos analíticos que permitem problematizar a educação (área de concentração e objeto desta pesquisa) em sua forma social contemporânea.

Partimos de uma abordagem qualitativa de natureza básica, visando desenvolver uma análise da forma sujeito e de seus processos históricos de formação articulados a práticas educacionais

constituídas ao longo do desenvolvimento da modernidade, instituindo seu equivalente geral.

Por seu caráter bibliográfico e eminentemente teórico, a análise dos dados e de documentos da área da educação articulados neste trabalho, não configuram uma análise documental, pois tratam-se de dados secundários obtidos a partir de estudos anteriores (identificadas ao longo do texto) voltadas ao campo do ensino e de noções acerca do neoliberalismo.

Em sua bibliografia, o livro se fundamenta em uma revisão que explora a categoria do neoliberalismo, tomando como base, principalmente, os escritos de Dardot e Laval²⁶. Esses autores se apoiam no princípio da “governamentalidade” para definir a relação entre as práticas de dominação, resultantes de uma determinada racionalidade, e a constituição de um sujeito moldado pelo duplo signo da racionalidade empresarial e da competitividade como norma de conduta. Essa configuração caracteriza a personificação do capital em sua busca incessante pela “valorização do valor” - nos termos marxianos, operando constantemente sob a forma categórica do *homo economicus*²⁷,

[...] o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta

26 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

27 Conforme destaca Foucault (2008), o *homo economicus* é o constructo e o elemento celular da racionalidade neoliberal, na medida em que aceita o meio social e econômico agindo dentro do espaço proporcionado por esse meio, com base no signo da racionalidade e na conduta econômica, constituindo-se enquanto um sujeito governável, tal governamentalidade que age e o controla reconfigurando-o a partir do jogo das liberdades e da competição.

econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade.²⁸

Compreendemos que a leitura, de um sujeito movido pela lógica da racionalidade neoliberal enquanto uma forma de racionalização econômica da realidade, converge para um mesmo objeto o qual atravessa as análises desenvolvidas a partir da Teoria Crítica do Valor, especialmente através das interpretações de Robert Kurz, Roswitha Scholz e Anselm Jappe. Em síntese, reforçamos a compreensão da construção histórica de um sujeito que perpassa a obra de Dardot e Laval e que será compreendida segundo os escritos da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*).

Nesse sentido, a submissão das individualidades a uma forma-sujeito inerente ao modelo social moderno, caracterizada principalmente pelo automovimento do valor em seu processo de valorização, se articula ao desenvolvimento dos diversos artefatos históricos e culturais e a relação desses com as múltiplas práticas educativas, reforçando uma sociabilidade mediada por processos históricos inconscientes.

Uma leitura nesses termos significa compreender a necessidade de questionar as próprias noções desenvolvidas sobre a modernidade e a racionalidade que estabelece sua sustentação teórico-epistemológica:

Se a crise do capital mundial não é um fenômeno conjuntural, mas um novo fim de uma época de grau superior, então há mais em jogo do que empregos e renda monetária.

Os limites do moderno sistema produtor de mercadorias são também os limites da sua razão, que deve ser historicizada. Não há uma razão trans-histórica que tivesse vindo a si no capitalismo. Cada formação histórica constitui a sua específica forma de razão, que mais não é do que uma sintetização da percepção do mundo e da relação com o mundo, com base no respectivo modo de reprodução. A razão do Iluminismo, da qual vive o pensamento moderno e a partir da qual surgiu o moderno sistema científico, constituiu (com precursores no protestantismo e na filosofia do início da modernidade) aquela grelha básica da reflexão e da acção no mundo, que corresponde, tanto ontologicamente como também epistemológica e eticamente, ao contexto formal do imperativo de valorização capitalista. Essa razão sintetizadora, como 'dinheiro do espírito', ficou histórica e desesperadamente fora de prazo, não podendo mais controlar as suas próprias produções.²⁹

Neste sentido, podemos complementar essa introdução,

A crítica do valor é uma crítica do mundo, mas uma crítica que não permite que se acusem de todos os males do mundo «as multinacionais» ou «os economistas neoliberais», continuando-se ao mesmo tempo a viver a própria existência pessoal no seio das categorias do dinheiro e do trabalho, sem ter a ousadia de as pôr em causa por receio de se perder a aparência de «razoabilidade».³⁰

Precisamos destacar que a aproximação entre os teóricos articulados neste trabalho requer a aplicação dos devidos procedimentos teórico-metodológicos. Compreendemos que os escritos de Dardot e Laval³¹ apresentam uma análise da construção do sujeito neoliberal fundamentada em elementos marxianos muito próximos àqueles desenvolvidos pela Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*).

29 KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus**: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. Geografares, Vitória, Brasil, n. 28, p. 55-115, 2019.

30 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

31 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Entretanto, esses autores incorporam noções foucaultianas voltadas à concepção de “governamentalidade”, as quais operam na formação de uma racionalidade instrumental como estratégia de poder. Essa abordagem, contudo, não inclui em suas análises os elementos críticos que problematizam os fundamentos da racionalidade do valor e da razão instrumental moderna ou, em outras palavras, o próprio projeto do esclarecimento articulado ao capitalismo enquanto base para uma dominação impessoal.

Consequentemente, a crítica não consegue transcender o próprio fetichismo que aponta, mantendo-se enraizada na racionalidade moderna esclarecida. A partir disso, compreendemos a necessidade de tensionar os limites estabelecidos pela racionalidade moderna por meio de um aprofundamento da crítica, buscando fundamentos na Teoria Crítica do Valor que possibilitem a superação dos contornos dessa racionalidade que permitam repensar a modernidade enquanto o próprio sujeito da dominação - o sujeito automático do valor.

Os desafios de realizar esta pesquisa, em grande medida, estão relacionados aos poucos trabalhos existentes na área sobre o tema da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*). Nesse sentido, destacamos a importância do Núcleo de Estudos sobre Formação (FORMA) para este trabalho.

Este livro é composto por três capítulos: o primeiro capítulo busca compreender o conceito de neoliberalismo, tomando como referência os textos de Pierre Dardot e Christian Laval. Esses autores descrevem um contexto marcado pela lógica de acumulação de capital abstrato em um processo impessoal, no qual os indivíduos são socialmente incentivados a adotar racionalidades econômicas fundamentadas na liberdade de empreender e competir. Em vista disso, a análise se volta para o elemento central desta concepção de realidade: o sujeito da racionalidade neoliberal. Exploramos, então, as formas de subjetivação que sustentam esse constructo antropológico, pautadas

no *ethos* empresarial da gestão, na racionalização financeira e na conduta voltada à concorrência. Esse processo configura um modelo de formação humana em que o indivíduo ideal se define como um empreendedor de si mesmo, atuando como uma personificação do capital e inserido em uma dinâmica de constante autotransformação.

O segundo capítulo aprofunda uma leitura da contemporaneidade a partir da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*), apontando os principais elementos que compõem tal construto teórico e investigando como foi desenvolvida por seus teóricos centrais – Robert Kurz, Roswitha Scholz, Anselm Jappe e Moishe Postone – com o objetivo de articular esses elementos e demonstrar sua potencialidade para uma teoria da crise do sujeito na modernidade. Demonstramos, na sequência, com base nos elementos mobilizados na *Wertkritik*, como o sujeito resultante do processo de subjetivação perpetrado pela modernidade em consequência da crise do moderno sistema produtor de mercadorias está submetido a forma de um “sujeito automático do valor”. Nesta análise, demonstramos como o processo de constituição de um sujeito passa por um “assujeitamento” das individualidades a uma forma-sujeito inerente à forma-social moderna (o que nunca ocorre sem resistências e sem meios de sofrimento), legitimada por um projeto de esclarecimento. Finalizamos o capítulo apontando as mudanças que o neoliberalismo (resultado de uma crise estrutural do capitalismo) provoca nas subjetividades e nos processos de assujeitamentos modernos, constituindo uma mutação antropológica na concepção de um referente social de adequação das individualidades.

O terceiro e último capítulo analisa o sujeito da racionalidade neoliberal a partir dos elementos da Teoria Crítica do valor (*Wertkritik*), demonstrando como a formulação de um “sujeito automático do valor” perpassa as conjunturas teóricas analisadas e resulta em um processo educacional formativo que visa a adaptação dos indivíduos a forma-social estabelecida pelo valor, na mesma medida em

que procura legitimar essa forma-social mediante à imposição da forma-sujeito moderna.

Para compreender esse processo formativo, realizamos uma análise do projeto do esclarecimento, demonstrando sua sobreposição ao processo de escolarização moderna em sua forma institucionalizada. Na sequência, investigamos como o neoliberalismo estabelece processos formativos voltados à constituição de uma racionalidade neoliberal inerente à adaptação e à interiorização dos signos do valor e do consumo, dentro de uma mesma lógica moderna esclarecida, que perpassou e legitimou a consolidação das formas sociais modernas. Partimos das pesquisas de Steinmetz³² e Jeremias³³ para destacar a ausência de uma crítica radical à educação em sua forma moderna, enfatizando a necessidade de compreender tal constructo em sua negatividade, a fim de apontar as possibilidades que a própria educação pode proporcionar para compreendermos nossa própria inconsciência sobre a realidade que estamos construindo.

32 STEINMETZ, Cristiano José. **Formação autofágica e crítica radical**. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2021.

33 JEREMIAS, Talia. **Imanência e Transcendência: Duas Leituras de Marx e suas implicações para a teoria da educação**. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2024.



2

NEOLIBERALISMO:
UM MODO DE SER, PENSAR E VIVER

Neste capítulo, propomos partir de um olhar histórico e desenvolver uma gênese do neoliberalismo para, na sequência, apontar tanto a formação de um sujeito da racionalidade neoliberal, um *homo economicus*, como a inserção deste no campo da educação, na qual a aprendizagem aparece como uma tarefa constante para o sujeito contemporâneo. Ensinado a investir constantemente, acaba incorporando esses investimentos como acréscimos de capitais que possibilitam uma renda cada vez maior, levando a emergência de um *homo discentis*, o que caracteriza um *sujeito plástico*.

QUESTÕES PRÓPRIAS DA TEORIA NEOLIBERAL

Uma importante obra para começarmos a pensar o neoliberalismo pode ser encontrada em Foucault, que desenvolveu suas análises em torno do liberalismo e do neoliberalismo em seus cursos: *segurança, território, população*, lecionado no Collège de France (1977-1978). Porém, suas noções apenas foram aprofundadas no curso posterior, intitulado *O Nascimento da Biopolítica*, ministrado na mesma instituição, entre 1978 e 1979, e publicado postumamente, entre os anos de 2003 e 2004.

Foi a partir dessa publicação que, na primeira década do século XXI, Pierre Dardot e Christian Laval, professores pesquisadores da Universidade Paris Nanterre, encontraram nos cursos de Foucault, uma definição sobre o neoliberalismo que os ajudou a explicar o porquê e como o mundo da economia se impôs tanto sobre a formação das subjetividades e das individualidades - a formação das racionalidades - e também sobre a formação da sociabilidade, sendo estes dois elementos extremamente

imbricados. A compreensão dessa forma de dominação não pode ser construída sem uma análise que elabora uma percepção do próprio capitalismo.

O neoliberalismo pode ser compreendido com base em seus elementos próprios, e não mais como um retorno ao liberalismo clássico de Adam Smith³⁴ e David Ricardo³⁵. Tal premissa nos leva a questionar o significado do neoliberalismo e a sua generalização no pensamento político-econômico do século XX, com a análise de teóricos que passaram a defender políticas ultraliberais como Friedman³⁶ e Hayek³⁷, assim como a novidade estabelecida desde a década de 1980, tanto pelas crises econômicas e financeiras que o mundo presenciava, quanto pelas formas de lidar com essas crises. O que chamou nossa atenção foram principalmente às semelhanças das políticas de austeridade de importantes nomes da política de

34 SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre suas naturezas e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

35 RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Donnelley Cochrane Gráfica e Editora Brasil Ltda, 1996.

36 FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher**: um depoimento pessoal. Tradução de Lígia Filgueiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

37 HAYEK, Frederich August. **O caminho para a servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221 p. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Morais Ribeiro.

distintos países, como as praticadas por Deng Xiaoping³⁸, Margaret Thatcher³⁹ e Ronald Reagan⁴⁰.

Seguimos as análises dos professores de Naterré, em *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, as quais

- 38 Segundo Vogel (2011, tradução nossa), Deng Xiaoping (1904–1997) foi um estadista chinês que liderou a República Popular da China após a morte de Mao Zedong, sendo o principal arquiteto das reformas econômicas iniciadas no final da década de 1970. Membro veterano do Partido Comunista Chinês (PCC), Deng rompeu com o maoísmo ortodoxo ao promover políticas de modernização econômica conhecidas como "Reformas e Abertura" que introduziram elementos de economia de mercado dentro de um regime político autoritário. Seu pensamento é sistematizado na doutrina do "socialismo com características chinesas", e seu legado inclui a transformação da China em uma das maiores economias do mundo, mantendo o controle político pelo Partido Comunista Chines.
- 39 Segundo Kurz (1999b, p. 478), Margaret Thatcher (1925–2013) foi uma das figuras mais marcantes da política britânica do século XX. Primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra do Reino Unido, liderou o país entre 1979 e 1990, sendo considerada como uma figura emblemática da implementação prática do neoliberalismo radical na segunda metade do século XX. Ela manteve uma postura de desmonte e enfrentamento contra os sindicatos, argumentando que o seu poder amplifica o desemprego e, justificando, assim, medidas de repressão e limitação de sua influência em prol de uma redução gradual de salários e benefícios. Chegando ao governo, instaurou uma política de desregulamentação do mercado de trabalho e da força de trabalho, eliminando considerações morais ou históricas sobre o salário e promovendo a precarização. Essa orientação visava deslocar o controle social do Estado para interesses privados, fortalecendo a lógica do livre mercado e diminuindo a intervenção estatal em defesa do trabalho e do bem-estar social. Além disso, Kurz associa Thatcher ao paradigmático movimento neoliberal da Mont Pèlerin Society, aproveitando a crise inflacionária e o descontentamento social para impulsionar um liberalismo radicalizado e transformar o capitalismo político, priorizando o mercado em detrimento das garantias sociais tradicionais.
- 40 Kurz (1999b) escreve que Ronald Reagan (1911–2004) foi um ator e político norte-americano que atuou como o 40.º Presidente dos Estados Unidos, de 1981 a 1989, constituindo-se como uma figura central na implantação da revolução neoliberal nos Estados Unidos, destacando sua virada abrupta do paradigma keynesiano para o liberalismo radical. Símbolo de mudança ideológica, Reagan teria sido impulsionado por grupos como a Mont Pèlerin Society e pelas condições econômicas adversas (inflação descontrolada e desemprego em massa) que escapavam aos modelos keynesianos tradicionais. Emergindo de um contexto de crise, passou a ver o Estado de bem-estar social como obstáculo ao livre-mercado, substituindo-o por políticas de mercado livre como solução universal. Sua administração promoveu o neoliberalismo através da redução do Estado social, da transferência de recursos públicos para áreas militares e de segurança, e de uma postura agressiva contra sindicatos e políticas de proteção social. O reaganismo entusiasmou as elites ao aderir aos princípios do livre-mercado, mesmo ignorando o aumento da desigualdade e do desemprego estrutural. Reagan teria, assim, concretizado uma estratégia ideológica de desregulamentação econômica, desmonte do Estado de bem-estar social e consolidação da hegemonia do capital em nível global, aproveitando-se da crise de legitimidade do modelo keynesiano.

apontam para a ideia de que o neoliberalismo constrói, formula e impõe, desde a década de 1970, uma nova racionalidade, uma mudança radical na sociedade por meio de ferramentas políticas e jurídicas de caráter construtivista e intervencionista, que levam a construção tanto social quanto de um “novo homem” economicamente racional. Foram esses elementos que possibilitaram compreender o neoliberalismo, não apenas como um retorno ao liberalismo e à expansão dos mercados sobre os meios políticos e sociais, mas sim como uma lógica normativa⁴¹, uma forma de governamentalidade neoliberal que está baseada em uma “subjetividade contábil”.

Para compreender melhor a forma e o desenvolvimento desta racionalidade neoliberal, que ganha forma a partir da década de 1980, Dardot e Laval⁴² se apoiam no conceito de governamentalidade, pensado por Foucault na década de 1980, considerando a necessidade de compreensão das racionalidades empregadas por procedimentos de Estado, no sentido de dirigir a relação entre as condutas dos sujeitos com os modos de governo. Desse modo, passam a divergir da ideia de Estado enquanto instituição e a compreendê-lo enquanto um conjunto de práticas que objetiva alcançar o íntimo do indivíduo e objetivando um autogoverno, representando o “[...] encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”⁴³. Isto é, o que passa a caracterizar essa forma de controle não é mais uma relação hierárquica, mas uma relação baseada em liberdade como condição de possibilidade, na

41 A trajetória política e intelectual dos autores Pierre Dardot e Christian Laval foi explanada pelos próprios teóricos em um ciclo de palestras, conferências e mesas redondas, que realizaram no Brasil em 2018, sob iniciativa da Editora Boitempo e com parceria de diversas universidades brasileiras. A maior parte dos trabalhos foram gravados e transmitidos por meio de plataformas digitais, sendo que as gravações se encontram disponíveis no canal da Editora Boitempo. Disponível em: www.youtube.com/@TVBoitempo. Acesso em: 20 abr. 2024.

42 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 18.

43 FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 784.

qual a autonomia pessoal passa a significar a condição primeira para o exercício do poder político. Articulada aos interesses, a liberdade passa a representar o espaço de ação de estratégias de controle por mecanismos, em relação aos indivíduos e a formulação de subjetividades, para que esses venham a conformar-se por si mesmos a certas normas, levando a formação de sujeitos capazes de agir num determinado contexto de liberdade regulada.

Dardot e Laval⁴⁴ desenvolvem seu ensaio sobre a sociedade neoliberal apontando que a natureza do neoliberalismo se alimenta das crises financeiras e sociais que levam ao seu fortalecimento. Neste sentido, superam os métodos foucaultianos de análise de “verificação”, que apontam para a construção de “regimes de verdades” estabelecidos tanto por práticas discursivas quanto pela linguagem em sua totalidade, afastando-se de um estruturalismo ou de qualquer política de relativização. Em contrapartida, Os teórico aproximam suas análises de elementos marxianos que apontam para a materialidade das práticas neoliberais como elementos de legitimação e perpetuação do próprio processo de produção capitalista e suas inconsistências, tornando estatais os riscos e prejuízos em detrimento da privatização dos ganhos.

Desse modo, o neoliberalismo se alimenta das crises financeiras e sociais que caracterizam seu surgimento e as quais ele mesmo tende a aprofundar sob custos sociais para as pessoas mais vulneráveis, caracterizados por políticas de austeridade, na medida em que os mecanismos políticos são desenvolvidos para esse sentido. O que destacamos de herança do pensamento foucaultiano em Dardot e Laval é o estabelecimento da necessidade de compreensão do neoliberalismo como uma questão de estratégia de controle

e de governo das condutas enquanto elementos de uma *dominação impessoal*, que assume a forma de uma “governamentalidade”^{45 46 47}.

Existe toda uma série de novidades que devem ser levadas em consideração ao pensarmos no neoliberalismo, sendo equivocado confundir a representação ideológica das políticas neoliberais com o neoliberalismo enquanto uma normatividade em si, o que pode ser visto pela indiferença dada em relação a todo o descrédito da ideologia laissez-faire e a forma como isso não gera restrições ao predomínio neoliberal enquanto um sistema de norma que perpassa a existência social, muitas vezes inconscientemente. Neste sentido,

[...] não se trata aqui de procurar restabelecer uma simples continuidade entre liberalismo e neoliberalismo, como se costuma fazer, mas sublinhar o que constitui propriamente a novidade do neoliberalismo, o que implica ir contra a tendência que consiste em apresentar o neoliberalismo como um “retorno” ao liberalismo original ou uma ‘restauração’ deste último [...]⁴⁸.

A origem do liberalismo situa-se em Hobbes, que no século XVII defendeu um Estado soberano forte capaz de garantir leis para

45 A partir dos escritos de Foucault (2008) e Barros (2020), podemos destacar que governamentalidade é o conjunto de instituições, procedimentos, análises, reflexões, métodos de cálculo e táticas que permitem exercer uma forma específica de poder voltada à gestão de populações por meio da economia política e dos dispositivos de segurança, correspondendo ao processo pelo qual o Estado de justiça medieval se transformou gradualmente num Estado administrativo “governamentalizado”.

46 Destacamos que os elementos introduzidos no debate contemporâneo pelo curso de Foucault possibilitaram um distanciamento em relação aos escritos de Pierre Bourdieu. Conforme Laval (2017), Bourdieu foi pioneiro na crítica ao avanço neoliberal na França, articulando sua produção acadêmica à militância política e social e desenvolvendo uma sociologia centrada nos efeitos e nas estruturas econômicas do neoliberalismo, que via como um dogma econômico disfarçado de ciência, baseado em teorias abstratas e despolitizadoras. Suas críticas, iniciadas em *A miséria do mundo* e aprofundadas em obras como *As estruturas sociais da economia* e *Contrafogos*, denunciam a atuação do Estado na consolidação de mercados e na exploração de classe, defendendo a necessidade de revelar as bases sociais da economia e combater as desigualdades estruturais.

47 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

48 Id., p. 32.

proteger propriedade e direitos humanos contra o “estado de natureza”⁴⁹. Locke⁵⁰, em seu Segundo Tratado sobre o Governo, aperfeiçoa essas ideias ao priorizar a liberdade individual e aprofundar a noção de propriedade privada, concebendo as leis não como expressão da vontade de um soberano, mas da “vontade geral”, fundamento da ordem social. Considerando essa conjuntura “contratualista”, a obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith⁵¹, pode ser pensada para complementar o que vem a ser a tradição liberal ao desenvolver uma defesa da liberdade econômica e da mínima intervenção estatal. Segundo o princípio dos interesses, sob os quais o Estado não deve impor empecilhos à economia ao governar, Smith⁵² destaca que o livre mercado e a concorrência são vistos como mecanismos de alinhamento dos interesses individuais enquanto elementos de promoção da prosperidade geral. Para o autor, a riqueza de uma nação é melhorada pela busca individual de lucro, que, embora egoísta, contribui para o bem-estar coletivo.

O liberalismo tem em seus pressupostos a valorização da liberdade individual, da propriedade privada e do crescimento econômico a partir da ação dos indivíduos em sociedade. Essa submissão dos indivíduos se dá na teoria por meio de um conjunto de leis socialmente estabelecidas, justamente por “representar” a mediação dos interesses de todos.

A teoria dos direitos naturais, que passam a ser compreendidos e estabelecidos socialmente como imprescindíveis, acima dos poderes do próprio soberano, sustenta que são justamente estas garantias estabelecidas pelo “contrato social” que garantem a base do poder do próprio soberano, constituindo a concepção de um sujeito de direitos.

49 OLIVEIRA, Robson J. F de. **O homem sem qualidades à espera de Godot**: Molière, Musil, Beckett, Macunaíma e o devir vazio da modernidade. São Paulo: Hedra, 2020, p. 210-211.

50 LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

51 SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre suas naturezas e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

52 Id.

A questão do que viria a ser o liberalismo consistia em estabelecer os limites para as ações dos governos monárquicos - a razão do Estado - que cresceu e encontrou seu ápice entre os séculos XVII e XVIII, por meio do uso da força e da moral religiosa (exército e teologia), mas principalmente, das instituições de Estado e, principalmente, do direito. A concepção de um sujeito com direitos inalienáveis, do estabelecimento de um contrato social ao qual todos estão submetidos é a base moral do poder soberano, pois tem seu poder justamente para proteger esses direitos, caracterizando tanto um “Estado de justiça” - que superou os poderes feudais - quanto um “Estado de polícia”⁵³.

O Estado, pautado no poder real, passa a lidar com espécies de contrapesos baseados no poder jurídico, conforme estabelece Montesquieu em *O espírito das leis*⁵⁴, apresentando seu célebre argumento: a natureza do poder é o abuso de suas prerrogativas, então, todo mundo que tem poder tende a abusar de todas as possibilidades que esse dispor. Portanto, é preciso que o poder freie o poder para, assim, garantir a moderação e a consequente felicidade pública, assegurando o equilíbrio entre o quanto se deve governar.

A essa conjuntura teórica chamou-se economia política, que passou a representar a questão de autolimitação da razão governamental, por meio de uma lógica racional e calculista de controle dos poderes sobre o corpo social, representando um critério de verdade, de sucesso e de legitimidade dos poderes governamentais sobre o corpo social. Para governar a partir de uma lógica liberal moderna mercado-lógica como o princípio de autolimitação, a razão governamental tem como base tanto o interesse dos indivíduos quanto a liberdade.

O interesse é o resultado tanto da troca quanto da utilidade, representando o jogo complexo entre as inclinações individuais e

53 Foucault (2008), descreve o Estado de polícia como um governo que se confunde com a administração, que visa a população e o controle social não mais utilizando da força diretamente, mas por meio de um poder de controle indireto e estatístico, desenvolvendo uma noção administrativa que constitui uma governamentalidade.

54 MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

coletivas e é justamente pela manipulação dessas que o governo passa a agir. Em relação à liberdade, a nova racionalidade governamental precisa dela para que os indivíduos persigam seus interesses e ajam no sentido de garanti-los. A prosperidade de cada sujeito conduziria justamente a riqueza da nação, e essa dependeria da liberdade de ação individual⁵⁵. A questão da liberdade está justamente no cerne da contradição da nova razão governamental liberal, sendo necessário produzir liberdade, mas também os limites para os indivíduos usufruírem dela no interior do jogo produtivo das competitividades.

é em detrimento deste contexto que o capitalismo liberal correspondia cada vez menos aos esquemas teóricos das escolas liberais, uma vez que estas não conseguiam corresponder ao modelo atomístico de agentes econômicos independentes, movidos por interesses individualizados e pela concorrência - elementos que já não correspondiam às estruturas industriais e financeiras existentes. Isso resultava não apenas na falta de uma teoria capaz de compreender essas realidades, mas no aprofundamento dos teóricos liberais em um conservadorismo. O liberalismo não conseguia compreender o fenômeno da empresa e via um descrédito crescente de suas teorias, na medida em que “a mão visível” dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a eles enfraqueceu formidavelmente a crença na “mão invisível do mercado”⁵⁶.

Esse período de crise do pensamento liberal conduziu a uma tentativa de reestruturação de suas ideias, momentos em que se buscou um reajuste de suas doutrinas visando à consolidação de uma governamentalidade, caracterizadas sob duas formas principais: primeiramente ordoliberalismo alemão, representada sobretudo por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, ligada às experiências históricas da

55 Oliveira (2020) ressalta que Adam Smith costuma ser mal interpretado como defensor de um Estado mínimo e ausente. Smith defende um Estado ativo para proteger território, população e liberdades individuais, além de um arcabouço jurídico sólido que favoreça o crescimento econômico.

56 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 32.

República de Weimar, da crise de 29, a crítica do nazismo e a reconstrução do pós-guerra e, em segundo lugar, a experiência norte americana caracterizada pelas críticas ao intervencionismo federal e aos programas sociais democratas. Entre estas duas correntes existem, no entanto, importantes aproximações, como as críticas dirigidas às ideias keynesianas, ao dirigismo econômico estatal e aos princípios do liberalismo clássico do século XX da escola austríaca, principalmente de Ludwig von Mises⁵⁷ e Friedrich Hayek⁵⁸.

De modo geral, o desafio dos pensadores consistia em conceber uma estrutura de Estado capaz de, ao mesmo tempo, medir as liberdades individuais e promover a coesão social. Isso implicava na criação de dispositivos públicos – sociais, educacionais, científicos e militares – essenciais para o funcionamento de uma economia de mercado, sem repetir os erros da crise de 1929 ou adotar regimes totalitários⁵⁹.

Conforme destacaram Dardot e Laval⁶⁰, “cada vez mais autores esperavam uma transformação do sistema liberal capitalista, não para destruí-lo, mas para salvá-lo. Essa reestruturação do liberalismo clássico conduziu a dois caminhos: primeiramente, o chamado “Novo

57 Ludwig von Mises (1881-1973), foi um dos mais importantes economistas em relação à contribuição para a corrente de pensamento da escola austríaca de economia, conhecidos por suas críticas ao planejamento centralizado e por suas contribuições à teoria econômica e à filosofia política. Mises contribuiu teoricamente a partir de uma crítica ao planejamento centralizado, o qual considerava inviável por não poder refletir as noções de oferta e de demanda, de modo que o poder central não poderia determinar os preços de forma eficaz. Desse modo, desenvolveu a praxeologia - abordagem econômica que tem como elemento central as ações e escolhas dos indivíduos (Hoppe, 2011).

58 Friedrich Hayek (1899-1992), ao lado de Von Mises, foi outro teórico central para a escola austríaca de economia, desenvolvendo a “Teoria dos Ciclos Econômicos”, que apontava para a compreensão de como flutuações na oferta monetária podem causar ciclos econômicos, levando a bolhas e a crises financeiras. Hayek também atuou para desenvolver a noção de que o conhecimento necessário para decisões econômicas é disperso e que os mercados livres são melhores em processar e utilizar estes conhecimentos, realizando críticas ao planejamento centralizado e aos regimes totalitários (Hoppe, 2011).

59 GALBRAITH, Jonh Kenneth. **Capitalismo Americano**: o conceito do poder compensatório. São Paulo: Novo Século, 2006.

60 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 97.

Liberalismo” e, posteriormente, o “Neoliberalismo”. Esses projetos só puderam ser definidos e distinguidos ao longo de análises históricas, demonstrando duas formas de enfrentamento das crises capitalistas, que mesmo mantendo aproximações e compartilhando a necessidade de enfrentar a crise do projeto de governo liberal, desenvolveram profundas contradições em sua forma de fazê-lo.

Os projetos - novo liberalismo⁶¹ e neoliberalismo - mantiveram um mesmo objetivo: a articulação dos mecanismos de Estado para superar dificuldades resultantes dos processos de transformação históricos do capitalismo. Desses projetos, o neoliberalismo se caracteriza pelo conjunto das ideias que encontraram maior difusão entre as práticas governamentais e que estão presentes na segunda metade do século XX, e se perpetuam até os dias atuais.

De modo geral, temos que o neoliberalismo constitui-se na necessidade de intervenção do Estado, de modo a garantir as regras da concorrência como uma norma de conduta às ao meio social, no qual o Estado pensa as demandas do mercado e, principalmente, converte a norma empresarial e a ética da competição como uma racionalidade que perpassa desde as estruturas macroeconômicas até as subjetividades individuais, levando a uma liberalização da economia, dos governos e, principalmente, dos sujeitos em suas individualidades.

Para compreender melhor a forma e o desenvolvimento dessa racionalidade, precisamos retornar ao projeto do ordoliberalismo alemão e à experiência norte-americana, analisando os principais elementos desses que serviram de base à racionalidade neoliberal da reestruturação social da década de 1980. Essa corrente ganhou impulso no pós-guerra, entre 1944 e 1948, tendo entre seus principais representantes Walter Eucken e Franz Böhm. O principal

61

O novo liberalismo, fundamentado nas teorias keynesianas do período entre-guerras, propôs-se como via intermediária entre o liberalismo clássico e o socialismo radical, conciliando liberdades individuais e autorregulação de mercado com garantias estatais destinadas a atenuar as crises capitalistas e assegurar que os resultados econômicos servissem, em igualdade de direitos e oportunidades, aos indivíduos livres.

objetivo desses pensadores era desenvolver uma forma de legitimar um Estado que havia acabado de sair do maior conflito armado da história humana; embate que legou uma Alemanha arrasada em todas as suas dimensões, e ocupada pelas potências aliadas que impunham não somente suas concepções de intervenção econômicas, como uma intervenção financeira.

A partir da experiência nazista, os ordoliberais concluíram que o totalitarismo resultou da incapacidade do Estado de gerenciar os efeitos sociais destrutivos do próprio mercado, o que levou a um crescimento descontrolado do poder estatal. A solução que propuseram foi que o Estado deveria intervir não para controlar a economia, mas para garantir ativamente as condições e regras de um mercado livre e competitivo, usando a própria “liberdade de mercado” como princípio para regular e prevenir os danos sociais que levaram ao nazismo⁶².

Ao adotar como elemento central de suas argumentações a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador do Estado, que agora se encontra sob a “vigilância do mercado” em vez de um “mercado sob a vigilância do Estado”, inverte-se a lógica do liberalismo, conduzindo ao problema weberiano da racionalidade irracional da sociedade capitalista. Neste contexto, os indivíduos são instigados a agir ativamente no quadro econômico a partir de suas liberdades e, principalmente, de seus interesses.

Conforme destacou pioneiramente Röpke⁶³ “[...] a propriedade é o único meio de enraizar de novo os indivíduos em um meio, dar a eles a segurança que desejam, motivá-los [...]. A economia de mercado precisa desse ‘sustentáculo humano’ [constituindo] essa dimensão moral da pequena empresa” A partir desse quadro, podemos nos apoiar na leitura histórica realizada por Foucault, ao concluir:

62 FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

63 RÖPKE, Wilhelm. **A humane economy**: the social framework of the free market. Chicago: Henry Regnery, 1962, *apud* DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 180.

O neoliberalismo [...] não é, de maneira nenhuma, como se diz muitas vezes, a ressurgência, a recorrência de velhas formas de economia liberal [...] que o capitalismo atualmente reativaria. Na verdade, o que está em questão nesse neoliberalismo atual, é saber se, efetivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado⁶⁴.

Ao colocar o mercado como um modelo para o Estado, o ordoliberalismo alemão implicou, em seus aspectos teóricos, o repensar de elementos do liberalismo. Dardot e Laval destacam que a partir disso, desenvolveram-se três principais transformações na lógica social e nas práticas de governamentalidade que o acompanharam: a concorrência como forma de conduta universal; a forma empresa como elemento moral social; e um aparato jurídico que estabeleça as regras o funcionamento da sociedade e sociabilidades humanas - uma moldura institucional e impessoal que estabelece os limites pelos princípios de garantir o funcionamento do jogo de acumulação do valor⁶⁵.

Neste sentido, o legado do ordoliberalismo alemão para o neoliberalismo atual pode ser resumido em dois aspectos principais: primeiro, estabelecer a concorrência como uma norma central para uma política de ordenação. E, segundo, concentrar a ação política especificamente na sociedade e no indivíduo, que se tornam o foco do autocontrole e da regulação do comportamento. Essa abordagem reflete a essência da universalização da lógica empresarial na "política de sociedade" em sua forma mais desenvolvida, levando ao que compreenderam ser uma "terceira via" entre o *laissez faire* e o socialismo de economia planificada.

O neoliberalismo norte-americano, segunda corrente de pensamento que vai dar forma a composição da racionalidade neoliberal, foi moldado internamente a partir da tradição liberal que

64 FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

65 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 145.

advinda da Revolução Americana - emergindo como uma corrente distinta da Escola Austro-Americana⁶⁶ - unindo princípios da Escola Austríaca e do pensamento econômico estadunidense diante das crises dos mercados livres e do avanço de regimes autoritários⁶⁷. Apesar de compartilhar com o ordoliberalismo alemão críticas ao keynesianismo⁶⁸, ao dirigismo estatal e influências austríacas, esse neoliberalismo se consolidou de modo autônomo durante a década de 1930, articulando-se em reação ao New Deal⁶⁹, ao keynesianismo e ao intervencionismo social federal do Plano Beveridge⁷⁰.

- 66 A Escola Austríaca teve entre seus principais teóricos, Joseph Schumpeter, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, ambos nascidos na Áustria, mas acabaram migrando para outros países, tendo por destinos finais os EUA. Os principais elementos desta corrente de pensamento são a ênfase na importância do individualismo, no papel do empreendedorismo, na teoria do ciclo econômico, na crítica ao intervencionismo estatal e ao planejamento central; defendendo que a economia deve ser estudada com base na ação humana individual e nas escolhas subjetivas dos indivíduos. A corrente que denominamos como Austro-América refere-se à influência da Escola Austríaca no pensamento econômico e político norte-americano, principalmente a partir da influência teórica que ela exerce nos pensamentos de economistas estadunidenses, como Milton Friedman e outros pensadores na tradição da Escola de Chicago, sobretudo em torno da defesa do mercado livre e da crítica ao intervencionismo estatal. Neste sentido, trata-se de uma forma de combinar as ideias da Escola Austríaca com o pensamento econômico e político estadunidense, promovendo uma abordagem que valoriza a liberdade econômica, a ação individual e a crítica ao controle estatal da economia.
- 67 CHAVES, Ernani Pinheiro; FILHO, Eduardo Neves Lima. **Biopolítica, neoliberalismo e a guerra às drogas**. Revista de Filosofia Aurora, Curitiba, v. 34, n. 61, p. 116-136, jan./abr. 2022.
- 68 O keynesianismo emergiu como uma doutrina nos anos 1930, na esteira da Grande Depressão (1929-1933), como resposta pragmática às crises econômicas por meio do gasto deficitário, do aumento da dívida pública e de estímulos monetários.
- 69 O *New Deal* foi uma experiência política e econômica que articulou um conjunto de políticas e programas implementados pela administração de Franklin D. Roosevelt, nos Estados Unidos, durante a Grande Depressão, que começou em 1929 e se estendeu pela década de 1930. O objetivo principal do *New Deal* era combater os efeitos devastadores da crise econômica, promover a recuperação econômica e reformar o sistema financeiro e social para evitar futuras crises. De acordo com Hobsbawm (2020), o *New Deal* visava garantir a estabilidade econômica, política e social que possibilitasse a manutenção do capitalismo de mercado sob as garantias estatais, a partir de intervenções moderadas, de modo a assegurá-lo das revoltas sociais e das ideologias revolucionárias, garantindo uma adaptação do capitalismo aos momentos de crise.
- 70 Conforme analisou Costa (2019), o Plano Beveridge de Seguridade Social, apresentado no Relatório sobre Seguro Social e Serviços Correlatos, foi fundamental para a criação do Estado de Bem-Estar Social e marcou uma reformulação e reorganização das medidas de proteção social já existentes na Grã-Bretanha dos anos 1940. Além disso, o plano introduziu novas ações e auxílios voltados para fortalecer, expandir e padronizar os benefícios oferecidos.

Em suas análises, Foucault destaca que “O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar, [é] um pensamento vivo”⁷¹. A partir daí, podemos compreender que a análise econômica expande-se como uma ciência do comportamento e da racionalidade humanas, permitindo reinterpretar domínios não econômicos e orientar estrategicamente as ações individuais. A originalidade do neoliberalismo está em compreender a importância da relação entre as instituições e a ação individual enquanto elemento balizador da subjetivação humana⁷².

Um campo central da análise econômica passa a ser a crítica à forma como a economia política clássica realizava a leitura - ou melhor, deixava de realizá-la - do trabalho, reduzindo-o à questão do tempo. Por mais que reconhecessem os esforços de Marx nesse sentido - análise proveniente do primeiro livro d’O Capital - os neoliberais apontam que sua análise restringia toda a dimensão do trabalho aos princípios de força e tempo, fazendo dele um produto mercantil cujo único valor estava baseado na exploração da produção. Isso refletia, não o funcionamento do capitalismo real, mas as limitações da teoria econômica clássica e da forma como o tempo foi articulado enquanto variável dessa. Era preciso, por conseguinte, criticar a abstração do trabalho, introduzindo-o no campo da análise econômica e invertendo a lógica do trabalhador como sujeito explorado e alienado para compreendê-lo como um indivíduo econômico ativo. A partir da ótica neoliberal, essa inversão da lógica do salário surge na perspectiva de uma renda:

Um salário é simplesmente uma renda. Do ponto de vista do trabalhador, o salário não é o preço de venda da sua força de trabalho, é uma renda. E então os neoliberais americanos se referem à velha definição, que data do início do século XX [...] Uma renda é simplesmente o produto ou o rendimento de um capital. E, inversamente, chamar-se-a ‘capital’ tudo

71 FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

72 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 133.

o que pode ser, de uma maneira ou de outra, uma fonte de renda futura. [...] é portanto a renda de um capital. Ora, qual é o capital de que o salário é a renda? Pois bem, é o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração a força de trabalho e ao tempo o qual ela é utilizada. Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: é uma 'máquina', e, por outro lado, é uma renda, isto é, um salário ou, melhor ainda, um conjunto de salários; como eles dizem: um fluxo de salários⁷³.

O trabalho é visto pelos neoliberais como simultaneamente capital e fluxo de renda, posicionando o indivíduo não como vítima de alienação, mas como "empresa de si mesmo", em consonância com o ordoliberalismo que enxerga a economia como composta por unidades empresariais. Essa perspectiva retoma o *homo economicus*, atribuindo ao trabalhador a responsabilidade de gerir seu próprio capital e realizar os investimentos — especialmente educacionais — necessários para elevar sua renda. Nesse contexto, o capital humano — fruto de competências inatas e desenvolvidas — emerge como o principal vetor da inovação e das novas formas de produtividade.

Aquilo que o neoliberalismo americano apresenta é justamente a ampliação da generalização da forma de economia do mercado, que passa a funcionar como um elemento de inteligibilidade. O elemento final desta corrente de pensamento, caracterizado como "um modo de viver", é a figura de um *homo economicus*, que passa a significar a assimilação antropológica do comportamento econômico. O elemento central desta análise está na concepção da corporificação do capital pelos indivíduos, sendo esse o fator que assegura as possibilidades de funcionamento das teses econômicas e permite que essas teses ganhem corpo. O *homo economicus* é a

corporificação do neoliberalismo, um sujeito neoliberal que vai agir pelos seus interesses em torno do signo da empresa.

A VIRADA NEOLIBERAL

Desde a década de 1970, as taxas de crescimento econômico passaram a apresentar seus limites perante o próprio processo de crise estrutural do sistema capitalista. O crescimento atrelado ao aumento da produtividade baseados na expulsão do trabalho vivo - único elemento capaz de aumentar a quantidade de valor em um processo produtivo - não conseguiram mais encontrar a contrapartida no aumento da produtividade global, na exploração de novos mercados e no aumento do consumo⁷⁴.

Estas políticas, cujos aspectos centrais caracterizam uma abertura às transformações requeridas pelo capital financeiro mediante a desregulação, a privatização e o abandono das políticas de proteção e bem-estar social, se generalizaram para o restante do planeta pela anuência dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, enquanto norma governamental a ser seguida para o sucesso econômico sob a forma de um desenvolvimento a ser perseguido, mesmo distante de ser alcançado. Essa norma, principalmente em seus aspectos monetários, foi difundida para os países latino-americanos e do sul, por meio de pressões dos próprios organismos internacionais. Diversas nações, com seus governos alinhados a diferentes vieses ideológicos, adotaram, se não completamente, pelo menos em alguma medida, práticas da teoria econômica neoliberal⁷⁵.

74 Na transição para os anos 1970, o esgotamento do crescimento baseado na produtividade e no trabalho vivo, aliado ao colapso do câmbio fixo em ouro, agravado pela volatilidade dos fluxos de capital e pela expansão descontrolada do dólar e pelos choques do petróleo de 1973 e 1979, gerou estagflação e desequilíbrios fiscais que empurraram EUA, Reino Unido e União Europeia a adotarem e aprofundarem políticas neoliberais como resposta sistêmica (Harvey, 2008).

75 HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

De acordo com Dardot e Laval⁷⁶:

No início dos anos 1980, os próprios governos de esquerda se converteram a essa política monetarista. [...] a nova norma neoliberal instaurada no fim dos anos 1980 erige a concorrência em regra suprema e universal de governo. Esse sistema de regras definiu o que poderíamos chamar de sistema disciplinar mundial. [...] a elaboração desse sistema representa o desfecho de um processo de experimentação de dispositivos disciplinares polidos desde os anos 1970 pelos governos atraídos para o dogma do monetarismo.

O resultado desses ajustes foi a deterioração das economias nacionais, principalmente daquelas em desenvolvimento, por meio da exposição a uma competição internacional desleal⁷⁷, levando ao aumento do desemprego e da desigualdade social. Entre seus principais resultados se destacam: a adoção de práticas disciplinares pelos Estados - que passaram a promover estas políticas visando atrair capitais estrangeiros -; a disciplinarização do meio social, a partir do medo, da precarização, da difusão de ideologias diversas alinhadas ao princípio de valorização do valor, sob os signos do empresariamento de si, promovendo um processo profundo de subjetivação.

No entanto, não se pode enxergar a relação entre o mercado financeiro em seu novo regime de acumulação financeira e as bolhas econômicas ignorando, como comumente ocorre, a relação entre a agência dos Estados, atores privados e organizações econômicas internacionais na criação de regras que possibilitam

76 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 196.

77 Ha-Joon Chang (2004), destaca em sua obra *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*, que a imposição de normas de abertura comercial e de distanciamento de medidas protecionistas como elementos intrínsecos ao desenvolvimento, significa ignorar que historicamente os países desenvolvidos se valeram de uma série de medidas protetivas para garantir o seu próprio desenvolvimento industrial manufatureiro, econômico e tecnológico, alcançando altos índices de competitividade, que agora são importados como uma política global fundamental ao desenvolvimento, ignorando as profundas disparidades entre as economias globais.

essa financeirização⁷⁸. No final da década de 1970, o Estado passa a agir ativa e sistematicamente, sobretudo a favor do desmantelamento do Estado social, das organizações sociais e da privatização das empresas estatais, por meio de práticas, de discursos, de estruturas e de dispositivos de poder, elencando a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação, constituindo aquilo que Dardot e Laval⁷⁹ denominaram como “estratégia neoliberal”⁸⁰.

Portanto, a partir desta virada da racionalidade e da prática governamental perpetrada desde o início da década de 1980, o neoliberalismo não se remete apenas ao tipo de limite que deve ser estabelecido ao campo político e dos direitos, mas sim, ao esforço de materializar a valorização do valor por meio de uma lógica de mercado. Tendo como veículo as práticas de Estado e do governo de si, na medida em que se converte em um conjunto de padrões, normas e dispositivos de uma lógica normativa generalizada que perpassa desde a conduta do Estado até o mais íntimo da subjetividade. Isso, considerando que

[...] a racionalidade neoliberal que realmente se desenvolve nos anos 1980-1990 não é a simples implementação da doutrina elaborada nos anos 1930. Não passamos com ela da teoria para a prática. Uma espécie de filtro, que não se deve a uma seleção consciente e deliberada, retém alguns elementos em detrimento do resto, em função

78 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 36-37.

79 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 191.

80 O termo “estratégia” aqui não designa um plano racional e centralizado, mas sim um conjunto fluido e desarticulado de práticas — adotadas, em diferentes momentos e por diversos atores (intelectuais, grupos profissionais, forças políticas e sociais) — voltadas a assegurar a continuidade da valorização do valor, ainda que isso implique precarizar a existência nos tecidos sociais. Como exemplo, podemos citar a crítica que Dardot e Laval (2016) estabelecem à obra *A Doutrina do Choque: A Ascensão Do Capitalismo Do Desastre*, de Naomi Klein (2008), por discordarem da perspectiva de ascensão do neoliberalismo se tratou de uma estratégia articulada entre diversos atores em prol do objetivo do lucro máximo. Para os autores, a ascensão neoliberal é o reflexo de uma “estratégia sem estratégia”, de um projeto irracional em sua totalidade.

de seu valor operatório ou estratégico em dada situação histórica. Trata-se aqui não da ação de uma monocausalidade (da ideologia para a economia ou vice-versa), mas de uma multiplicidade de processos heterogêneos que resultaram, em razão de “fenômenos de coagulação, apoio, reforço recíproco, coesão, integração”, nesse “efeito global” que é a implantação de uma nova racionalidade governamental, no sentido definido anteriormente⁸¹.

Essas mudanças visavam não apenas o contexto de funcionamento do capitalismo ao estabelecer uma nova lógica normativa, mas, principalmente, o caráter disciplinar dessa política que, por meio de um conjunto de atribuições, objetiva não apenas a promoção da concorrência através da criação de “situações de mercado”, como também a adaptação e a formação dos sujeitos para essa lógica mercadológica.

Essa financeirização, a partir da década de 1980, caracterizou a automação do mercado financeiro em relação aos processos produtivos e aumentou a volatilidade dos capitais especulativos, principalmente por meio da privatização dos setores públicos. Esses passaram a moldar seus critérios de gestão e a formulação de políticas públicas pelas pressões acionárias da criação de valor a qual começa a funcionar como o critério disciplinar que perpassa “[...] desde o dirigente até o assalariado de base [...]”⁸². Constituindo-se, assim, ainda de acordo com os autores em

[...] muito mais do que uma ideologia partidária [...]. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque **ele é a própria razão**. Assim, políticas muito semelhantes podem moldar-se nas mais diversas retóricas (conservadoras, tradicionalistas, modernistas, republicanas, conforme a situação e o caso), manifestando desse modo sua extrema plasticidade. [...]

81 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 33

82 Id., p. 201.

Em resumo, a grande vitória ideológica do neoliberalismo consistiu em “desideologizar” as políticas seguidas, a ponto de não serem sequer objeto de debate [orientando] sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda a parte comprometidos com relações de transação e concorrência no mercado⁸³.

A partir desses princípios, o neoliberalismo constitui-se em políticas concretas, invertendo a lógica de ideologias partidárias e se configurando enquanto uma racionalidade plástica. Essa perpassa conjunturas político-ideológicas, retóricas e posições individuais, tendo por base a concorrência e o aumento do valor. Tudo e todos devem se adaptar a essa dinâmica, seja pelos cortes de gasto público ou pelo barateamento da mão de obra, todas as gestões precisam seguir a norma neoliberal, ou serão encaradas como irracionais, ilegítimas e ilegais.

Essa característica marca uma reestruturação da concepção de Estado tanto externamente, pelas privatizações, quanto internamente, pela implantação de lógicas avaliativas que estabelecem novas relações “entre governo e sujeitos sociais”, caracterizando a configuração de um “Estado gerencial”⁸⁴. Isso pois, o governo não sai de cena e não deixa de gerir o campo social, ele apenas muda sua lógica de gestão, interiorizando em suas práticas a concorrência para alcançar às regras de eficiência e eficácia do setor privado, levando ao Management. O objetivo desta reestruturação não é somente a generalização dessas regras, mas, principalmente, sua impessoalidade e resiliência a ideologias de governos. Trata-se, porém, não de um retorno à burocratização nos termos Weberianos⁸⁵, mas de uma atividade instrumental e formal que objetiva as boas práticas econômicas da governança, mensurada pelo cumprimento dos

83 Id., p. 242.

84 Id., p. 277.

85 WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

padrões exercidos pela comunidade financeira global, por entidades especializadas e por agências de avaliação de risco, ou seja, pelo “governo empresarial”.

Neste sentido, os mecanismos de gestão, somados à concepção do valor enquanto um equivalente da verdade, de acordo com a lógica do mercado, passam a representar um equivalente geral universalmente aceito, caracterizando a ideia de “valor” enquanto instrumento da racionalidade humana em todas as suas formas de conduta, inclusive as institucionais. Esse resultado conclusivo reforça a **tese deste livro**, que aponta a noção do valor enquanto equivalente geral da modernidade, a qual se corporifica, por meio do seu resultado histórico, à formação de um sujeito moldado por uma racionalidade econômica de legitimação do processo de valorização do valor. Da mesma forma como um sujeito automático do valor, “as normas contábeis constituem não tanto uma ‘ideologia’, mas uma forma específica de racionalidade importada do econômico”⁸⁶.

Para que essa lógica tenha êxito e impacto, ela deve perpassar os indivíduos; é necessária uma ação que tenha efeito sobre as mentalidades, todos devem ser empreendedores ou empresários de si. Isso porque os indivíduos constituem o outro lado dessa racionalidade, garantindo que suas teorizações se tornem materializações. Dessa forma, este projeto passa a requerer uma sólida política de formação visando à individualização, à inovação e à criatividade aplicada ao aumento da produção e do valor - mesmo que em formas abstratas - a facilitação da livre iniciativa, dos pequenos e médios negócios. O funcionamento deste trabalho requer a formação de indivíduos que possam “ajudar a si mesmos”, que possam competir e, principalmente, se adaptar. A relação dessa política educacional e a gênese desses sujeitos serão nossos próximos tópicos.

DA CONCORRÊNCIA AO EMPRESARIAMENTO DE SI: O SUJEITO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

A concepção de sujeito como um indivíduo em sua consciência e autonomia consiste em um processo longo, complexo e, sem dúvidas, contraditório⁸⁷, que se desenvolveu ao decorrer dos séculos, transitando de uma perspectiva coletiva e teocêntrica, para uma visão mais individualista e baseada no princípio da razão enquanto elemento fundante da noção de eu.

Um dos principais teóricos a abordar essa formação na modernidade foi Norbert Elias⁸⁸, que destacou a ideia de um processo civilizador como reflexo de sua análise sobre o desenvolvimento das sociedades ocidentais e da forma como essas transformações ocasionaram mudanças nas normas de comportamentos individuais, relacionadas ao hábito, a autodisciplina, a autoconsciência e a imagem projetada de si. O que refletiu em uma “sofisticação” que perpassou desde as normas de conduta particulares até o funcionamento social, acompanhando os processos de transformações dos Estados modernos. Uma importante transformação deste período foi o desenvolvimento do governo e dos sistemas jurídicos, que passaram a desestimular as formas de violência privada.

87 Este trabalho de dissertação não se propõe a realizar uma história da formação do indivíduo e da pessoa enquanto um sujeito no sentido moderno do termo ou questionar suas origens, sendo essa explanação uma síntese do pensamento de autores articulados com o objetivo de uma breve explanação sobre o desenvolvimento da ideia de um sujeito no pensamento filosófico ocidental, reconhecendo as limitações que existem nesta breve exposição. Para uma leitura mais profunda sobre a história deste tema abordado, recomendamos acessar os originais daqueles que já se debruçaram sobre este tema, os quais podemos destacar, fundamentando-nos em distintas tradições teórico-metodológicas que confluem para o indivíduo liberal: Norbert Elias, Aron Gurevitch, Michel Foucault e David Harvey.

88 ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1994.

Nesse cenário, o crescimento econômico e à expansão das relações de mercado caracterizam transformações tanto no contexto social e na organização política dos Estados, como na interiorização dessas mesmas regras do funcionamento econômico e na formalização de uma verdade: a valorização do valor como norma de conduta política, social e individual. Essa interiorização passa a representar um processo externo de coerção das pulsões, mas também a necessidade de uma pressão interna por parte dos indivíduos, que vai se aprofundar e complexificar nos séculos seguintes.

Sobre este resultado histórico de um processo de subjetivação forma-se um sujeito contemporâneo em sua nova individualidade, na qual

O que está em jogo nesses exemplos é a construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de 'subjetivação contábil e financeira', que nada mais é do que a forma mais bem acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um 'capital humano' que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais⁸⁹.

Nesse sentido, os indivíduos passam a representar o elemento de consolidação do neoliberalismo, que não passaria de uma ideia sem sua personificação por meio da ação real dos sujeitos. Essa lógica leva a slogans como o de Margareth Thatcher⁹⁰, que afirma: "a economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma"⁹¹.

A economia de mercado depende de uma sociedade que lhe proporcione as maneiras de ser, sendo necessário agir, não somente

89 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 40.

90 THATCHER, Margaret. **Interview for Sunday Times**. London: Sunday Times, May 3rd 1981. Tradução nossa.

91 Ibidem.

por meio das estruturas jurídicas, mas também dos costumes. É nesse sentido que vemos o surgimento de um *homo economicus*, figura a qual passa a representar as ações do poder que atravessam os indivíduos, ganhando forma e substância a partir de seus atos. Desse modo, constituindo uma estratégia de controle generalizado sob toda conduta racional e social.

Nessa concepção, a economia passa a ser concebida como a ciência mobilizada para a ação sobre o meio, a partir do qual os indivíduos vão buscar responder sistematicamente, se constituindo enquanto sujeitos “maneáveis”, ou mais precisamente, plásticos - não à toa a palavra adaptação e resiliência ganham cada vez mais espaço e tornam-se cada vez mais difundidas no meio social - agindo sob a máscara do interesse de um ator do capital.

O sujeito moderno encontra-se, neste sentido, constituído pela dimensão egoísta do mercado e pelo impulso de valorização do valor, enquanto o sujeito do contrato, se submete ao coletivo dos interesses para se realizar individualmente. A soma destas duas dimensões origina a multiplicação do desejo e, neste sentido, do próprio benefício ao corpo social, já que esta individualização atua como elemento equalizador, em que cada um busca seu próprio proveito multiplicando os benefícios materiais. Essa concepção estabelece uma nova dimensão para a definição do sujeito.

Nesse sentido, existe uma confluência nas concepções teóricas que apontam para um mesmo impulso da formação de um sujeito moderno instrumentalizado sob o princípio do valor, movido por uma corrente de interesses pessoais a serem incentivados e perseguidos. Isso ocorre em detrimento de um indivíduo formado por seus direitos naturais, no interior de uma totalidade anárquica do desenvolvimento econômico que ele não consegue compreender. Na medida em que a racionalidade econômica não consegue compreender a totalidade do processo, a figura de um *homo economicus* surge como o átomo de racionalidade.

Os sujeitos deixam de ser vistos apenas como agentes econômicos para também serem reconhecidos como portadores de direitos, o que motiva uma nova tecnologia de governo, a “arte liberal de governar”, que equilibra a promoção das liberdades individuais com seu controle, atuando não pela coerção corporal, mas pela modelação das mentes. A “mão invisível” desse modelo é uma máquina autorregulada cujas engrenagens são os próprios indivíduos⁹².

É possível, portanto, chegar à noção de um sujeito do interesse (o mesmo que seria remetido a um sujeito do gozo na psicanálise), que nasce na modernidade a partir de mudanças no modo de produção e aceita se alienar dos seus direitos naturais, dos direitos do contrato, para fazer valer seus interesses individuais, seu gozo. Trata-se da corporificação do capital pelos indivíduos. O *homo economicus* é o outro lado do neoliberalismo, é um sujeito neoliberal que vai agir pelos seus interesses em torno do signo da empresa.

A generalização da forma empresa tem, por um lado, o objetivo de desdobrar o modelo econômico “investimento-custo-lucro”, como uma forma de relação do indivíduo consigo mesmo e com todo o seu meio social. Por outro lado, busca fazer do modelo da empresa como mecanismo de reconstituição de uma série de valores morais e culturais em detrimento da concorrência.

Trata-se de uma maneira de conduzir o indivíduo a se constituir enquanto a forma empresa e generalizar essa norma moral sob o signo do valor a partir do tecido social, perpassando desde a forma de organização e ação do Estado até a subjetividade humana. Esse é justamente o elemento de novidade existente no neoliberalismo, sua gênese e originalidade reside diretamente na relação entre o poder, as instituições e os indivíduos. Se pensarmos a partir da escola austro-americana, ela leva em suas concepções teórico metodológicas uma visão dupla do capitalismo. Uma fundamentada no que Mises

92

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 325.

chamou de “destrutivismo”, no qual o Estado representa uma destruição econômica pelo intervencionismo administrativo; outra caracterizada pela dimensão da construção, tendo como agente o empreendedor, podendo ser qualquer sujeito.

O sujeito neoliberal se forja como um “empreendedor de si mesmo”, moldado por um mercado que disciplina os desejos e as competências, incentivando motivações psicológicas para a auto-gestão. Nesse processo, o Estado deve garantir apenas as condições de concorrência e disseminar técnicas de gerenciamento empresarial, de modo que cada indivíduo aprende a conduzir-se segundo um *ethos* mercadológico autorregulador. Assim, a liberdade fica atrelada à capacidade de se autoeducar e se autolimitar, constituindo um sujeito plástico, autônomo e permanentemente voltado à valorização de si como projeto econômico.

O aprofundamento do subjetivismo humano a partir da constituição de um *neosujeito* empreendedor de si, corresponde às mudanças do sistema financeiro, que passa de uma esfera de proteção por parte dos estados em relação aos efeitos da disputa para a regulamentação pela própria concorrência, agora promovida pelos próprios Estados em escala internacional. Neste mesmo contexto, uma inversão das noções em torno da dimensão do Estado passou a apresentá-lo como o causador dos problemas sociais, sendo o capitalismo, a racionalidade empresarial e a superexploração apresentados como solução.

Era necessário superar a dimensão da disciplina para incorporar nas práticas de controle e formação à concepção do desejo individual, orientando e influenciando os sujeitos por meio de situações de mercado que são impostas à sociedade civil na forma de uma realidade inquestionável e imutável, como um jogo pautado pela concorrência enquanto a regra geral, como instrumento de autovalorização em um universo de acumulação.

O que a lógica do poder financeiro fez foi apenas acen-
tuar o disciplinamento dos assalariados submetidos a
uma exigência de resultados cada vez maior. A busca
obsessiva de mais-valor na bolsa implicou não apenas a
garantia aos proprietários do capital de um crescimento
contínuo de seus rendimentos, à custa dos assalaria-
dos [...] toda uma disciplina do valor acionário tomou
forma em técnicas contábeis e avaliativas de gestão da
mão de obra cujo princípio consiste em fazer de cada
assalariado uma espécie de “centro de lucro” individual.
É que o princípio da gestão neoliberal visa a “interiori-
zar” as coerções da rentabilidade financeira na própria
empresa e, ao mesmo tempo, fazer os assalariados
interiorizarem as novas normas de eficiência produtiva
e desempenho individual⁹³.

O próprio orçamento se torna um instrumento de disciplina
dos comportamentos. Isso na medida em que a retomada das taxas
de crescimento dos lucros empresariais se deu sobre o aprofunda-
mento da exploração do trabalho e do fim dos impostos progressivos
como forma de promover “o estímulo ao enriquecimento e ao inves-
timento”. Boltanski e Chiapello⁹⁴ destacam justamente o elemento
do trabalho e a busca do lucro na contemporaneidade neoliberal
enquanto uma autorealização, que “[...] agora pode ser atingido com
o desenvolvimento de um projeto de autorrealização que vincula, por
um lado, culto ao desempenho individual e a exaltação da mobili-
dade e, por outro, concepções reticulares do vínculo social”.

Neste sentido, convencer as pessoas de que a precarização
social era algo benéfico e uma contribuição em prol de um projeto
comum, não era tão simples quanto culpabilizar os desempregados
por todas as mazelas que recaiam sobre os próprios trabalhadores.
Até mesmo estes deveriam se constituir enquanto “*self-entreprising*”,

93 Id., p. 225.

94 BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2a ed. 2020, p. 239.

encarregando-se de si mesmo, sendo a desconfiança e a vigilância avaliativa como os principais aspectos desta forma de governo⁹⁵.

Essa disciplinarização dos indivíduos deu-se em torno de políticas de medo, como o desemprego e a crescente precarização das condições de trabalho, não apenas inverteu os princípios da solidariedade, implementando coerções para a formação de agentes racionais, como também se somou a práticas de individualização. Essas são baseadas em uma moderna gestão que tem por princípios a objetivação dos resultados e a política de pequenas recompensas, a partir do elemento das avaliações quantitativas, que conduz a uma “fetichização do número” e a uma hiper-racionalização.

Essa nova organização de gestão tem por base guiar as pessoas no sentido de uma produtividade máxima, de modo a levar os sujeitos a raciocinarem a partir de uma lógica de cálculos individuais contábeis sob a noção de um monetarismo para sobrevivência no jogo das competitividades. Todos devem ser responsabilizados, assim como devem se responsabilizar por si mesmos.

A neogestão não é ‘antiburocrática’. Ela corresponde a uma nova fase, mais sofisticada, mais ‘individualizada’, mais ‘competitiva’ da racionalização burocrática, e é apenas em consequência de uma ilusão que ele se apoiou na ‘crítica artista’ de 1968 para assegurar a mutação de uma forma de poder organizacional em outra. Nós não saímos da ‘jaula de aço’ da economia capitalista a que se referia Weber. Em certos aspectos, seria melhor dizer que cada indivíduo é obrigado a construir, por conta própria, sua ‘jaula de aço’ individual⁹⁶.

O Maio de 1968 foi uma crise ampla da modernidade que desafiou o capitalismo, a autoridade, e as instituições educacionais e

95 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 146.

96 Id., p. 330.

familiares, mas cujo anseio por liberdade e individualização foi rapidamente apropriado pela cultura de consumo⁹⁷. É neste sentido que as críticas ao sistema foram repaginadas como novas mercadorias, processo que produziu em cada indivíduo sua própria “jaula de aço”, uma adaptação a um *ethos* mercadológico advindo das próprias contestações a ele direcionadas⁹⁸.

A formação dos indivíduos foi reformulada por um projeto de modernidade que ressignificou a subjetividade em todas as esferas da vida (trabalho, produção, descanso e lazer), moldando sujeitos como trabalhadores e consumidores. Por meio de uma gestão das mentalidades pautada pela eficácia, deu-se o surgimento de uma economia psíquica.

Marx⁹⁹ mostra como a mercantilização das relações sociais e a urbanização dissolvem os vínculos humanos, sujeitando os indivíduos às leis ilimitadas de valorização do capital; A partir do fetichismo marxiano, esse processo constitui o sujeito como personificação das relações de valorização, alienando-o. É este entrelaçamento que origina uma nova economia do eu, em que prazeres e dores se tornam instrumentos de controle das liberdades e interesses, gerando um “neosujeito” calculador que maximiza seus desejos sob de uma “empresa pessoal” e a ética do *self-help*. Essa subjetivação leva ao constante desejo se autoperpetuação,

A máquina econômica, mais do que nunca, não pode funcionar em equilíbrio e, menos ainda, com perda. Ela tem de mirar um ‘além’, um ‘mais’, que Marx identificou como ‘mais-valor’. Até então, essa exigência própria do regime de acumulação do capital não havia desdobrado todos os

97 ZACARIAS, Gabriel Ferreira. **Crítica do espetáculo**: o pensamento radical de Guy Debord. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

98 BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2a ed. 2020.

99 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

seus efeitos. Isso aconteceu quando o comprometimento subjetivo foi tal que a procura desse 'além de si mesmo' tornou-se a condição de funcionamento tanto dos sujeitos como das empresas. Daí o interesse da identificação do sujeito como empresa de si mesmo e capital humano: a extração de um 'mais-degozar', tirado de si mesmo, do prazer de viver, do simples fato de viver, é que faz funcionar o novo sujeito e o novo sistema de concorrência. Em última análise, subjetivação 'contábil' e subjetivação 'financeira' definem uma subjetivação pelo excesso de si em si ou, ainda, pela superação indefinida de si [...]. De certa forma, trata-se de uma 'ultrassubjetivação', cujo objetivo não é um estado último e estável de 'posse de si', mas um além de si sempre repellido e, além do mais, constitucionalmente ordenado, em seu próprio regime, segundo a lógica da empresa e, para além, segundo o 'cosmo' do mercado mundial¹⁰⁰.

A constituição de um neosujeito configura a formação de um sujeito do gozo, um indivíduo que acompanha a fluidez dos capitais e o desejo de valorização do mais valor, a partir de sua dimensão de ultrasubjetivação, de maximização de si e de sua performance no jogo das competitividades. Assim como na sua dimensão de um sujeito do consumo e do gozo, de um indivíduo que precisa consumir sem limites, como em uma pulsão de ampliação dos seus desejos modelados à dimensão do consumo material e ostentatório, que se constitui em uma norma de conduta social. A característica principal desta "subjetivação contábil" está em uma construção do "mais de si" ilimitada, tal como o valor. As novas técnicas de controle agem por meio deste "sempre mais" da produção e do gozo, incentivando o vir-a-ser mais:

As novas técnicas da 'empresa pessoal' chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao Outro que fala em voz baixa dentro de nós dá no mesmo. Nesse sentido, a gestão moderna é um governo

'lacaniano': o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito. A construção das figuras tutelares do mercado, da empresa e do dinheiro tende exatamente a isso. Mas é isso sobretudo que se consegue obter com as técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo¹⁰¹.

A constituição do sujeito do desejo articula-se às dinâmicas de valorização que moldam a subjetividade, alinhando-se ao *ethos* do poder nas formas contemporâneas de governo. Nesse contexto, a gestão moderna aliena ao mercantilizar trabalho e trabalhador, ressignificando o labor como esfera positiva, à semelhança do consumo. A inovação neoliberal consiste justamente em fundir governança e autogestão, impondo uma racionalização contínua em que o sujeito, agora empreendedor de si mesmo, busca eficiência e competitividade, internalizando riscos e intensificando o seu próprio desempenho.

Dessa lógica resulta que, cada indivíduo deve constituir o seu vir a ser, responsabilizando-se por si, seu corpo, de acordo com o próprio desejo e a própria vontade e desejo de ser mais, consumir mais, gozar mais. Essa ultrasubjetivação resulta no sujeito enquanto um autoreferente de si mesmo, em que

Nenhum princípio ético, nenhuma proibição parece resistir à exaltação de uma escolha infinita e ilimitada. Posto em estado de "antigravidade simbólica", o neossujeito é obrigado a fundamentar-se em si mesmo, em nome da livre escolha, para conduzir-se na vida. [...] As identificações com cargos, funções, competências próprias da empresa, assim como a identificação com grupos de consumo, sinais e marcas da moda e da publicidade, funcionam como submissões substitutivas em relação aos lugares ocupados na família ou ao status na cidade. A manipulação dessas identificações pelo aparato econômico faz delas "ideais voláteis do eu, em constante remodelação".

Em outras palavras, a identidade tornou-se um produto consumível. Se, como indicava Lacan, o discurso capitalista consome tudo, e se consome tanto os recursos naturais como o material humano, também consome formas institucionais e simbólicas, como Marx já observava no Manifesto Comunista. Não para fazê-las desaparecer, mas para substituí-las por aquelas que lhe copertencem: as empresas e os mercados¹⁰².

Os pontos de referência dos indivíduos se tornam, neste sentido, o próprio valor e sua gênese de valorização indefinida. O “neosujeito” aparece, nessa mesma lógica, como um indivíduo que não encontra fundamentação a não ser em si mesmo, para se conduzir em seu interesse e em seus desejos acumulação de forma ilimitada. O resultado desse elemento é um indivíduo “volátil” - na definição mais negativa do termo - e fluido, um indivíduo do consumo, na mesma medida em que é um indivíduo consumível. Toda a dimensão da existência social aparece representada sob o signo da “empresa e do mercado”.

O “sujeito do gozo” se caracteriza pela experiência simultânea de rejeição e castração, dimensões que escapam ao simbólico e o conduzem à impotência. Nessa passagem, a oposição entre onipotência e limitação se torna cristalizada pela patologização, cujo desdobramento imediato é a medicalização generalizada. O consumo, entendido como forma de suplementação, insere-se nessa lógica: ao mesmo tempo em que tenta compensar a falta, reforça o próprio processo de subjetivação neoliberal. Assim, cada vez mais, o indivíduo estabelece uma relação de gozo em detrimento da objetificação do “outro” — objetificando tudo aquilo que não pertence ao eu¹⁰³.

Essa dimensão da psicanálise reflete ao âmbito do gozo de si dos indivíduos enquanto um elemento resultante de todo o processo

102 Id., p. 368.

103 Id., p. 321.

de subjetivação que o neoliberalismo refletiu na esfera dos indivíduos. Da mesma forma, esse gozo de si se reflete enquanto limitado, pelo institucional e pela empresa enquanto forma geral da instituição humana nas sociedades capitalistas ocidentais, “mediante a coerção do trabalho, da disciplina e da hierarquia”, como na forma das antigas religiões. Exceto pelo fato de que agora são os indivíduos que tomam a decisão de se submeter prontamente a esta castração do gozo pela forma moderna do labor, já que a empresa a que se restringem é, em grande medida, a empresa de si.

Se esse gozo de si era caracterizado no primeiro capitalismo, pelo capital acumulado como restrição imposta ao consumo, hoje a falta de limites dele pode ser mobilizada subjetivamente em prol da empresa, sob o imaginário de uma “expansão infinita” e de uma “valorização sem limites na bolsa”. Parte-se de uma ressignificação da concepção de trabalho enquanto gozo do desempenho que levará a renda para si, de modo que esse se alinha à valorização do valor *ad. infinito*. O fetichismo da mercadoria se torna a satisfação no agora. O gozo no agora e o espectro patológico dessa pulsão de morte levada ao extremo se tornam parte da subjetivação neoliberal que caracteriza as formas de controle na sociedade empresarial neoliberal.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO NEOLIBERAL: CAPITAL HUMANO ENQUANTO EXPRESSÃO DO SUJEITO AUTOMÁTICO DO VALOR

A educação é um processo histórico e social que acompanha os seres humanos em sua humanização, socialmente constituído, no qual as técnicas e tecnologias são legadas às novas gerações. Em síntese, os grupos sociais constituem cultura e aculturação, dos quais as práticas educacionais correspondem enquanto uma esfera

da necessidade humana de repassar e de interiorizar os conhecimentos que julgam necessários aos grupos e às sociedades, dentro de determinado espaço temporal e territorial, de modo a produzir os saberes necessários ao grupo e a sua concepção de existência.

Em sua obra clássica ao pensamento pedagógico, intitulada: *O que é educação*, Brandão¹⁰⁴, escreve que

[...] no interior de todos os contextos sociais coletivos de formação do adulto, o processo de aquisição pessoal de saber-crença-e-hábito de uma cultura, que funciona sobre educandos como uma situação pedagógica total, pode ser chamado (com algum susto) de endoculturação. Dentro de sua cultura, em sua sociedade, aprender de maneira mais ou menos intencional (alguns dirão: 'mais ou menos consciente'), através do envolvimento direto do corpo, da mente e da afetividade, entre as incontáveis situações de relação com a natureza e de trocas entre os homens, é parte do processo pessoal de endoculturação, e é também parte da aventura humana do 'tornar-se pessoa.'

A educação representa, neste sentido, os aspectos de apropriação dos signos do grupo e a contrapartida da sua intencionalidade em proporcionar elementos próprios para essa apropriação e formação - um aspecto social caracterizado pela soma de elementos intencionais e não intencionais. Trata-se, portanto, das intencionalidades que caracterizam as formas sociais de "condução e controle", do ensinar e do aprender. É neste mesmo contexto em que podemos pensar o ensino formal como o elemento de sujeição da educação à pedagogia, ou seja, o momento em que a educação não se dá mais apenas no âmbito da imitação, observação, convívio etc., como elemento de humanização, mas sim a soma desse à criação de situações próprias para o exercício de formação dos indivíduos para adentrem o social, por meio de práticas intencionalmente construídas.

Ao examinar o campo da educação e sua interação com as mudanças estruturais típicas do sistema capitalista e suas crises, percebemos que há uma conexão profunda entre os projetos educacionais e a realidade econômica que os envolve, o que não implica ignorar as resistências que surgem nesse campo. Essa conexão é marcada pela falha em reconhecer que o neoliberalismo é uma racionalidade - uma forma de razão e moral socialmente constituídas - que é repetidamente reproduzida em diferentes contextos políticos e sociais. Muitas vezes, essa racionalidade é reforçada quando é desafiada, exibindo uma plasticidade que permite ao neoliberalismo se adaptar a diversas realidades. Nesse contexto, várias análises têm mostrado às oportunidades de desenvolvimento humano que a educação escolar pode proporcionar, ou seja, a capacidade de influenciar a formação de subjetividades.

Essa inter-relação entre educação e neoliberalismo corresponde, mesmo que parcialmente, a uma sobreposição à lógica da educação escolar enquanto instituição de disciplinarização dos corpos e das condutas¹⁰⁵. Essa concepção enquanto esfera de aprendizado e interiorização do "estatuto social" se mantém, visto que todos devem ir à escola, sendo justamente neste espaço que os indivíduos vão aprender sobre o uso do corpo e do espaço no ambiente social, conforme as análises clássicas de Kant¹⁰⁶. Porém, o que vem se transformando é a lógica deste "estatuto social", no qual a crise da sociedade disciplinar corresponde ao crescimento de uma nova tecnologia de poder, caracterizada pela disciplina, tanto externa aos indivíduos, quanto interna, entre o indivíduo e sua subjetividade, uma disciplinarização de si. Conforme escreve Migowski:

Com a ligação do sujeito com o 'modelo existencial' dos neoliberais, todos tornam-se vigilantes uns dos outros. Os parentes, os amigos, os vizinhos etc. Ainda mais, o próprio sujeito torna-se vigilante de si mesmo e de suas

105 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

106 KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. 5a ed. Piracicaba: Editora UNIMED, 2006.

atitudes. [...] Ora, dentro de uma economia, no qual o valor é imaterial e a formação do trabalhador é contínua, resta a esperança de uma remuneração futura, a ser conquistada pelo aprendizado psíquico e cognitivo, que só poderia ser alcançado através da privação e do esforço individual. Por esse motivo, não há a sensação de alienação do trabalho, como previa Marx. [...] O sujeito precisa 'criar', 'inovar', 'planejar', 'estudar', 'aperfeiçoar' etc. Com a atomização da sociedade, com a criação de unidades-empresas, e com o desejo subjetivo pelos instrumentos de poder [...]¹⁰⁷.

Neste contexto, a concepção de educação escolar se desloca de um ideal de promoção de justiça social e igualdade - concepção de "progresso social" que demonstrou seus limites historicamente, na medida em que não esteve acompanhado de transformações sociais mais profundas na base do sistema produtor de mercadorias - e acaba por voltar-se a uma esfera de adaptação individual ao mundo das competitividades, deslocando a concepção de educação e formação para a noção de uma aprendizagem constante¹⁰⁸.

Essa concepção de educação enquanto aprendizado tende a moldar os contextos educacionais, na medida em que "[...] assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame"¹⁰⁹. "Capital Cognitivo" e "Capital Humano" vão se apresentar como aspectos de um mesmo contexto, no qual a educação aparece enquanto vantagem em um jogo de competições. Tanto a nível individual quanto social e governamental, o que se caracteriza é uma transformação dos modelos escolares, que agora correspondem a uma etapa inicial de formação que deve se fazer contínua.

107 MIGOWSKI, Eduardo Seixas. **O ethos neoliberal e a formação da sociedade de controle**. Transversos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 04, p. 07-26, set. 2015.

108 LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática: A revolução escolar iminente**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

109 DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum: sobre a sociedade de controle**. In: Deleuze, G: Conversações. Editora 34: Rio de Janeiro. 2010, p. 225.

A teoria de um “Capital Humano” corresponde a elementos inatos, característicos da hereditariedade e a aspectos adquiridos, sendo esse último, o ponto de partida para uma concepção de possibilidades de formação enquanto investimento. Neste sentido, o investimento nos indivíduos, tanto por parte dos poderes públicos, por meio de políticas de educação, formação, saúde, natalidade etc., quanto por parte dos indivíduos - que podem investir tanto em si como em outros - corresponde a acréscimos de capacidades, de talentos, de competências e de habilidades que resultaram em maiores chances na competição que caracteriza o social, assim como em maiores possibilidades de alcançar rendas.

Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vai produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o que? **Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais.** Na verdade, não se esperam os neoliberais para medir certos efeitos desses investimentos educacionais, quer se trate da instrução propriamente dita, quer se trate da formação profissional, etc. Mas os neoliberais observam que, na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional¹¹⁰.

Essa concepção de investimentos educacionais, portanto, não vão se limitar propriamente a uma concepção tradicional de educação, ou seja, políticas voltadas ao “aprendizado escolar e ao aprendizado profissional”. Elas vão passar a significar toda uma forma de articulação entre a educação como totalidade e integralidade, que representa um todo do processo formativo e de investimentos na formação dos indivíduos de modo a constituir este capital. Esse processo, de uma formação referente a um “Capital Humano”, levará a

concepção desses investimentos, tal qual um empreendimento de si mesmo que vai proporcionar rendas.

É justamente essa formação que acompanha a concepção do desenvolvimento de um *Novo Espírito do Capitalismo*, a formulação não apenas do *aprender a aprender* e do *aprender a fazer*, mas também uma *aprender a ser*. Desde o século XX, pensadores articulados às correntes econômicas neoliberais defendem que residiria neste elemento de adaptação a necessidade do financiamento público para os sistemas educacionais.

Dardot e Laval apontam um enfoque dos sistemas educacionais cada vez maior nos princípios do empreendedorismo, de modo que

A concepção do indivíduo como um empreendedor inovador, que sabe explorar as oportunidades, é resultado, portanto, de várias linhas de pensamento, entre as quais a 'praxeologia' de Von Mises e a difusão de um modelo de gestão empresarial que aspira a uma validade prática universal. [...] **A educação e a imprensa serão requeridas para desempenhar um papel determinante na difusão desse novo modelo humano genérico.** Vinte ou trinta anos depois, as grandes organizações internacionais e intergovernamentais terão um poderoso papel de estímulo nesse sentido. É interessante constatar que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia, sem se referir explicitamente aos focos de elaboração desse discurso sobre o indivíduo-empresa universal, serão continuadoras poderosas deles, por exemplo, tornando a formação dentro do 'espírito de empreendimento' uma prioridade dos sistemas educacionais nos países ocidentais. **Que cada indivíduo seja empreendedor por si mesmo e dele mesmo**, essa é a grande inflexão que a corrente austro-americana e o discurso gerencial neoschumpeteriano darão à figura do homem econômico¹¹¹.

Pensar a formação de um indivíduo que deve *aprender a ser*, significa uma preparação para os princípios da valorização capital, principalmente em sua fase mais recente, caracterizada pela formação das chamadas bolhas especulativas e de sujeito fluídos, flexíveis, adaptativos, que tenham suas identidades embasadas nos signos e nas necessidades do capital, elementos de superação do próprio capital humano, configurado em sua máxima performance, de modo a se descolar de princípios sociais e comunitários. Portanto,

O que está em jogo nesses exemplos é a construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais¹¹².

Neste sentido, as políticas educacionais passam a representar esferas privilegiadas por sua capacidade de ação e modulação de comportamentos dos indivíduos, de modo que os grandes organismos internacionais, como OCDE, União Europeia (UE), FMI, todos estes organismos multilaterais (OMs) encontram na esfera da educação um espaço privilegiado para a difusão de uma norma de conduta formativa baseada nos princípios neoliberais de um indivíduo empreendedor de si.

Neste contexto, os Estados modernos deixaram de atuar apenas como financiadores para regular e institucionalizar a concorrência interna, adotando políticas mercadológicas voltadas à atração de capitais e ao aumento da competitividade. Desde os anos 1970, o Banco Mundial e o FMI ampliaram sua influência para o campo social, especialmente na educação, vinculando financiamento ao binômio “pobreza–segurança” e integrando esses programas a projetos

setoriais¹¹³. Na década de 1990, a troca de créditos onerosos por medidas de contenção orçamentária manteve subsídios às grandes empresas e converteu direitos sociais, como a educação, em formalidades pautadas pela eficiência e rentabilidade. Esse modelo neoliberal de expansão educacional promoveu uma formação mínima utilitarista, estratificada pela classe social, perpetuando desigualdades estruturais globais, em um mundo mais competitivo.

Desde a década de 1980, os países que compõem a OCDE tendem a se orientar por um conjunto de dispositivos de gestão - *management* - como uma generalização a todos os domínios, de modo que o termo “governança” representa cada vez mais a norma neoliberal, imposta globalmente pelos OMs criados no pós-guerra¹¹⁴.

Os princípios da educação empreendedora se inserem na realidade escolar por meio dos elementos da organização e da gestão escolar, tendo por princípio o aparato tecnológico gerencial. Se pensarmos a realidade brasileira, esse aparato tecnológico está alinhado às orientações do Fórum Internacional de Políticas Públicas, ocorrido em 2014 e de ações conjuntas entre o MEC e o Instituto Ayrton Senna, caracterizando “[...] o aprofundamento da inserção do debate sobre as competências socioemocionais nas diversas etapas da educação básica brasileira, principalmente pelas parcerias firmadas entre o IAS e as secretarias estaduais de educação”, embasada na tríade MEC-OCDE-IAS¹¹⁵. Essas tecnologias gerenciais se referem a

um conjunto de métodos e técnicas de organização e controle do trabalho, atuando em nível objetivo (comportamental) e subjetivo (ideológico), da força de trabalho no

113 BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, Luiz Bezerra. **As influências do neoliberalismo na educação brasileira**: algumas considerações. *Itinerarius Reflectionis*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 1-15, 22 abr. 2014.

114 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

115 CECHINEL, André; MUELLER, Rafael Rodrigo. **Formação espetacular**: educação em tempos de base nacional comum curricular. Salvador: Editora da Ufba, 2022, p. 3.

intuito de intensificar e reduzir o tempo de trabalho necessário para o ciclo de rotação do capital imprescindível para a perpetuação do processo de valorização do valor¹¹⁶.

Esse conjunto de métodos disciplinares e de controle são difundidos, principalmente, por dois mecanismos importantes alinhados às demandas dos OMs: a formação de professores e a disputa pela organização curricular. Por meio de um ajuste da organização do trabalho pedagógico e de uma política curricular, constituem-se modelos de controle e comparação de resultados. Vê-se a tentativa de adaptação da existência à ordem econômica instável, levando a uma correspondência entre o moderno sistema produtor de mercadorias e a adaptação dos modos de vida e das racionalidades, no qual cada sujeito passa a interiorizar a ideia de competitividade como norma, justificando e legitimando as grandes desigualdades inerentes ao sistema produtor de mercadorias. Essa racionalidade precisa ser produzida e defendida pelos sujeitos, sendo a escola e a universidade espaços de disputas, na medida em que, possibilitam a formação de um certo tipo de subjetividade¹¹⁷.

A política de conversão comportamental requerida neste contexto, embasada em um sistema de coerção muito mais sofisticado do que apenas a antiga ética disciplinar, encontra na educação uma série de dispositivos que possibilitam a formação de indivíduos sobre o princípio de um governo de si, utilizando a competição como o principal elemento. Esse princípio educacional, em que cada um deve ser o empreendedor de si, tem em seus elementos de base não apenas todos os aspectos da formação de um *homo economicus*, mas também de um “discurso gerencial” que é proveniente da corrente econômica neoliberal austro-americana. Estes elementos estão nas bases das políticas de educação dos organismos multilaterais,

116 Id., p. 26.

117 SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; Christian DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

no qual o denominado *entrepreneurship* - empreendedorismo - se torna central nos sistemas educacionais, principalmente ocidentais, agindo por meio das técnicas de gestão generalizadas, que perpassam desde a organização dos sistemas até o íntimo dos indivíduos.

É nesse sentido que a formação de um indivíduo dentro da lógica neoliberal passa a significar a necessidade de uma subjetivação, articulando envolvimento laboral, aperfeiçoamento por meio de aprendizagem contínua, flexibilidade e, principalmente, responsabilidade individual sobre o cálculo de todas essas dimensões de sua vida. O indivíduo passa a se conformar com essa realidade de riscos, encontrando na educação um elemento de adaptação pessoal.

Essa formação requerida pelo século XXI não deve ser sobrecarregada de conteúdos que possam “engessar” o indivíduo, pois esse deve aprender o que é útil às suas necessidades e às necessidades de sua inserção profissional, de modo que saiba lidar com a realidade da sociedade do conhecimento¹¹⁸. De acordo com o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, existem quatro aprendizagens essenciais para o século XXI, sendo o

Aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos de compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente **aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes**. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. Mas, em regra geral, o ensino formal orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente, para o aprender a conhecer e, em menor escala, para o aprender a fazer¹¹⁹.

118 BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, Luiz Bezerra. **As influências do neoliberalismo na educação brasileira**: algumas considerações. *Itinerarius Reflectionis*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 1-15, 22 abr. 2014.

119 DELORS, Jacques (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998, p. 90.

Essa concepção, esboçada pela UNESCO, para uma educação para o século XXI, perpetrada sob a lógica do “aprender a ser” enquanto dimensão de apropriação do saber, tem por princípio a formação de um indivíduo que se adapta ao que for necessário a ser exigido dele. tal aspecto remete a um *sujeito sem sujeito*, fluido, flexível, adaptável, um *sujeito plástico*¹²⁰, que corresponde a formação de sua identidade narcisista fundamentada em si mesmo e ancorada nos signos empresariais e da competição, na identificação com os “grupos de consumo” e com as competências próprias da dimensão empresa¹²¹.

Em um relatório mais recente da UNESCO¹²², a articulação entre educação e prática empresarial ganha contornos mais nítidos e aparece enquanto forma de enfrentamento e adaptação a questões climáticas, excedentes de produção e exclusão digital, mas sob formas de enfrentamento que devem se dar a partir das ações individuais, sem deixar de destacar as necessidades de adaptação dos indivíduos às instabilidades econômicas e sociais. Essa mesma dimensão adaptativa sob os signos empresariais e empreendedores, perpassam os relatórios de outros OMs como o FMI¹²³, que destacam a importância dos fomentos nacionais para a geração de oportunidades por meio de “políticas redistributivas” sensíveis às “exigências do mercado”, e que proporcionem assim “oportunidades de aprendizado por toda a vida”. Podemos complementar essa análise

120 BENEVIDES, Pablo Severiano; NASCIMENTO, Paulo Henrique Albuquerque do; PRESTES, Túlio Kércio Arruda. Aprendizagem 24/7: a nova linguagem educacional do neoliberalismo. **Revista Lampejo**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 97-117, 2021.

121 CECHINEL, André; MUELLER, Rafael Rodrigo. **Formação espetacular**: educação em tempos de base nacional comum curricular. Salvador: Editora da Ufba, 2022.

122 UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação 2022**: Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadiladel Monte: Fundación SM, 2022.

123 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório Anual do FMI 2019**: nosso mundo conectado (Síntese). FMI, 2019, p. 15.

apontando ainda o relatório sobre a Natureza Mutável do Trabalho do Banco Mundial¹²⁴, que reforça a importância de adaptação dos trabalhadores a “trabalhos independentes”, para a manutenção de seus postos de trabalho, ou seja, a necessidade de uma política individual de empreendedorismo e de capacidade de empregabilidade, por meio da “inovação”.

Os discursos gerenciais próprios dos séculos XX e XXI configuram uma espécie de “prescrição neoliberal”. Ou seja, essa nova conjuntura funciona menos como uma coerção e mais como uma prescrição a normas, modos de ser e de estar, constituições da própria forma ideal a um sujeito moderno e contemporâneo, caracterizando um referente a partir de um conjunto de procedimentos teóricos e normativos. Nesta conjuntura, a principal relação dos sujeitos não é apenas com sua relação de poupança e economia, elementos que antes eram responsáveis por uma moral baseada nos valores do autocontrole individual - não que essa deixe de existir - mas sim com o seu tempo e com a gestão pessoal desse tempo, de modo a articulá-lo sobre a forma da valorização do valor¹²⁵.

O tempo representa a principal esfera de economia dos indivíduos modernos, isso significa articulá-lo em detrimento das próprias relações sociais afetivas, privilegiando as relações e as referenciais que sejam mais lucrativas, administrando com o máximo de racionalidade esse ativo pessoal no sentido de acessar maiores e melhores informações e, conseqüentemente, mais dinheiro. Boltanski e Chiapello¹²⁶ complementam que “[...] o homem conexcionista é proprietário de si mesmo, não segundo um direito natural, mas no sentido de ser produto de seu próprio trabalho sobre si mesmo. [...]”:

124 BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2019: a natureza mutável do trabalho** - visão geral. Washington, 2019.

125 BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2a ed. 2020.

126 Id., p. 192.

cada um, sendo produtor de si mesmo, é responsável por seu corpo, sua imagem, seu sucesso, seu destino”

Cada indivíduo, ao se tornar produtor de si, deve se incubir de sua rede, seu corpo, sua imagem, seu sucesso e seu destino. Essa concepção, quando generalizada, torna-se base para a reformulação das redes de ensino em diversos países¹²⁷. No Brasil, esse princípio se materializou na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece, desde a primeira infância, o “cuidado de si” como um direito de aprendizagem, seguido pelo cuidado com o outro. Esses elementos são fundamentados em uma lógica de prescrição e adaptação aos modos de ser, configurando um modelo de governo que acompanha o indivíduo desde a infância até a juventude, conforme as definições propostas pela BNCC¹²⁸. Os princípios conceituais de uma “formação integral” sob a partir de competências socioemocionais podem ser analisados em normativas dos OMs, como no Relatório da OCDE, onde consta que “competências socioemocionais são relativamente maleáveis entre a primeira infância e a adolescência”¹²⁹.

As políticas de educação do século XXI, por meio da flexibilização, correspondem cada vez mais as necessidades de superação de formas taylorizadas de trabalho - políticas que tendem a compressão dos indivíduos enquanto máquinas - levando a valorização dos indivíduos em relação às suas propriedades mais humanas, como os afetos, senso moral, honra, capacidade inventiva. Em consequência, tem-se um engajamento maior dos sujeitos nos próprios processos

127 GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. **Neoliberalismo e educação**: aproximações entre Brasil e Chile. **Revista Contexto e Educação**, Ijuí, v. 37, n. 116, p. 337-353, jan./abr. 2022.

128 SCOTTA, Larissa. O estudante protagonista e responsabilizado do novo ensino médio: uma análise sob as lentes da governamentalidade. **Revista Linguagem, educação e sociedade**. Vol. 26, nº 52, 2022.

129 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Estudos da OCDE sobre competências: competências para o progresso social**: o poder das competências socioemocionais. São Paulo: Fundação Santillana, 2015.

produtivos, o que caracteriza uma sofisticação nas lógicas de coerção, correspondendo não só a diminuição dos custos salariais e dos ganhos de produtividade, mas também a lógica de otimização provenientes destes processos, que “justamente por serem mais humanos penetram com mais profundidade no íntimo das pessoas que — como se espera — devem ‘doar-se’ — ao trabalho, possibilitando a instrumentalização dos seres humanos naquilo que eles têm de propriamente humano”¹³⁰.

Toda a dimensão esboçada até aqui sobre a educação no século XXI corresponde à necessidade de pensar os limites da teoria do capital humano. Isso pois, apenas a ideia do homem enquanto máquina de rendas não é mais suficiente para a exploração máxima das capacidades humanas, e, neste sentido, as concepções de uma educação neoliberal do início do século também não são mais suficientes para explicar as transformações enfrentadas no âmbito da educação:

[...] o relatório da Unesco (2022, p. 8) indica que “[...] a educação em todo o mundo continua aquém das aspirações que temos para ela’ Esse relatório da Unesco faz essa indicação ao mencionar que o órgão organizou diferentes relatórios mundiais sobre o papel da educação na transformação da sociedade em diferentes períodos, dentre eles o relatório de 1972 ‘Aprender a Ser’ da Comissão Faure, com publicação em português de 1974 e o relatório ‘Educação: um tesouro a descobrir’ lançado em 1996, da Comissão Delors, publicado em português em 1997, que foram importantes para a reorganização da educação em nível mundial, entretanto, “[...] nos últimos anos, o mundo mudou de maneira fundamental’ (UNESCO, 2022, p. 05). Portanto, **o relatório indica a necessidade de redefinição de novos propósitos para a educação**¹³¹.

130 BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2a ed. 2020, p. 131-132.

131 DEBIASI, Miryan Cruz. **Pedagogia neoliberal e a racionalidade empresarial na formação escolar**. 2023. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2023.

Todo esse movimento de constituição de uma educação própria à dimensão neoliberal, - que tem início com as imposições de organismos multilaterais (Oms) por meio reformas e ajustes educacionais - encontra seus elementos mais desenvolvidos em um amplo e irracional projeto que objetiva uma subjetivação na qual os indivíduos se responsabilizam pelo seu próprio gerenciamento em detrimento de uma auto otimização para o signo da adaptação. Esse movimento de desenvolvimento da lógica formativa encontra uma dimensão privilegiada a partir dos elementos da educação empreendedora, que articula educação e gestão de si sob os princípios do *Management*.

Neste sentido, estamos lidando com uma “pedagogia neoliberal”¹³² articulada em uma formação empresarial a partir da escola. Isso em âmbito global e de maneira muito padronizada, por meio de uma conjuntura entre disciplinas obrigatórias e optativas, exames de larga escala padronizados e um processo de curricularização da realidade escolar, levando ao que vem sendo analisado em diversos países:

Na última década, uma das maneiras pelas quais isso evoluiu foi por meio de uma agenda de ‘educação empreendedora’ — uma mudança no sentido de incorporar os valores da empresa, um ‘espírito empreendedor’ e uma atitude de ‘poder fazer’ [...]. Embora isso esteja relacionado, como antes, com fornecimento de mão-de-obra pronta [...], no passado, fora dos programas de ‘experiência de trabalho’, isso ocorreu a uma distância relativa. Desenvolvimentos mais recentes, no entanto, garantem tanto a participação direta das empresas na experiência cotidiana da sala de aula quanto a promoção aberta dos interesses comerciais e dos valores do livre mercado. [...] representa o surgimento de processos para reorientar o ethos das escolas para o empreendedorismo, valores que estão cada vez mais impregnados para além do currículo¹³³.

132 Ibid.

133 Mccaferty, 2010, p. 544, *apud* DEBIASI, Miryan Cruz. **Pedagogia neoliberal e a racionalidade empresarial na formação escolar**. 2023. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2023.

Esta política de educação empreendedora, típica da pedagogia neoliberal, se fundamenta na articulação estreita entre empresas e instituições de ensino. Essa conexão vai além das parcerias público-privadas, cada vez mais presentes nas últimas décadas, e foca na incorporação dos valores empresariais e do espírito empreendedor. Seu objetivo é promover mudanças de longo prazo rumo à formação de uma “sociedade de cidadãos empreendedores globais” por meio do desenvolvimento de “competências empreendedoras”. Essas competências visam preparar indivíduos flexíveis, capazes de se autogerir e dispostos a assumir riscos, em consonância com a lógica do “aprendizado ao longo da vida”¹³⁴. A educação empreendedora significa, nesse sentido, uma formação para a aceitação de uma cultura empresarial.

A educação empreendedora, por mais que aponte inicialmente para uma concepção de articulação meramente de gestão individual de si sob os preceitos da concorrência, representa uma articulação econômica, política e social muito mais profunda. Pois alinha enfrentamento de crises de rentabilidade e de desregulação social, apontando para uma aposta do empreendedorismo, para o “crescimento sustentável das economias”, mesmo sob a terceirização dos riscos ao corpo social, que deve apresentar uma “postura resiliente”¹³⁵.

O “eu-empreendedor” — originalmente intitulado como *el self empreendedor* — apresenta uma dinâmica própria originária do mundo das empresas, cabendo aos indivíduos a iniciativa, a flexibilidade e o empoderamento para serem cada vez mais empreendedores em todas

134 DEBIASI, Miryan Cruz. **Pedagogia neoliberal e a racionalidade empresarial na formação escolar**. 2023. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2023, p. 151-152.

135 ALMEIDA, Joana Gomes de; SANTOS, Eduardo J. R.; ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; FERREIRA, Joaquim Armando. Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social. **Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 31-56, jan. 2013, p. 36.

as suas dimensões¹³⁶. A educação empreendedora se alinha justamente à necessidade de formação desses indivíduos, cabendo a ela fornecer uma preparação para este mundo da competição. Essa, por sua vez, parte de uma gestão contemporânea organizativa, elemento de gestão dos próprios princípios educacionais, generalizando-se como uma própria dimensão organizativa da realidade enquanto um referente tanto aos indivíduos, quanto aos outros, que conforme apontou Debord¹³⁷, deverão se adaptar às imagens da totalidade espetacular.

A educação empreendedora é o princípio de superação, ou de otimização, dos preceitos do capital humano que tendem a compreender os indivíduos enquanto “máquinas de renda” a partir de sua própria atividade produtiva. De modo que, sem distinguir entre os indivíduos e suas classes — o que não significa ignorar as diferentes realidades e a crescente desigualdade social — a concepção de um agir empreendedor que perpassa tudo e todos caracteriza os elementos próprios da educação contemporânea neoliberal, na qual o indivíduo, em sua fase máxima de auto exploração e auto subjetivação, extrai o máximo de si mesmo, sob os protestos da valorização do valor.

Essa educação empreendedora se constitui em uma racionalidade global, que perpassa as diversas conjunturas e espectros político-ideológicos. A valorização do valor é uma verdade, um dogma, que não deve ser questionado e que deve constituir os princípios de humanização e subjetificação próprias da modernidade.

136 BRÖCKLING, Ulrich. **El Self emprendedor**. Sociología de una forma de subjetivación. Santiago de Chile: Editorial Universidad Alberto Hurtado, 2015.

137 DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.



3

TEORIA CRÍTICA DO VALOR (*WERTKRITIK*):

ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DA
CRISE DO SUJEITO NA MODERNIDADE

INTRODUÇÃO À TEORIA CRÍTICA DO VALOR (*WERTKRITIK*)

A Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*) pode ser compreendida como um movimento teórico surgido na Alemanha entre as décadas de 1980 e 1990, que teve por intuito a elaboração de uma crítica radical ao capitalismo. Ela desenvolveu análises que demonstraram a necessidade de retornar a conceitos fundamentais da teoria marxiana, partindo principalmente da compreensão das bases lógicas da forma-mercadoria, de modo a compreender as categorias de base do capitalismo, embasadas nas concepções de “valor”, “mercadoria” e “trabalho”.

Distanciando-se do marxismo tradicional inerente às bases modernas do pensamento, que generalizam conceitos próprios à organização da luta de classes, os escritos da *Wertkritik* estão marcados por uma aproximação aos elementos filosóficos analíticos de Marx, principalmente em relação a sua atualidade para compreender a modernidade e sua constituição dialética entre as ações individuais e a consolidação de uma sociabilidade “concretamente abstrata”, caracterizada pelos signos do valor inerente ao trabalho abstrato enquanto fundamento da constituição social humana.

Inicialmente, os teóricos da Teoria Crítica do Valor passaram a escrever alguns de seus textos e a se organizar em torno da revista intitulada Crítica Marxista (*Marxistische Kritik*), alinhando suas análises em prol da constituição de uma “Crítica Fundamental do Valor” e desenvolvendo algumas de suas principais contribuições categoriais, tendo por foco uma crítica ao marxismo e um esforço de repensar categorias marxianas até então relegadas pelos teóricos do movimento operário.

A partir da continuação de seus escritos teóricos publicados na *Crítica Marxista*, Robert Kurz e Ernst Lohoff desencadeiam a

necessidade de uma ruptura com qualquer aspecto do marxismo¹³⁸ como necessidade para a continuação da sua teoria da crise e do capitalismo a partir das categorias de base deste sistema. É neste contexto que em 1990, a revista Crítica Marxista é renomeada para *Krisis*, não rompendo com suas discussões e mantendo uma continuidade em suas publicações¹³⁹.

O grupo Krisis se caracterizou por leituras sociais e categorias distintas e, em certos momentos conflitantes, tendo por maior consequência uma cisão no ano de 2004, a partir da qual Robert Kurz e Roswitha Scholz fundaram a Revista *Exit! Crise e crítica da sociedade das mercadorias*, caracterizando um enfoque maior do grupo na teoria do valor-dissociação.

O esforço teórico dos grupos, durante suas trajetórias desde a década de 1980, tiveram por base teórica-epistemológica os aspectos da Teoria da Crise estrutural do capitalismo, pensada principalmente por Robert Kurz, expoente teórico da Crítica ao

138 Em dezembro de 1989, Robert Kurz e Ernst Lohoff publicaram no nº 7 da revista Crítica Marxista (*Marxistische Kritik*) o ensaio *O fetiche da luta de classes: Teses sobre a desmitologização do marxismo* (*Der Klassenkampf-Fetisch*). Na obra, os autores argumentam que a interpretação marxista tradicional coloca a luta de classes como a categoria fundamental da teoria de Marx, em detrimento da análise da forma mercadoria e do fetichismo, invertendo a análise original que inicia sua análise pela mercadoria, uma forma social que, ao ser fetichizada, oculta as verdadeiras relações de produção e as formas abstratas de valor. Disponível em: <https://www.krisis.org/1989/der-klassenkampf-fetisch/>. Acesso em: 04 de set. de 2024.

139 A atuação do grupo Krisis, está caracterizada por diversos temas recorrentes que marcaram suas discussões, tanto por meio de artigos, como de livros e manifestos publicados por seus autores. Dentre os principais temas sob os quais o grupo se debruçou, se destacam a análise da economia política da crise da unificação alemã e o estudo da emergência do novo radicalismo de direita na Alemanha, compreendendo-o como um fenômeno ligado à crise das instituições democráticas. O grupo também incorporou progressivamente a problemática de gênero em seus debates. Ao longo da década de 1990, a Krisis aprofundou a discussão sobre o processo de crise do capitalismo, abordando-o sob diferentes perspectivas, bem como os mecanismos que contribuíram para o adiamento da crise fundamental, notadamente através da expansão do capital fictício. Nesse período, o grupo ainda se dedicou ao debate sobre o novo antisemitismo estrutural, ampliando suas análises para uma gama de questões interligadas à crise do capitalismo e suas consequências sociais e políticas.

valor¹⁴⁰, tendo sua maior expressão na obra *O colapso da modernização*, lançada em 1991, com o objetivo de analisar o colapso do socialismo real não como “o fim da história”¹⁴¹, que caracterizaria a vitória do capitalismo de mercado sobre a sociabilidade humana, mas como um aspecto inerente da crise mundial de produção. As análises de Kurz sobre a teoria da crise foram aprofundadas em alguns escritos posteriores, como o texto *A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global*, de 1995, em que o autor procura compreender o que denominou como “Capitalismo de Cassino”, uma fase do capital que busca empurrar para a frente o processo de acumulação em seu processo de crise estrutural, por meio do mercado financeiro e de bolhas especulativas.

Esse desenvolvimento teórico conceitual da Teoria Crítica do Valor, possibilitou a compreensão de alguns aspectos centrais da teoria que se desenvolveram gradualmente, tendo por ponto de viragem contextual o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o aprofundamento da descrença nas teorias marxistas, resultante do processo de crise do “socialismo real”, principalmente em relação ao movimento operário e a da luta de classes. As análises da Teoria Crítica do Valor apontam para uma crise estrutural do capitalismo produtor de mercadorias, incluindo seus aspectos de consolidação subjetiva, compreendendo suas modificações estruturais que se expandiram também sobre o Leste europeu em sua forma burocrática estatal, em um esforço de aceleração modernizador sob

140 Conforme nos ensina Kempter (2016), a Teoria da Crise apareceu pela primeira vez em um texto de Robert Kurz escrito no primeiro número da revista Crítica Marxista (*Marxistische Kritik*) intitulado A crise do valor de troca: Força produtiva ciência, trabalho produtivo e reprodução capitalista (*Die Krise des Tauschwerts. Produktivkraft Wissenschaft, produktive Arbeit und kapitalistische Reproduktion*), in: *Marxistische Kritik*, nº 1, 1986, p. 7-48. Disponível em: https://www.obeco-online.org/klaus_kempter.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

141 FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

o signo de um socialismo real que posteriormente seria denominado por Kurz como “capitalismo de caserna”¹⁴².

Para pensarmos sobre a *Wertkritik*, é necessário destacar que a teoria de Marx assume a forma de um “Duplo Marx”, exigindo ao mesmo tempo situar suas ideias em seu contexto histórico e reconhecer sua dimensão prospectiva. De um lado, temos o Marx imerso no processo de modernização das forças produtivas do século XIX, cujas categorias refletem as condições materiais e os conflitos de sua época; de outro, o Marx que antevê o aprofundamento da socialização humana por meio do trabalho abstrato, impulsionado pelos avanços tecnológicos — aspecto por ele valorizado em algumas de suas análises. Essa dupla perspectiva é fundamental para distinguir, em sua obra, o que está condicionado ao seu tempo do que permanece relevante para interpretar as dinâmicas da sociedade contemporânea. Pensar em um Marx esotérico significa:

[...] **encarar a necessidade de uma crítica das categorias de base da modernização capitalista, e não apenas de uma crítica da respectiva distribuição ou aplicação.** Porém, durante mais de um século, o pensamento de Marx serviu sobretudo como **teoria da modernização**, no intuito de **fazer avançar essa mesma modernização**. [...] Os «marxistas tradicionais» colocaram no centro dos seus raciocínios a noção de conflito de classe, entendendo-o como luta pela repartição do dinheiro, da mercadoria e do valor, sem pôr em causa estas três realidades em si mesmas¹⁴³.

Portanto, é necessário colocar em correlação as duas distinções teóricas ao pensar a concepção de um Duplo Marx, de modo a compreender que se tratam de duas etapas historicamente constituídas, de modernização e de superação desta própria modernidade.

142 KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

143 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 9.

Dessa forma, compreendendo que um mesmo teórico foi capaz de analisar o capitalismo para além de sua época, concebendo tendências que vieram a se concretizar em nossa dimensão presente, e que acabou tomando os primeiros estádios de desenvolvimento do capitalismo pela respectiva maturidade, acreditando em seu fim próximo. Jappe destaca que

[...] para além desse tipo de considerações, [Marx] deixou também outras de natureza muito diferente: as que dizem respeito à crítica dos próprios fundamentos da modernidade capitalista. Durante muito tempo esta crítica foi completamente negligenciada [...]. Porém, com o declínio do capitalismo, vem à luz do dia precisamente a crise desses fundamentos. A partir daqui a crítica marxista da mercadoria, do trabalho abstracto e do dinheiro deixa de ser uma espécie de «premissa filosófica» alcançando plena atualidade. [...] Sendo assim, podemos distinguir duas tendências na obra de Marx, ou eventualmente falar de um duplo Marx: por um lado, o Marx «exotérico», que toda a gente conhece, o teorizador da modernização, o «dissidente do liberalismo político» (Kurz), um representante das Luzes que queria aperfeiçoar a sociedade industrial do trabalho sob a ação do proletariado: por outro lado, um Marx «esotérico» cuja crítica das categorias de base — difícil de compreender — visa mais além do que a civilização capitalista¹⁴⁴.

Neste sentido, as possibilidades de análise da sociedade moderna residem principalmente nas categorias filosoficamente examinadas por Marx. Sua crítica não se limita aos aspectos da modernização capitalista enquanto elemento historicamente necessário para o “desenvolvimento das forças produtivas” inerentes à modernidade, um modo de produção que, após ser alcançado, precisaria ser abolido.

Em *Ler Marx! os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI*, Kurz argumenta que a teoria de Marx apresenta uma

linha de argumentação que transcende o horizonte de sua época¹⁴⁵. Marx aprofunda a crítica categorial ao modo de produção capitalista, rejeitando as definições fundamentais do capitalismo em suas formas “político-econômicas elementares, que englobam todos os grupos, classes e camadas da sociedade”.

A concepção de um duplo Marx proporciona uma crítica às próprias dimensões da modernidade e as suas relações com a consolidação de uma forma de vida pautada na abstracção da forma trabalho moderna e suas consequentes categorias de base, na qual:

É bastante fácil nomear as categorias capitalistas elementares, mas é bastante difícil submetê-las a uma crítica fundamental. A abstracção ‘trabalho’, o ‘valor’ económico, a representação social dos produtos como ‘mercadorias’, a forma geral do dinheiro, a mediação através de ‘mercados’, a reunião desses mercados em ‘economias nacionais’ com determinadas unidades monetárias (moedas), os ‘mercados de trabalho’ como requisito para uma vasta economia de mercadorias, de dinheiro e de mercado, o Estado como ‘comunidade abstracta’, a forma do ‘direito’ geral e abstracto (codificação jurídica) em todas as relações pessoais e sociais e como forma da subjectividade social, a forma estatal pura e plenamente desenvolvida da ‘democracia’, o irracional disfarce cultural-simbólico da coerência do Estado e da economia nacional como ‘Nação’ – todas essas categorias elementares da socialização capitalista moderna, por um lado desenvolvidas através de processos históricos cegos, foram, por outro lado, impostas aos seres humanos pelos respectivos protagonistas e detentores do poder (eles próprios sem consciência do todo) num processo de pedagogização, habituação e interiorização ao longo de séculos, resultando daí o facto de essas categorias cedo terem surgido como constantes antropológicas inultrapassáveis, zombando de toda a crítica. **Conseguir vender o contexto da forma social capitalista, antes totalmente inexistente, como uma lei natural da convivência humana, que em princípio já teria existido sempre, foi indubitavelmente**

145

KURZ, Robert. **Ler Marx!:** os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI. 2000, p. 14.

uma grande façanha da filosofia iluminista burguesa e da teoria económica a ela vinculada, entre o final do século XVIII e o início do século XIX¹⁴⁶.

É no sentido de uma crítica às formas de sociabilidades abstratas e irracionais dos produtores individuais que somente possuem elementos de sociabilidade por meio da esfera do mercado e da troca de suas mercadorias, que Marx¹⁴⁷ vai definir as formas de uma sociedade profundamente irracional, destrutiva e, finalmente, auto-destrutiva. Portanto, sua teoria oscila entre uma “crítica categórica fundamental” e uma exposição “positivista”, chegando mesmo a ser contraditório em seus conceitos e argumentações centrais, caracterizando a concepção do Duplo Marx. É importante complementar que o núcleo desta contradição dos escritos marxianos reside em uma oposição da concepção do papel do “trabalho” no desenvolvimento social humano, pois constitui, para o “Marx Exotérico”, “uma necessidade natural supra-histórica, antropológica e ontológica”; já para a concepção “Esotérica” a “[...] forma especificamente capitalista de actividade abstractificada – e simultaneamente a substância do capital”¹⁴⁸.

Partindo dessa breve contextualização, este capítulo objetiva apresentar os principais conceitos da Teoria Crítica do Valor¹⁴⁹.

146 Id., p. 14.

147 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

148 KURZ, Robert. **The Substance of Capital**. London: Chronos Publications, 2016, p. 119-120.

149 Jappe (2006, p. 18) escreve que “A crítica do valor tem os seus antecedentes nos anos vinte com dois trabalhos: História e consciência de classe, de György Lukács, e os Estudos sobre a teoria do valor, de Isaak Rubin. Continua depois por entre as linhas dos escritos de Theodor Adorno, para encontrar o seu verdadeiro nascimento por volta de 1968, quando em diferentes países (Alemanha, Itália, EUA) autores como Hans-Jürgen Krahel, Hans-Georg Backhaus, Lucio Colletti, Roman Rosdolsky ou Fredy Perlman trabalham em torno do mesmo assunto. Desenvolve-se posteriormente, a partir da segunda metade dos anos oitenta, com autores como Robert Kurz, na Alemanha, Moishe Postone, nos Estados Unidos, e Jean-Marie Vincent, em França, os quais, sem contacto entre si, chegaram, por vezes literalmente, às mesmas conclusões”. Jappe (2006), argumenta que essas aproximações teóricas em distintos locais por teóricos que não mantiveram contato entre si, caracteriza o estado de crise do próprio capitalismo, marcando a necessidade de tensionar a crítica marxista tradicional, baseada em elementos próprios da modernização.

Partindo de um movimento que acompanha as discussões realizadas dentro do Núcleo de Estudos sobre Formação (FORMA), são abordados os aspectos da Teoria da Crise (em seus múltiplos aspectos, com o resultado final sendo a crise da forma sujeito moderno); do valor-dissociação (demonstrando que o capital possui uma fissura inerente a sua estruturação caracterizada pela diferença entre os “gêneros”); da forma-mercadoria (abordando sua importância enquanto elemento central da sociabilidade humana moderna); do valor e sua ânsia de valorização e da dimensão do trabalho abstrato moderno.

AS BASES LÓGICAS DA SOCIALIZAÇÃO DO SUJEITO AUTOMÁTICO DO VALOR

A abstração da realidade analisada pela Teoria Crítica do Valor nos leva a necessidade de realizar um esforço de compreensão em relação às bases lógicas da socialização indireta a que estão expostos os membros de uma realidade abstrata, invertida, sob o signo de uma relação de sociabilidade fetichista alienada à forma mercadoria. É justamente pela análise da forma-mercadoria na modernidade — tal como faz Marx em *O Capital* — que poderemos compreender as demais categorias de base que caracterizam o fetichismo e levam ao verdadeiro sujeito do capitalismo: o valor como o “sujeito automático”.

Marx¹⁵⁰ começa sua análise com a seguinte passagem: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar”. A mercadoria é assim definida enquanto um objeto externo com capacidade de satisfazer as necessidades humanas e que, historicamente, se constituiu sob

150

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 157.

o “[...] duplo ponto de vista: o da qualidade e o da quantidade” e, conseqüentemente constituem valores de uso (que não são categorias econômicas) e valores de troca. No seu conjunto, os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, por constituírem o seu suporte, independente de sua forma social.

A base quantitativa da mercadoria se consolida por meio do processo de troca por outros valores de uso e caracteriza a sua capacidade historicamente constituída e contraditória de expressar valor. Ou seja, uma capacidade de se expressar comumente em quantidade mediante uma outra mercadoria, mesmo que materialmente distinta, algo impensável a partir apenas dos valores de uso. A partir dessas observações, Marx¹⁵¹ chega a uma de suas principais descobertas, que para além da abstração do valor de uso mediante a troca, resta na mercadoria a propriedade única “[...] de serem produtos do trabalho”. Porém, até mesmo essa já sofreu as transformações:

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato.

Seguindo os argumentos de Marx¹⁵² o processo de produção das mercadorias objetivamente voltada às suas dimensões quantitativas estabelece não apenas a sua substância comum, como também abstrai do seu processo produtivo suas particularidades e o seu caráter útil, reduzidos pela abstração das trocas a um “trabalho humano abstrato”, dos quais

[...] não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, [...] de dispêndio de força de

151 Id., p. 160-161.

152 Id., p. 161.

trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias.

O valor das mercadorias que surge enquanto elemento comum se estabelece, portanto, a partir do quantum de trabalho humano acumulado na própria mercadoria, medido pela duração e quantidade de trabalho socialmente empenhado em sua produção, mas somente por isso, de modo que ignora o valor de uso a que se aplica este trabalho. Neste sentido, “[u]ma hora utilizada para fazer um vestido ou uma hora utilizada para fabricar uma bomba é sempre uma hora de trabalho [...] sem levar em conta o valor de uso de cada um. A diferença quantitativa é a única que pode existir entre valores”¹⁵³.

A abstração do trabalho como uma “geleia de trabalho” no processo produtivo decorre do fato de que o valor de uma mercadoria não se apoia apenas na produção individual, mas no tempo de trabalho socialmente necessário para sua realização. Ao duplo caráter dos valores da mercadoria, corresponde o duplo caráter da sua produção por meio do trabalho, por um lado assumindo a forma abstrata e correspondendo ao dispêndio de forças, se diferenciando apenas quantitativamente entre as suas formas. Por outro lado, é trabalho concreto, definido pela divisão do trabalho e suas diversidades de trabalhos produtivos.

A partir dessa dupla dimensão do trabalho podemos compreender as concepções do valor, em sua essência abstrata, na medida em que é definido por um quantum de trabalho também abstrato, mas se refletindo em um valor de troca. O valor de uso passa a

153

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 26.

significar a forma do valor, o seu contrário, caracterizando o princípio da forma-dinheiro¹⁵⁴.

Essa caracterização foi possível quando a sociedade instituiu a forma mercadoria como relação social dominante, "[...] uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade 'objetiva', isto é, como seu valor"¹⁵⁵. Na medida em que as pessoas querem trocar suas mercadorias por outros valores de uso, mas com o objetivo de torná-la mais valor, a troca deixa de ser um processo individual para se constituir um amplo processo de ação social, no qual as mercadorias podem se expressar mutuamente, mediante um processo em que os indivíduos se confrontam como proprietários privados de coisas alienáveis, como pessoas independentes umas das outras. Marx¹⁵⁶ afirma: "A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam", sendo que as comunidades e os indivíduos têm a sua função social subsumida pelo próprio processo de troca.

Essa submissão da sociabilidade dos indivíduos a um processo indiretamente determinado de trocas de mercadoria enquanto valores só é possível em uma sociedade caracterizada pelo trabalho abstrato, surgindo como célula de uma relação fetichista socialmente estabelecida¹⁵⁷. Neste processo, o concreto passa a servir somente a abstração materializada: o dinheiro, desencadeando a inversão da realidade, onde a própria sociedade se coloca a serviço de um

154 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 202.

155 Id., p. 190.

156 Id., p. 219.

157 Jappe (2006, p. 50-61) afirma que nas sociedades pré-capitalistas, o dinheiro funciona apenas como meio de troca (M-D-M). A partir do momento em que se realiza o entesouramento, o dinheiro passa a assumir o caráter de mercadoria em si, invertendo-se a lógica do sistema: a mercadoria deixa de ser o fim e torna-se instrumento de acumulação (D-M-D). Nesse processo, o capital só se justifica enquanto cresce, expressando-se na fórmula D-M-D': o objetivo último não é mais a satisfação de necessidades, mas a produção contínua de valor abstrato.

meio que se tornou uma finalidade. Portanto, o fetichismo não se limita à esfera da consciência, nem a uma mistificação, ele define uma abstração materializada na forma dinheiro e se caracteriza enquanto fenômeno de orientação social. O núcleo desta inversão social é a mercadoria:

os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. **O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social.** Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem¹⁵⁸.

Essa inversão da realidade social na produção mercantil constitui o controle dos indivíduos pelo próprio processo de produção, de modo que a atividade social dos indivíduos fica objetificada “na mercadoria, no valor e no dinheiro”, caracterizando a relação da mercadoria com a fundação da dimensão fetichista. No entanto, sem ter consciência dessa aparência que se oculta sob a forma dinheiro, essa relação aparece como a forma de uma lei natural regulada sob o tempo de trabalho social, de modo que Marx¹⁵⁹ define “fetichismo” “como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”.

O fetichismo se constitui não apenas como uma representação invertida da realidade, mas uma inversão da própria realidade, sendo a célula germinal do capitalismo, na medida em que os indivíduos

158 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 208-209.

159 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 207.

submetem seus trabalhos privados como trabalho humano igual, sem o saber, e associam os movimentos dos seus produtos às características naturais deles, de modo que Marx recorre ao fetichismo religioso para explicar o fenômeno em que os homens ignoram as condições sociais que eles mesmos criam e acabam por atribuir poderes sobre-naturais a objetos materiais, em uma relação de alienação. Podemos colocar a Teoria do Fetichismo como o centro de toda a crítica que Marx dirige aos fundamentos do capitalismo, residindo nesta centralidade crítica a importância desta teoria para a *Wertkritik*, já que o fetichismo, ao se imbricar com as categorias de mercadoria e valor, reside nas próprias bases da sociedade capitalista.

A partir da submissão dos indivíduos e de sua sociabilidade ao processo produtivo de mercadorias para a realização do mais valor, o trabalho na sua constituição moderna, ou seja, como trabalho abstrato, constitui a principal dimensão de crítica da *Wertkritik*. A partir da leitura de um “duplo Marx” — o chamado Marx esotérico —, os teóricos dessa vertente sustentam que o trabalho moderno, abstrato e assalariado não constitui um processo de humanização pela transformação da natureza. Ao contrário, ele se apresenta como um constructo moderno inconsciente, orientado exclusivamente à realização de mais-valor como fim em si, relegando a satisfação das necessidades humanas a um papel secundário e instrumental. É esse caráter puramente valor-orientado que embasa a inversão da realidade e funda o fetichismo como formação social irrefletida.

Como já explicamos, em *O Capital*, Marx conclui a partir da análise da forma mercadoria que no capitalismo, a atividade humana de transformação da natureza se aliena em relação a esferas de trocas de valores como fim em si mesmo e, neste processo, se aliena de si mesmo. A atividade produtiva humana se torna indiferente de suas particularidades e se volta à produção com o único objetivo da troca mercantil, de modo a se converter em uma simples “geleia de trabalho humano indiferenciado”.

Ao analisar o trabalho abstrato, Jappe destaca que:

O trabalho abstrato não é nem o trabalho fragmentado na linha de produção, nem o trabalho do informático. Consequentemente, é falso dizer-se que o trabalho abstracto 'substitui' cada vez mais o trabalho concreto, ou que o trabalho se torna 'cada vez mais abstracto'. [...] Segundo a teoria marxiana da duplicação, na produção de mercadorias todo o trabalho é ao mesmo tempo abstrato e concreto [...] Estes dois tipos de trabalho são completamente incomensuráveis entre si, e pertencem mesmo a níveis ontológicos inteiramente diferentes. Não é, portanto, possível que o trabalho abstrato se substitua ao trabalho concreto, ou vice-versa¹⁶⁰.

Essa geleia de trabalho humano compreendida como o trabalho abstrato, consolida as bases materiais para a valorização do valor mercantil e se soma em sua relação de abstração com o tempo e o dinheiro, pois como afirma Kurz: "Depois da ruína da utopia do trabalho, fracassa também a utopia do tempo livre nesta sociedade que transformou o ócio em consumo acelerado de mercadorias"¹⁶¹. As concepções sociais sobre o tempo acabam sendo reduzidas a essa mesma abstração, que se manifesta no ritmo do tempo de trabalho e se cristaliza na forma-dinheiro, a representação visível dessa abstração social.

Foi Immanuel Kant o primeiro a escrever sobre os reflexos que as dimensões do espaço e do tempo exercem sobre as formas a priori de perceber e de pensar dos seres humanos, de modo que, se pensarmos na relação que o capitalismo desenvolveu com o tempo social e cultural, perceberemos facilmente sua relação com a forma — dinheiro e sua articulação não apenas em torno deste princípio — a geração de mais dinheiro — como também a colonização desta relação a todas as demais esferas da vida social. Essa forma de perceber

160

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 43.

161

KURZ, Robert. **A expropriação do tempo**. Folha de São Paulo. São Paulo, 03 jan. 1999a, p. 1.

o tempo acompanha as limitações das análises de Kant, que são abstratas e a-históricas, assim como a própria dimensão do tempo nas culturas capitalistas modernas, que romperam com as concepções de tempo cíclico em ritmos temporais de constante repetição próprias das culturas agrárias pré-modernas em detrimento de um tempo linear, baseado na concepção de “progresso”¹⁶².

Essa ruptura também se fez sentir em relação ao uso do tempo, que se tornou cada vez mais abstrato e indiferente às diversas atividades humanas, que passam a submissão perante a “[...] ditadura do tempo abstrato”¹⁶³. Essa mudança cultural que a produção moderna impôs desencadeou uma cisão entre trabalho produtivo e sua relação com as demais esferas da vida levando a separação moderna entre “[...] horário de trabalho e tempo livre”. Impondo aos indivíduos um “tempo morto e vazio”, cindido, cujo fim lhe é estranho.

A moderna concepção de abstração social — que associa o trabalho a um tempo linear fragmentado — caracteriza que somente na modernidade as diversas atividades humanas de transformação da natureza, antes voltadas à satisfação de necessidades, se tornaram abstratas e dissociadas de outras dimensões da vida. Progressivamente, essas¹⁶⁴ atividades passaram a ser regidas por uma lógica instrumental e mercantil, orientada à dominação da natureza.

O conceito de trabalho não se aplica às sociedades pré-modernas, pois não existia uma categoria unificada de trabalho, mas diversas atividades, como a agricultura e o comércio, que estavam inseridas em contextos sociais e religiosos específicos e não visavam à produção de mercadorias¹⁶⁵. A palavra “trabalho”, para além

162 Id.

163 Id., p. 1-2.

164 Id., p. 3.

165 JEREMIAS, Talia. **Imanência e Transcendência**: Duas Leituras de Marx e suas implicações para a teoria da educação. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2024.

das diversas conotações que recebeu nas antigas culturas, não era necessariamente associada à produção de mercadorias, de modo que o conceito moderno de trabalho caracterizado por sua abstração impessoal e dominante nas relações sociais (psicológica e socialmente), se restringe principalmente à modernidade¹⁶⁶.

Em *Tempo, Trabalho e Dominação Social: Uma Reinterpretação da Teoria Crítica de Marx*, Postone¹⁶⁷ defende que a análise da dupla dimensão da mercadoria (seu valor de uso e seu valor), bem como do duplo caráter do trabalho (concreto e abstrato), revela que a dinâmica de desenvolvimento da sociedade capitalista está enraizada na estrutura social do trabalho abstrato formador do valor. Ao possibilitar a equiparação das mercadorias na troca mercantil, esse trabalho submete a atividade laboral à mensuração monetária do tempo, desconsiderando o ritmo natural da atividade humana.

Portanto, o trabalho abstrato e seus produtos emergem como mediadores das relações sociais (não se limitando à mera transformação da natureza), objetificando a sociedade como instrumento para o desenvolvimento do capital, que se configura como um “sujeito quase automático”. Nesse contexto, o tempo se revela uma necessidade real, ao estabelecer uma orientação social pautada na produção abstrata.

É neste sentido que para o núcleo filosófico da análise de Marx¹⁶⁸, as classes sociais cumprem o papel de executoras do capital, estando as classes subsumidas a um mesmo processo de valorização abstrato, a partir do qual o próprio capitalista aparece enquanto personificação do capital, um “fanático da valorização”, “sargentos e tenentes” que comandam em prol do capital, da mesma forma que

166 Id.

167 POSTONE, Moişhe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

168 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

os operários não são mais que o trabalho personificado, de modo que a totalidade constituída por contradições lhes escapa. Para Marx¹⁶⁹, o capitalismo não se trata de um conjunto de relações pessoais de dominação, pois o verdadeiro sujeito da teoria marxiana é a mercadoria em seu processo de valorização, sendo o valor um “sujeito automático” de modo que os sujeitos não são as pessoas, “[...] mas as suas relações objetivadas”, caracterizadas pelo fetiche de sua própria produção, de modo que Marx destaca: “Eles não sabem disso, mas o fazem”.

No entanto, chama a atenção a necessidade do desenvolvimento da própria capacidade de produção capitalista e para a possibilidade da existência da mercadoria enquanto mercadoria¹⁷⁰. Historicamente, ela não existe sem ter por base a relação entre o trabalho assalariado e as condições jurídicas e sociais, principalmente o direito à propriedade privada dos produtos do trabalho, que adquire enquanto trabalho objetivado uma existência inteiramente autônoma enquanto valor. É o trabalho enquanto mercadoria particularmente singular em sua natureza, que ao possibilitar a valorização do valor, serve de sustentação à sociedade moderna, na medida em que perpassa todo o conjunto de mercadorias e se estabelece enquanto forma social dominante.

O tempo de trabalho cristalizado na forma-dinheiro representa não apenas a abstração da sociabilidade humana, mas a própria mediação desta sociabilidade, tornando-se a forma universal de vínculo social que, contraditoriamente, isola os indivíduos, na mesma medida em que apaga qualquer característica específicas destes e elimina a diversidade das atividades humanas, transformando-as em trabalho genérico representado na forma-valor e, mais especificamente, na forma-dinheiro¹⁷¹. É neste sentido que Marx descreve

169 Id., p. 208.

170 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 86-87.

171 KURZ, Robert; TRENKLE, Norbert. **A superação do trabalho**: um olhar alternativo para além do capitalismo. 2023, p. 2.

nos *Grundrisse*¹⁷², o que a produção real se converte em um anexo necessário a valorização (por meio de produtores individualizados voltados a um mercado), se convertendo em uma espécie de “laço social” exterior ao processo de produção.

Desse modo, o valor, cristalizado na forma-dinheiro, não se resume ao trabalho do produtor individual contido na mercadoria, mas sim o trabalho socialmente produzido, mensurado pelo processo de venda em um mercado de produtores individuais e na circulação. Os conteúdos concretos do trabalho desaparecem no trabalho geral quantificado em dinheiro, e em consequência a organização social no trabalho concretamente abstrato e na produção de valor abstrato priva a sociedade de conteúdo concreto, conduzindo a indiferença pelas necessidades sociais e desencadeando consequências destrutivas, a partir das quais o sujeito da relação vai se constituindo enquanto o próprio processo de valorização.

O trabalho não deixa de significar, para a *Wertkritik*, a principal atividade de mediação e transformação da natureza de acordo com as necessidades humanas, mas também envolve um processo de criatividade e de desenvolvimento pessoal para outras esferas além da produção, partindo de outras concepções de tempo, espaço e de sociabilidades. Jeremias, ao analisar o trabalho a partir de distintos teóricos do grupo, conclui que:

[...] a *Wertkritik* nos oferece suporte para considerar que as atividades produtivas constituem uma parte importante do processo de autogênese humana, afinal, sem produzir comida ou abrigo o ser humano enquanto ser biológico pode sucumbir; no entanto, por mais importantes e indispensáveis que sejam, a existência humana não pode ser resumida à elas, posto que outras atividades, como as simbólicas, ritualísticas e estéticas, o jogo e o gozo, são tão constitutivas da subjetividade humana

172

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

quanto as atividades produtivas. O ser humano se constitui por meio da sua atividade consciente, mas essa atividade é heterogênea e imbuída de finalidades que remetem exclusivamente à satisfação das necessidades humanas, do estômago e do espírito [...] ¹⁷³.

Neste sentido, é sobre a dominação abstrata do trabalho que se encontram os limites do desenvolvimento humano, assim como suas dimensões destrutivas voltadas a valorização do valor (verdadeiro sujeito da produção moderna) embasadas na propriedade privada dos meios de produção e da própria produção e na geração do mais valor e suas consequências abstratas enquanto elo social. De acordo com Marx:

‘Trabalho’ é a base viva da propriedade privada, é a propriedade privada como a fonte criadora de si mesma. A propriedade privada não é senão trabalho objetivado. Se se deseja desferir um golpe de morte na propriedade privada, deve-se taca-la não apenas como um estado material de coisas, mas também como atividade, como trabalho. É uma das maiores incompreensões falar de trabalho social, livre, humano, sem propriedade privada. ‘Trabalho’ por sua própria natureza é atividade não livre, desumana, associada. Desta forma, a abolição da propriedade privada se tornará realidade apenas quando for concebida como abolição do ‘trabalho’ uma abolição que, certamente, se tornou possível apenas como resultado do trabalho mesmo, isto é, se tornou possível como um resultado da atividade material da sociedade e que não deve, de modo algum, ser concebida como a substituição de uma categoria por outra. Uma ‘organização do trabalho’, portanto, é uma contradição ¹⁷⁴.

A crítica radical fundamenta-se na rejeição do trabalho abstrato — concebido como alicerce da propriedade privada dos meios

173 JEREMIAS, Talia. **Imanência e Transcendência**: Duas Leituras de Marx e suas implicações para a teoria da educação. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2024, p. 63.

174 MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 278-279.

de produção — por entender que, em sua forma moderna não livre, ele se manifesta como uma modalidade “desumana e associal”. Assim, propõe sua abolição em si, em vez de recorrer a soluções parciais como automação, redução da jornada ou mera socialização desse mesmo trabalho abstrato.

Os indivíduos vivenciam suas próprias condições sociais e produtivas como forças estranhas, às quais se encontram subjugados. Essa alienação se manifesta em uma “segunda natureza” — uma estrutura sociopsíquica forjada pelos mecanismos da sociedade do trabalho e da mercadoria — que impede o pensar consciente de sua inconsciência. Dessa forma, toda tentativa de escapar da sociedade mercantil acaba por reproduzir as mesmas relações de dominação abstrata. Para eles, somente uma crítica radical ao trabalho em sua forma abstrata — acompanhada da superação do fetichismo que inverte a realidade — pode romper esse círculo vicioso:

[...] a crítica radical ainda não significa nada além do ponto de vista “radicalizado” do trabalho. Portanto, é decisivo que a até então impensada ruptura categorial com as formas de base do sistema produtor de mercadorias e, portanto, uma perspectiva de emancipação social qualitativamente distinta (análoga ao caráter da crise), possam penetrar na consciência social como problema e como possibilidade; assim se pode encontrar um ponto de referência para reorientar os conflitos sociais e para a transformação da sociedade. Se, em realidade, a ruptura com o capital tem de ser também uma ruptura com a categoria trabalho, então é claro que isso se aplica também às respectivas formas político-econômicas. Ir além do trabalho só pode significar ir além das formas fetichistas do valor, portanto também das formas da mercadoria e do dinheiro, do mercado e do Estado, da política e da economia¹⁷⁵.

Isso significa que nenhuma expropriação poderá representar uma mudança profunda nas bases sociais se não forem pensados

175

KURZ, Robert; TRENKLE, Norbert. **A superação do trabalho**: um olhar alternativo para além do capitalismo. 2023, p. 15.

movimentos de emancipação social que se apropriem do conjunto das estruturas sociais em sua totalidade. Essa ruptura com as formas de base da abstração social desencadeadas pelo sistema produtor de mercadorias não pode se dar pelos meios estatais ou político-jurídico (formas que são próprias a abstração da valorização da economia), mas sim de um ato de transformação profundo e total das condições sociais, econômicas e culturais, ou seja, pela ruptura com a “segunda natureza” imposta pela lógica da sociedade baseada na mercadoria. A consequência desta sociabilidade baseada em uma abstração materializada conduz, necessariamente, a uma submissão e autodestruição da humanidade à lógica do trabalho abstrato, ou a um processo de negação e abolição radical desta lógica social, configurando um verdadeiro processo de transformação radical. O resultado é a configuração de um sujeito abstrato, cujo valor se reduz ao quantum de trabalho e de consumo que consegue oferecer, tornando-se uma personificação automática do capital.

A NECESSIDADE DE UMA CRÍTICA RADICAL ENQUANTO ELEMENTOS PARA A SUPRESSÃO DO SUJEITO, DA CIÊNCIA E DO FETICHISMO EM SUAS FORMAS DE SUBMISSÃO À MODERNIDADE

O capital carrega em sua estrutura uma dinâmica contraditória e consequentemente autodestrutiva, a qual Marx já havia constatado nos *Grundrisse*: “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza”¹⁷⁶. Essa contradição foi analisada e descrita por Marx de maneira fragmentária, principalmente ao longo dos volumes I e III de *O Capital*.

176

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 493.

O processo de produção capitalista visa, fundamentalmente, ampliar a extração de mais-valia, que decorre do “sobretabalho” gerado pelo capital variável – isto é, pelo esforço do trabalho vivo. Para elevar a mais-valia, as empresas investem em capital constante (máquinas e inovações tecnológicas) com o objetivo de tornar o trabalho vivo mais produtivo, reduzindo o tempo necessário à produção de mercadorias. Contudo, esse incremento tecnológico tende a abaratar o valor das próprias mercadorias, incluindo a força de trabalho, cujo preço se define pelos custos de reprodução do trabalhador e de seu sustento familiar, ao mesmo tempo em que provoca queda nas taxas de lucro.

Marx já advertia que esse processo engendra uma “contradição imanente”: o aumento da taxa de mais-valia ocorre às expensas da redução do número de trabalhadores empregados, gerando um exército industrial de reserva cada vez maior¹⁷⁷. Ademais, ainda que as taxas de lucro e de trabalho vivo declinem, o capital total continua a crescer, pois é preciso um montante cada vez maior de investimento para mobilizar o mesmo ou menor contingente de força de trabalho e extrair a mesma massa de mais-trabalho. Desse modo, obstaculiza-se a correspondência necessária entre o acúmulo de capital e sua necessidade real de uma população ativa, configurando, “uma desproporção entre o crescimento cada vez maior do capital e a sua necessidade relativamente decrescente de uma população crescente”¹⁷⁸.

Essa contradição manifesta-se em sua forma mais potente no próprio processo de circulação das mercadorias. Para que o capital avance, é indispensável que as mercadorias sejam vendidas; contudo, essa necessidade entra em conflito com o caráter intrínseco da produção capitalista e sua tendência à redução do trabalho vivo. Em consequência, o capital existente sofre desvalorização quando tenta

177 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 460.

178 Id., p. 223.

conter a queda da taxa de lucro, o que, por sua vez, desestabiliza tanto a circulação quanto a reprodução do capital. Como observa Marx:

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores. Os limites nos quais unicamente se podem mover a conservação e a valorização do valor de capital, as quais se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, entram assim constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital tem de empregar para seu objetivo e que apontam para um aumento ilimitado da produção, para a produção como fim em si mesmo, para um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais – entra em conflito constante com o objetivo limitado, que é a valorização do capital existente¹⁷⁹.

Essa contradição inerente ao capitalismo caracteriza o núcleo central de sua produção, inovações tecnológicas que possibilitam resultados perante a concorrência, e neste processo destroem os mercados consumidores de sua própria base, relegando populações a exclusão das concepções de modernidade e progresso, esvaziando os conteúdos baseados no valor e relegando uma forma-valor esvaziada. Reflete-se nestas contradições que a diminuição do lucro é uma constante mesmo perante o aumento da exploração.

A partir dessa contradição, diversos fatores são articulados para retardar a tendência de queda da taxa de lucro capitalista: o barateamento dos insumos de capital fixo, a manipulação das crises,

a abertura de novos mercados e o aprofundamento dos já existentes. Entretanto, tais mecanismos não atuam sobre as bases estruturais da contradição — a mercadoria, o Estado e o dinheiro¹⁸⁰. O desmoronamento do capitalismo sobre si mesmo não chegou a ser analisado sistematicamente por Marx, que se encontrava historicamente consolidado e acreditava que o capitalismo e suas crises criariam o seu próprio coveiro, por meio do aumento da consciência proletária e do consequente aprofundamento da luta de classes.

Em suas bases, a Teoria Crítica do Valor rompeu com uma relação entre a Teoria da Crise e a Teoria da Revolução, na medida em que apontava para uma crise real¹⁸¹, mas que não acreditava que necessariamente uma emancipação seria inerente, principalmente por meio de um “sujeito” ou de uma classe “revolucionária”. As concepções de progresso foram rejeitadas pelo grupo como próprias ao dinamismo industrial positivado como aspecto de crescimento econômico sem fim, embasado na mediação do trabalho abstrato. Vale destacar que as potencialidades dessas tendências do progresso manifestaram-se em sua forma mais extrema no século XX, pelos conflitos de escala global e pelo desenvolvimento tecnológico orientado para a morte, como evidenciam os inúmeros extermínios em massa que marcaram a história do século passado.

Em sua “fuga para a frente”, o capital tende a desenvolver seus modos de produção por meio do investimento em tecnologia forçado pela concorrência, o qual logo se torna parte da produção e força a novas inovações em um ciclo ininterrupto de

180 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 136.

181 Kempter (2016, p.10) destaca que desde a década de 1980, Kurz já empreendia um esforço teórico para constituir uma Teoria da Crise, rompendo com muitas análises deste período e apontando que “Contra as ideias estáticas de equilíbrio e de ciclos da ciência econômica, de proveniência tanto neoclássica como keynesiana, mas também do marxismo, na forma de crises de super-accumulação e limpeza continuamente recorrentes, se bem que “em escala mais elevada”, ou da tese de que “o capital” tende para a guerra, para destruir a riqueza existente em bens e instalações produtivas e começar de novo com a acumulação”.

desenvolvimento e de expulsão de trabalho vivo. Como consequência, temos a necessidade de expansão do aumento da produção como compensação da diminuição do valor em cada produto em particular, aumentando a produção de mercadorias barateadas. Esse crescimento, no entanto, esbarrou em uma série de limites, como os limites impostos, desde as décadas de 1970 e 1980 pela revolução da microinformática, que desencadeou o limite da compensação da perda de valor pelo aumento da produção de mercadorias, os limites das próprias bases ambientais e, paralelamente a estas esferas, uma crise da forma sujeito moderna em sua constituição antropológica¹⁸².

A crise ecológica a que corresponde o capital não foi uma preocupação direta de Marx e, de maneira mais direta, pode ser dito que continua a ser mal compreendida, principalmente por movimentos que falam de “ecossocialismo” ou de “capitalismo verde”, sem incorporar uma crítica às bases destrutivas do processo produtivo capitalista e que não empreenda uma crítica a forma sujeito moderna que está baseada na lógica fetichista de acúmulo de valor abstrato e sua crescente demanda por recursos naturais.

Essa análise da crise ambiental corresponde a uma contradição de base entre o conteúdo material e a forma valor, que conduz a destruição do primeiro, na medida em que busca se tornar independente do conteúdo concreto e das suas leis. A forma social da produção moderna abstrata e sua propensão ao crescimento ininterrupto como quantitativamente ilimitada, mas que encontra seus limites nos seus conteúdos concretos, lhes interpondo barreiras. O valor real já não constitui o elemento de definição da produção, que em sua ânsia de valorização expulsa trabalho vivo em uma taxa cada vez maior e, portanto, constitui uma limitação ao crescimento da própria produção¹⁸³. Essa última, desprovida de seu elemento básico

182 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

183 Ibid.

de valorização — trabalho vivo — passa a operar a “crédito”, de modo que sua forma supera o conteúdo, e o faz como o Anjo da História de Benjamin¹⁸⁴, de costas para o futuro, com seus olhos fixos em um amontoado de ruínas.

O capital compra seu futuro a crédito, já que para sobreviver “numa situação em que ele mesmo serra o ramo de árvore sobre o qual está sentado (o trabalho)” o capitalismo necessita recorrer ao capital fictício, a letras de créditos que já não encontram correspondência na geração de riqueza material, refugiando-se na “autonomização dos mercados bolsistas” e na especulação, prolongando sua vida para além dos seus limites e passando a “viver à crédito”¹⁸⁵. Esse movimento é possibilitado pela forma própria da mercadoria, em que venda e compra constituem processos separados (D-M-D’).

O dinheiro se transforma em capital no investimento para a geração de valor através de trabalho abstrato, e que, portanto, pode ser investido na forma de mercadoria cuja valorização se dá por meio dos juros (D-D’, como nas análises marxianas)¹⁸⁶. O problema maior que consegue se equiparar a fantasmagoria da própria produção, ocorre quando o dinheiro emprestado não é empregado no processo produtivo (em capital constante), fazendo com que o capital portador de juros se distancie da valorização e se constitua “capital fictício”, levando os créditos emprestados a se tornarem não recuperáveis.

O aparente movimento direto D-D’ só se torna ‘fictício’ em sentido estrito quando o fracasso do processo substancial de valorização é maquiado, pagando-se créditos que se tornaram inservíveis com novos créditos. [...] Desse modo, o sistema financeiro empurra uma montanha sempre crescente de dinheiro creditício ‘sem substância’, tratado

184 BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

185 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 148.

186 KURZ, Robert. **A ascensão do dinheiro aos céus**: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. Geografares, Vitória, Brasil, n. 28, p. 55-115, 2019.

'como se' passasse por um processo real de valorização, embora seja apenas ficcionalizado. Assim, o nexo entre trabalho abstrato e dinheiro se prolonga tanto que a não coincidência das duas formas fenomênicas não se mostra de imediato, sendo de algum modo 'adiada'. Contudo, a cadeia fictícia de prolongamentos acabará por se romper, ou seja, a meta remuneração de juros do movimento D-D' alcançará o seu limite, crescida para além de seu conteúdo substancial¹⁸⁷.

Esse movimento de especulação em bolha, onde os créditos são pagos com mais créditos, assume a forma de um "dinheiro sem substância" ficcional, sendo que esse crédito se passa facilmente por juros moratórios aparece como lucro, distante da valorização e da geração de mais-valia e, na sequência, de lucros. Desde a década de 1970, as quantidades de créditos em circulação ultrapassaram a existente em ouro e desencadearam a necessidade da abolição da convertibilidade do dólar em ouro, sendo que após este último dispositivo de segurança, o dinheiro passou a se basear "exclusivamente na confiança e não há limite algum para a sua multiplicação"¹⁸⁸. Para Jappe, nem Marx foi capaz de prever essa reviravolta que colocou a produção real como um apêndice do capital fictício, do qual a economia contemporânea depende para funcionar.

Ao se fundamentar na autovalorização do capital, o capitalismo opera uma dialética interna que, ao mesmo tempo em que impulsiona a inovação tecnológica e a intensificação da produção, corrói os alicerces da produção. Essa dinâmica contraditória, que busca incessantemente compensar a queda da taxa de lucro mediante a expansão produtiva e a expulsão de trabalho vivo, desestabiliza a circulação e reprodução do capital, assim como revela os limites materiais, sociais e ambientais deste sistema.

187 Ibid., p. 57-58.

188 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, p. 149-150.

Portanto, o capitalismo se apresenta como um mecanismo de autodestruição, no qual a lógica de acumulação busca superar os limites impostos pela realidade concreta, movimento que resulta em uma crise que perpassa toda a existência social. Essa contradição se acentua quando observamos que a própria racionalidade esclarecida (que busca fundamentar o próprio desenvolvimento científico e tecnológico) acaba por legitimar um complexo produtivo moderno, no qual a produção do conhecimento integra o processo de acumulação de capital.

É neste sentido que nossas análises vão descrever como a Teoria Crítica do Valor aponta para a necessidade de uma crítica ao projeto racional da modernidade constituído enquanto elemento de legitimação da própria irracionalidade da abstração do valor em seu processo de valorização. Demonstraremos a necessidade de uma crítica ao desenvolvimento tecnológico e a inovação enquanto resultado da busca por competitividade mercadológica, que articula a ciência em sua forma moderna, cindida — branca e masculina — a esse projeto como método de dominação e objetificação da natureza.

A NECESSIDADE DE UMA CRÍTICA À RACIONALIDADE MODERNA ENQUANTO HORIZONTE DE ADAPTAÇÃO E LEGITIMAÇÃO À MODERNIDADE CAPITALISTA

A racionalidade da modernidade capitalista existe apenas no interior de um sistema “alucinado objetivado”, onde o abstrato se torna tangível e a materialidade se dobra a abstração, mediante uma lógica produtiva que visa a geração de valor como um fim em si,

tendo por base a lógica produtiva moderna, cujos resultados destrutivos se estabelecem sobre o ser humano e a natureza, articulados a acumulação de valor¹⁸⁹. Essa mesma tradição filosófica se consolidou sob a insensibilidade das mazelas inerentes à própria modernidade — a gigantesca pobreza global resultante da geração de riquezas abstrata — sob as quais ela se legitima e se fundamenta, mas que é validada como elemento das “belas ideias”. Os baluartes ideológicos dessa modernidade remetem:

A historiografia sobre a origem do capitalismo esteve desde sempre marcada, a um só turno, pelo ímpeto crítico e por uma profunda simpatia pelo progresso [...]. É a ideologia progressista que, nos dias de sol, pede que a destrutividade moderna - a origem colonial genocida, a criação monstruosa do monopólio de poder pelo Estado, a generalização da mercadoria e do trabalho como forma de administrar uma escassez socialmente produzida - seja mui dialeticamente deixada de lado¹⁹⁰.

Pensar uma crítica em relação à modernidade enquanto elemento de progresso humano remete às categorias inerentes ao Marx esotérico, o conceito de fetichismo, na medida em que a economia autonomizada baseada nas categorias de base da abstração social moderna do trabalho, do valor e do dinheiro, acabam por se impor aos indivíduos enquanto uma externalização das suas próprias relações de sociabilidade. Dessa forma, tanto a modernidade quanto sua crítica pressupõem a análise das categorias discutidas até aqui.

É este processo de troca de ídolos dentro de uma forma de existência alienada que perpassa a história do desenvolvimento humano e nos leva à modernidade, que podemos passar a analisar a forma fetichista do sujeito do valor que personifica o capital. Dentro de sua forma moderna, passamos a compreender não apenas sua

189 KURZ, Robert. **Ler Marx!**: os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI. 2000.

190 OLIVEIRA, Pedro Rocha. **Discurso filosófico da acumulação primitiva**: estudo sobre as origens do pensamento moderno. São Paulo: Elefante, 2024.

constituição, mas também a forma onde o ser humano busca a capacidade e o desejo pelo esclarecimento, existente sob a forma geral da mercadoria.

A concepção do desenvolvimento histórico do que se denomina “modernidade” é contraditória e não encontra um consenso entre os historiadores, sendo geralmente associada ao Renascimento, entre os séculos XV e XVI, ou às profundas mudanças sociais desencadeadas por processos revolucionários associados a ascensão da sociabilidade burguesa e aos processos industriais modernos. Essas transformações costumam ser associadas a conceitos positivos, como liberdade e progresso – em especial às teses humanistas e iluministas – bem como aos avanços tecnológicos que prepararam o terreno para a produção em massa¹⁹¹.

O impulso ao desenvolvimento da modernidade se encontra não na própria modernidade e, muito menos, em um processo produtivo e criador, mas na destrutividade (inerente a abstração destrutiva moderna) da invenção das armas de fogo, que desencadearam uma transformação nas mentalidades, por meio do desenvolvimento e de transformações concretas¹⁹². Esse processo não apenas revolucionou as formas de dominação pré-modernas, mas também conduziu a centralização e a sofisticação tanto das esferas produtivas quanto dos poderes até então descentralizados, que passaram a se organizar na forma de monarquias centralizadoras. Pode-se destacar ainda que o impulso para essas transformações se deu por uma corrida armamentista entre os Estados, característica da modernização até a contemporaneidade.

Na obra *Schwarzbuch Kapitalismus: Ein Abgesang auf die Marktwirtschaft* (O Livro Negro do Capitalismo: Um Canto de

191 KURZ, Robert. **A origem destrutiva do capitalismo**. Folha de São Paulo. São Paulo, 30 mar. 1997.

192 KURZ, Robert. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria**: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. 2007.

Despedida à Economia de Mercado), Kurz¹⁹³ mostra como a indústria militar e o próprio modelo de guerra se profissionalizaram, distancian-do-se da sociabilidade tradicional – em que cidadãos de diferentes estratos sociais disputavam prestígio e riqueza. Esse setor separou-se das demais atividades produtivas e deixou de visar apenas a subsis-tência, transformando-se em uma economia de guerra permanente, cujo foco é tanto a manutenção das forças armadas quanto o avanço tecnológico militar. Assim, tornou-se cada vez mais dependente da ampliação de recursos na forma de valor e de dinheiro.

Todo esse processo favoreceu também uma sociabilidade proto-capitalista, bem como sua ânsia de valorização. Os próprios soldados se converteram nos primeiros trabalhadores assalariados, combatendo por um soldo — tornando indiferente quem se deveria matar — caracterizando a abstração do trabalho moderno. Aos generais e capitães cabia a racionalidade econômico-empresarial moderna, voltada a conquistas lucrativas para angariar recursos para novos conflitos¹⁹⁴.

Foi neste contexto que surgiu também a necessidade de um estado mais policiado e burocratizado sob a forma de poderes cen-tralizados, voltados a extorsão de impostos, cuja forma nuclear, cons-titui “um aparato que administra e disciplina de forma continuada o cidadão aparentemente livre em nome da economia monetária total e da economia de guerra a ela vinculada até hoje”¹⁹⁵. Deste desenro-lar de transformações, as atividades produtivas que até então eram voltadas à subsistência passam a ser direcionadas a produção para o mercado externo, regido pela forma mercantil, individualização

193 KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b, p. 30.

194 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capita-lista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

195 KURZ, Robert. **A origem destrutiva do capitalismo**. Folha de São Paulo. São Paulo, 30 mar. 1997, p. 3.

e, principalmente, pela forma de um proto-empresendedorismo, de modo a refletir a formação absolutista moderna e sua continuação na forma do liberalismo.

Sobre este período, podemos aproximar as análises de Marx¹⁹⁶, em seu capítulo sobre “A assim chamada acumulação primitiva” ao já citado livro de Robert Kurz¹⁹⁷, descrevendo o processo histórico de expropriação dos pequenos produtores e a formação do capital inicial que permitiu o desenvolvimento do sistema capitalista. A aproximação demonstra que distante de uma acumulação inicial caracterizada por trabalhadores e poupadores virtuosos, foi a expropriação de terras e a destruição de formas de socialização comunitárias que possibilitaram o pontapé inicial do capitalismo, por meio dos cercamentos. A legitimidade destas práticas se deu pelo incipiente estado policial burocratizado absolutista e a constituição da legislação repressiva. Foi Marx quem primeiro analisou que:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. [...] Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto,

196 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

197 KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b.

esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção [...] a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo¹⁹⁸.

A expropriação das possibilidades de existência de diversas populações — por meio da destruição de comunidades e modos de vida anteriores à sociedade mercantil — constituiu o elemento central para converter os indivíduos em vetores do desenvolvimento de mercados consumidores. Esse processo também gerou um excedente populacional desamparado, forçadas pelos Estados à proletarianização, deixando essas pessoas “livres” apenas para negociar sua própria força de trabalho. Essa transformação encontrou seus fundamentos práticos e materiais no saque colonial que possibilitou a acumulação primitiva de capital e a sustentação do capitalismo nascente dos Estados absolutistas.

Para garantir a reprodução desse novo modo de produção, o Estado instituiu mecanismos de trabalho forçado — prisões, casas de detenção, manicômios etc. — transformando os indivíduos em simples “dispêndio de força de trabalho”, voltados à valorização abstrata¹⁹⁹. A competição militar e mercantilista estimulou, ainda, a criação de empresas estatais de exportação e novas formas de divisão do trabalho, prefigurando a fábrica industrial moderna. Conforme Marx já havia celebrenemente descrito:

[tanto esforço se fazia necessário] para trazer à luz as ‘eternas leis naturais’ do modo de produção capitalista, para consumir o processo de cisão entre trabalhadores e condições de trabalho, transformando, num dos pólos, os meios sociais de produção e subsistência em capital, e,

198 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p.962.

199 KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b, p. 38.

no polo oposto, a massa do povo em trabalhadores assalariados, em 'pobres laboriosos' livres, esse produto artificial da história moderna. Se o dinheiro, segundo Augier, 'vem ao mundo com manchas naturais de sangue numa de suas faces', o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés²⁰⁰.

A reconfiguração social moderna, ao inverter a relação entre mercadoria e dinheiro e subordinar a vida humana aos imperativos produtivos, instaura um mercado total pautado pela competição incessante por lucros crescentes e pela inovação científico-tecnológica²⁰¹. Nesse paradigma, o Estado e as corporações convergem para uma lógica de automação econômica inteiramente subordinada à valorização monetária abstrata, desconsiderando deliberadamente os impactos sensíveis dos processos produtivos e externalizando seus custos em forma de degradação ambiental. O desfecho paradoxal constitui-se na produção de "belos produtos" inseridos em um contexto ecológico profundamente deteriorado.

Tendo por base partes as análises de Evelyn Fox Keller e Sandra Harding²⁰². A ciência moderna como o projeto de maior conquista da humanidade, mas também o projeto mais catastrófico²⁰³. Para as teóricas, na mesma medida que o ser humano alcançou e acumulou mais conhecimento sobre a natureza em toda sua existência, o mesmo articulou ciência e tecnologia aos processos mais destrutivos até hoje vivenciados e aos maiores impactos ambientais da história global, colocando o próprio ser humano e as demais

200 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 1009-1010.

201 KURZ, Robert. **O programa suicida da economia**. Folha de São Paulo. São Paulo, 02 jun. 1996.

202 É importante destacar que a aproximação de Robert Kurz ao trabalho das pesquisadoras Evelyn Fox Keller e Sandra Harding é parcial, na medida em que refuta as concepções feministas aos moldes que as teóricas articulam em sua obra, por não ter por base a concepção da totalidade da abstração moderna e da cisão que o capitalismo patriarcal estabelece, mas que compreende a profundidade da crítica a epistemologia no sistema de saberes moderno.

203 KURZ, Robert. **Natureza em ruínas**. Folha de São Paulo. São Paulo, 17 jun. 2001.

espécies do planeta em eminente perigo de extinção. Esse processo de cisão e domínio do meio natural é reflexo da natureza humana socialmente constituída — “segunda natureza” — que se constitui pelo processo de objetificação de tudo aquilo que não é o sujeito.

A revolução militar²⁰⁴ que impulsionou as transformações estruturais da produção moderna estabeleceu raiz histórica e estrutural entre Ciência, economia e aparato estatal, não somente de forma externa, mas pelo fundamento epistemológico da própria ciência. Essa “fundamentação epistemológica” definiu como objeto o viés masculino da modernidade e a objetificação da natureza, por meio da submissão de tudo às vontades da produção, esta última tornada o real sujeito da sociabilidade.

Nesse contexto, era inevitável que a natureza parecesse um objeto estranho e hostil. Objetividade converteu-se em objetivação, conhecimento em violação. A visão de mundo comum, subjacente às diversas formas de objetivação, é uma visão mecanicista. Isso porque somente objetos mecânicos se deixam objetivar e manipular inteiramente. Tal como o Estado moderno reduz o indivíduo vivo a uma abstração jurídica, tal como a lógica da economia exige que a sociedade seja reduzida à matéria morta do dinheiro, assim também a ciência reduz os processos naturais a um nexos mecânico. Esse reducionismo não se segue forçosamente do conhecimento da natureza em si, antes é um produto da tendência histórica da objetivação subjugadora²⁰⁵.

204 Kurz (2001) toma como exemplo dessa íntima relação entre desenvolvimento científico-tecnológico e revolução militar os projetos de Leonardo da Vinci, ícone do Renascimento e síntese dos ideais humanistas. Financiado por monarcas e famílias nobres, Leonardo não só reinventou a engenharia militar (respondendo às transformações impostas pelo uso de canhões e pólvora) como também concebeu sofisticados aparatos de guerra e extermínio: rifles semi-automáticos e outras armas de repetição, além de protótipos de tanques, helicópteros, navios e submarinos de combate. Uma grande coleção destes projetos se encontram no *Manuscrito de Paris B*, de 1490, e foram organizados em uma coleção do Google Arts&Culture, intitulada: *Leonardo e a engenharia militar: Descobrindo estudos de arquitetura fortificada, de Milão a Romagna*. Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/BgVx_lkfu3ohlq?hl=pt-BR. Acesso em: 14 de jan. 2025.

205 KURZ, Robert. **Natureza em ruínas**. Folha de São Paulo. São Paulo, 17 jun. 2001, p. 3.

A relação social moderna baseada na produção abstrata e destrutiva teve por base o entrelaçamento do complexo econômico, político e científico, pois essa mesma estrutura se constituiu pela objetificação das pessoas e do mundo. Da mesma forma em que a economia industrial não surgiu voltada às reais necessidades das comunidades humanas e de seus habitantes, o complexo científico e tecnológico também não encontra embasamento nesse motivo, e ambos se coadunam ao definirem as pessoas e o mundo como objetos hostis a serem manipulados.

Ao estabelecer esse entrelaçamento, vemos a importância de uma crítica da ciência que ultrapasse a análise superficial do problema, questionando radicalmente suas formas sociais e estruturas de conhecimento. Não se trata de reduzir a destrutividade científica a uma falha ética ou à conduta de “cientistas cruéis”, mas de refletir sobre a necessidade não apenas de outro modelo de sociedade, mas também de uma ciência emancipadora, livre da lógica de objetivação impessoal e desumanizadora²⁰⁶.

Em *Ler Marx!*, já havia descrito a importância de retirar a modernidade de sua “posição de rainha da história” a partir dos pressupostos críticos de base, como os analisados pelo Marx esotérico, “compreendendo a era moderna no contexto de uma história social de sofrimentos humanos ainda não suprimida”²⁰⁷. Seus esforços levaram à necessidade de uma crítica categorial às Teorias Críticas modernas, uma vez que estas compartilham a mesma raiz: os princípios do Iluminismo. Longe de representar apenas um movimento emancipatório, o Iluminismo está profundamente vinculado ao desenvolvimento do capitalismo moderno e à racionalidade instrumental.

Em seu livro intitulado *Razão Sangrenta: Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*,

206

Id.

207

KURZ, Robert. **Ler Marx!**: os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI. 2000., p. 14.

que consiste na organização de quatro ensaios²⁰⁸, Kurz²⁰⁹ aprofunda a crítica ao trabalho moderno e abstrato conduzida pelos teóricos vinculados a revista *Krisis*, desenvolvendo a crítica ao Esclarecimento e ao Iluminismo, bem como a ontologização da história, do progresso e do próprio pensamento como manifestação teórica da abstração prática do valor. O último ensaio compilado na obra remete a crítica à forma-sujeito da modernidade capitalista, que constitui um dos principais elementos do pensamento e da realização iluminista.

Já no primeiro ensaio do livro, intitulado *Razão Sangrenta*, Kurz escreve: “[...] o que ainda quiser ser designado por crítica radical só pode distanciar-se com raiva e nojo de todo o lixo intelectual do Ocidente”, destacando que “direita e esquerda, progresso e reação, justiça e injustiça coincidem de forma imediata, uma vez que o pensamento nas formas do sistema produtor de mercadorias paralisou por completo”²¹⁰. Nesse sentido, a crítica que se queira fazer radical deve compreender os resultados devastadores da modernidade e não procurar “justificações e relativizações”, constituindo-se intelectualmente sobre novos fundamentos, buscando a destruição do sistema epistemológico auto-referente, da autolegitimação do iluminismo e da concretização da sua abstração na realidade. Ou seja, a crítica deve visar a superação da pré-história humana.

Essa crítica ainda precisa se constituir e superar a ontologia “burguesa e ideológica” que constitui a modernidade em sua autor-referência. Essa também deve constituir em uma autossuperação:

No sentido do dito marxiano, que designa a superação do fetichismo moderno como o ‘fim da pré-história’, o que está na ordem do dia é um megaprojeto revolucionário, que se

208 Estes ensaios foram originalmente publicados na revista alemã *Krisis*, correspondendo respectivamente aos números 25, 26, 27 e 13.

209 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

210 Id., p. 3.

estenda a todos os níveis da reflexão e a todas as áreas da vida, que abranja tanto as categorias mais abstratas como as formas culturais e simbólicas e o quotidiano: **uma grande teoria negativa**, que coloque a alavanca da crítica radical a uma profundidade consideravelmente maior que as suas predecessoras nos séculos XIX e XX. [...] tal abordagem teórica qualitativamente nova, à maneira de grande teoria, decorre apenas da necessidade de romper a construção legitimadora da modernidade produtora de mercadorias, ela própria com características de uma grande teoria positiva, negando-a a fim de a quebrar, em vez de se contentar em a fintar. **Precisamente por isso tem que tratar-se de uma grande teoria negativa, a construir para ela própria ser ultrapassada e tornada redundante**, e já não do estabelecimento legitimador de um novo princípio positivo²¹¹.

A centralidade de uma crítica categorial à modernidade e à materialização da abstração que a constitui só pode se sustentar por meio de uma grande teoria negativa, pois nada da modernidade abstrata merece ser preservado em sua forma original. Somente neste sentido será possível uma emancipação que não deixe de abordar a totalidade. A crítica deve submeter tudo ao crivo de sua negatividade, sem concessões ao “espírito do tempo”, inclusive em relação à “referência ao passado”, considerando como objeto de análise todos os aspectos que deram base ao iluminismo enquanto uma “ideologia de imposição” não apenas da socialização do valor, mas também enquanto pressuposto de todo o pensamento teórico socialmente estabelecido. Por fim, a crítica deve voltar-se sobre si mesma, como afirma Kurz em seu artigo *Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas*²¹², destacando que:

211 Id., p. 4.

212 KURZ, Robert. *Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria: o problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas*. 2007.

[...] a elaboração teórica, enquanto crítica categorial, volta-se também contra si própria, como forma de teoria interpretativa e prenhe de ideologia, ou seja, a crítica da ideologia também é um factor de transformação no seio da própria reflexão teórica, um processo não-concluído de luta para conseguir desprender-se, desde a matriz *a priori* das relações fetichistas até à linguagem conceptual do universalismo androcêntrico. A passagem para uma transformação real que suplante praticamente o contexto da forma da matriz capitalista deve ser entendida, em certo sentido, como o fim da forma da teoria e como o fim da forma da práxis no sentido até aqui vigente, não podendo, por isso, ser determinada pela teoria imanente, nem ser desenvolvida linearmente a partir das formas e campos de práxis existentes.

A autocrítica da teoria é necessária para uma superação de um sistema social abstrato que após a passagem pelo absolutismo, impossibilitou outras existências que não se constituíssem sob a forma abstrata do valor²¹³, possibilitando que a socialização abstrata do valor pudesse se desenvolver sobre os seus próprios fundamentos, para os quais a filosofia iluminista serviu de autorreferência. Neste sentido, a tarefa da crítica radical deve consistir não apenas em atentar para o carácter “negativo e destruidor” do do iluminismo e sua constituição de um ideal abstrato da realidade, mas principalmente pressupor uma “crítica das concepções iluministas de razão, sujeito e história”²¹⁴.

A crítica à história fundamenta-se na compreensão de que esta categoria de orientação humana legitima e naturaliza a ideologia burguesa do Iluminismo. Nesse processo, as abstrações engendradas pelo valor a partir da atividade humana desvinculada de seu conteúdo pelo trabalho abstrato passam a constituir-se como

213 Os massacres de imposição da modernidade do século XIX e as guerras industrializadas do século XX caracterizam um testemunho histórico dessa crítica.

214 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010, p. 10.

condição eterna da “libertação” da humanidade por meio do labor. É justamente essa condição que molda no sujeito moderno a “forma burguesa de pensar e agir”, fazendo-o corresponder à ideologia do progresso enquanto socialização mediatizada pelo valor²¹⁵.

Torna-se evidente que o valor enquanto forma-sujeito assume um caráter abstrato e universal, amparado no discurso da igualdade. Contudo, essa mesma forma-sujeito revela uma cisão interna: privilegia-se o aspecto “masculino” do valor, remetendo às mulheres as atividades de reprodução social — que escapam à lógica valorizadora capitalista — e confinando-as a esferas dissociadas da dimensão pública do valor e da forma-sujeito moderna²¹⁶. Neste sentido, a forma-sujeito do progresso da história é em si masculino e delega ao “não-sujeito” tudo o que não pode recair sobre o processo de valorização do valor. Kurz²¹⁷ complementa esse teorema enquanto parte de uma crítica a totalidade da filosofia iluminista, destacando que a exclusão em relação a forma-sujeito do valor que se pretende universal sob o dito direito iluminista do Homem, também exclui todos aqueles que se tornaram “supérfluos” sob o ponto de vista do alto-movimento de valorização do valor estabelecido pelo processo da concorrência, decidindo quem pode ser considerado humano.

Em seu ensaio *Ontologia Negativa: Os obscurantistas do Iluminismo e a metafísica histórica da Modernidade*, Kurz²¹⁸ sustenta que a igualdade proclamada pela filosofia iluminista e seu universalismo — fundamentados em noções positivas de individualidade e liberdade consagradas nos Direitos Humanos — ficam circunscritos à forma abstrata do valor. É a partir dessa abstração que se

215 Id., p. 11-12.

216 SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 45, 1996, p. 15-36.

217 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

218 Id., p. 55.

constitui o sujeito moderno esclarecido, masculino e branco, ao objetificar a realidade e a si mesmo, rompendo com seu próprio contexto; tal sujeito, autorreferente, exterioriza sua “livre vontade” sobre a totalidade objetificada, mas o faz segundo os limites do mundo das mercadorias. Neste processo, o mundo objetificado pelo sujeito automático deve caber na totalidade do valor, agindo sobre a realidade objetificada com a mesma violência que Procusto deliberou sobre seus hóspedes²¹⁹.

A crítica radical à modernidade e a todo o substrato teórico filosófico herdado do iluminismo, se completa ao abranger e negar o processo histórico da autossuficiência absoluta da abstração vazia da forma, que se realiza no “aniquilamento do mundo” e de “si próprio” pela pulsão de morte do sujeito iluminista e da sua razão “lógico-identitária”. A essa pulsão de morte do sujeito moderno corresponde a falta de sensibilidade em relação à existência, sendo essa expressa somente sobre a forma de morte e matanças, refletindo a tendência à dizimação “[...] de tudo quanto seja vivo e não consiga encaixar-se na abstração do valor”, tendência que perpassa toda teoria moderna e seu fundamento iluminista até a crítica e o anti-iluminismo enquanto um denominador comum²²⁰.

Portanto, o universalismo abstrato da socialização do valor, associado ao pensamento iluminista, enquanto uma igualdade negativa e destrutiva, não se configura, de maneira alguma, como uma base sólida para a construção de um projeto emancipatório. Nesse sentido, “[...] nada, mas nada mesmo, do Iluminismo tem salvação

219 A analogia foi retirada da própria obra de Robert Kurz (2010), que utiliza o mito grego para comparar a ânsia do sujeito automático de fazer valer sua lógica alucinada sobre a realidade, moldando-a de acordo com as necessidades do seu movimento de autovalorização, tal como o violento Procusto fazia com seus hóspedes, obrigando-os a caberem perfeitamente em sua cama de ferro, esticando-os, se eram muito pequenos, ou cortando seus membros, se eram muito grandes.

220 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010, p. 23-24.

possível. A ideologia iluminista, juntamente com a constituição social subjacente, já apenas pode ser liminarmente rejeitada”²²¹.

Essa crítica radical às perspectivas sobre o alcance da crítica ao Iluminismo, desenvolvida, como já mencionado, a partir de ensaios *Razão sangrenta* (2002) e *Ontologia negativa* (2003), publicados nos números 25, 26 da revista *Krisis*, não encontrou consenso dentro do grupo e aprofundou as discordâncias que já vinham se acumulando, de modo que o ensaio *tábula rasa* foi o último texto publicado antes da separação do grupo e a fundação da revista *Exit!*²²².

Respondendo às críticas, Kurz²²³ escreve seu ensaio seguinte, intitulado *Tábula Rasa: Até onde é desejável, obrigatório ou lícito que vá a crítica ao Iluminismo?* Como o próprio subtítulo buscou problematizar, o intuito do ensaio foi aprofundar uma leitura da crítica categorial direcionada à totalidade do capitalismo. A partir dessa obra, a crítica radical deve ser encarada como uma verdadeira declaração de guerra contra o mais alto nível de abstração, repudiando integralmente a herança burguesa e exigindo uma ruptura clara e irreversível. Tal ruptura implica desmontar o *modus operandi*, a forma, o método e os pressupostos fundamentais desse pensamento, revelando seu funcionamento interno e superando a totalidade exercida

221 Id.

222 Em seu artigo intitulado *Uma questão de ponto de vista*, publicado originalmente na edição de número 26 da revista *Krisis*, em 2003, Anselm Jappe (2003) redigiu um texto criticando Robert Kurz por sua abordagem em relação à crítica ao Iluminismo, acusando o autor de fundamentar o problema da crítica da modernidade sem proporcionar uma referência clara, fundamentada somente na negatividade da socialização do valor. Jappe (2003, p. 2) destacou ainda sua discordância ao observar que “a crítica do Iluminismo de Kurz pode parecer mais iluminista do que o próprio Iluminismo”, especialmente no que diz respeito ao desejo de romper com todas as tradições e fazer uma “tábula rasa”, criticando aquilo que entendeu como uma visão iconoclasta, na medida em que buscou se desvincular e negar radicalmente o legado intelectual ocidental, esvaziando a Crítica do Valor de referências externas. Para Jappe (2003, p.3) o que Kurz defende é “[...] começarmos do zero sem nos podermos basear sobre qualquer coisa que viesse de trás”, ignorando a importância dos conteúdos historicamente legados por sociedades pré-capitalista, elementos positivos que deveriam ser desenvolvidos.

223 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

pelo Iluminismo sobre o aparato conceitual moderno — notadamente pelas categorias de “progresso” e “desenvolvimento”, que são naturalizadas como princípios ontológicos positivos e inquestionáveis.

Romper com essas categorias por meio de uma crítica categorial deve significar negar a lógica iluminista do desenvolvimento, pensando para além das categorias da modernidade. Toda ruptura histórica foi caracterizada por alguma forma de iconoclasmo na medida em que buscava se impor, de modo que em relação à ruptura com a modernidade e seus ícones não pode ser diferente, devendo atacar a abstração sobre a natureza dos ícones do Iluminismo enquanto figuras de reflexão teórico-filosófica e de afirmação da relação de valor e dissociação, interiorizada na inconsciência do pensamento²²⁴. Sob o lema *Iconoclasmus now!*, a crítica radicalizada deve se dirigir às bases de edificação do pensamento iluminista interiorizado na consciência humana capitalista²²⁵.

A “demolição” do “edifício modernidade” deve ser compreendida enquanto uma forma autorreflexiva do próprio princípio da destruição, sobre um programa do que levar adiante em uma forma social historicamente consciente e determinada por necessidades concretas e reais. Essa precisa ser “[...] arrancada juntamente com as respectivas raízes”, sendo que o cerne desta forma-sujeito moderna remonta ao desenvolvimento teórico do iluminismo, que se enraizou durante a “economia política das armas de fogo” e cuja origem filosófico-ideológica remete aos movimentos teóricos do iluminismo:

[...] não é outra coisa senão esse modus geral da relação de valor moderna e capitalista, a forma geral de pensar e agir da socialização do valor. Trata-se aqui, por um lado,

224 Ibid.

225 Para Robert Kurz (2010, p. 105), a crítica a modernidade significa um enfrentamento ao pensamento de Immanuel Kant, que desenvolveu, a partir de sua concepção abstrata de sujeito transcendental enquanto entidade autônoma e racional desvinculada da abstração da sociedade moderna, uma “[...] elaborada arquitetura de uma obra de arte integral teórica de afirmação pura e dura [...] forma de reflexão por ele tornada explícita se entranhou até à cotidiano de uma Humanidade capitalista”.

dessa forma que se apresenta aos indivíduos como contexto geral dominador autonomizado ou como totalidade fetichista do “sujeito automático” (Marx) objetivado: o princípio formal abstrato e assombrosamente vazio de conteúdo, cujo movimento espontâneo incansável e objetivado vai cilindrando, sob a forma dessa roda de Juggernaut da valorização do valor, a natureza e a sociedade. Mas por outro lado esta forma também é simultaneamente a dos portadores da ação individuais e institucionais; e, enquanto tal, ela constitui, num sentido mais restrito, a forma do sujeito ou a ‘forma sujeito’. Esta forma dos portadores da ação, por seu lado, é estruturalmente masculina e dissociadora: o sujeito da lógica do valor e da dissociação. [...] Como processo, o devir desta forma do sujeito [...] como constituição e forma de reflexão teórica consciente apenas pode ser encontrada no Iluminismo [...]. Assim, o Iluminismo escocês e anglo-saxónico, por exemplo nos teoremas de um Adam Smith ou Jeremy Bentham, colocou em destaque sobretudo o aspecto economicista real desse sujeito, a figura do *homo economicus*, bem como a forma abrangente do “sujeito automático” (em Adam Smith, a “mão invisível” do mercado). O Iluminismo francês de Montesquieu a Rousseau e até aos pregadores da virtude da revolução de 1789, porém, fixou-se mais no aspecto de estado e jurídico, na figura do *homo politicus* da Modernidade. O Iluminismo alemão, por fim, com Kant na linha da frente (e com Hegel de certo modo a completar a arquitetura do sistema), retratou a forma do sujeito abstrata, que se encontra na base dessa aparente polaridade entre o *homo oeconomicus* e o *homo politicus*, enquanto tal, como forma essencial, assim como as suas consequências sistêmicas, de um modo tão positivador como militantemente adepto de uma defesa agressiva²²⁶.

Fazer a crítica radical a forma-sujeito burguesa e moderna enraizada e positivada socialmente sob a junção de um *homo economicus* e de um *homo politicus* reflete a necessidade de uma crítica total a ser desenvolvida conjuntamente, conciliando “A crítica da dis-

sociação, a crítica do sujeito e a crítica do Iluminismo”, enquanto uma unidade indivisível, o que não necessariamente significa a destruição de tudo. Em resumo:

Tábula rasa sim, nomeadamente da forma do sujeito que se rege pela lógica do valor e da dissociação (assim como com a forma de consciência apenas dissociada e, com isso, reduzida e conotada com o feminino); tábua rasa, portanto, da generalidade abstrata ou abstração real violadora da existência e, de um modo geral, da forma de uma relação de fetiche. Tábua rasa não, pelo contrário, no que toca aos conteúdos, aos artefatos da História. A este respeito não existe uma definição inequívoca, mas apenas um processo de transformação, de seleção, de rejeição e de desenvolvimento ulterior, de penetração crítica sem positivação ou negativação absoluta²²⁷.

Se a lógica de uma forma-valor abstrata do sujeito automático e da dissociação do valor que serve como um referente a constituição dos indivíduos modernos deve ser abolida em detrimento dos conteúdos e dos artefatos da história, cabe questionar qual a compreensão em torno destes conteúdos e artefatos a partir da Teoria Crítica do Valor, os quais dividirem-se em três níveis: obras de reflexão intelectual e filosófica; produtos artísticos de todos os géneros e nas suas várias áreas e formas; e técnicas culturais e produtivas²²⁸. Tratando mais especificamente, artefatos da história podem ser compreendidos como os produtos

[...] intelectuais ou materiais, das assim chamadas forças produtivas, das técnicas culturais no mais extenso sentido, das ‘potencialidades’ hauridas da história do embate humano-social com a matéria terrena e a existência física, mas também do conflito consigo mesmo, com a própria sociabilidade, com os problemas metafísicos a respeito da própria proveniência da morte, etc. [...] (também as formas artísticas arquitetônicas etc. podem aqui ser consideradas

227 Id., p. 124.

228 Id., p. 119.

como conteúdos) que, embora se encontrem sujeitos aos ditames de uma determinação formal social fetichista e, assim, de uma forma de consciência (a forma do sujeito da Modernidade), não se reduzem à mesma. Faz parte da essência da 'história de relações de fetiche' que os conteúdos nunca coincidam com a forma, que a forma e o conteúdo entrem em oposição mútua e que os conteúdos sempre voltem a ser adaptados à forma à maneira de Procrustes, até à respectiva destruição²²⁹.

Estes conteúdos, potenciais e conquistas culturais positivas, refletem as condições do seu vir a ser, ou seja, não podem ser dissociados em relação a sua forma social de constituição e por isso não podem ser simplesmente levados adiante em relação a uma forma social consciente. É neste sentido que Kurz²³⁰, refletindo sobre a perspectiva da crítica do valor e da dissociação em relação à crítica do Iluminismo, retoma a sequência de Walter Benjamin²³¹ em suas *Teses sobre o conceito da História*, destacando que os bens culturais sempre fizeram parte dos processos de mudança, ruptura e transformação e acompanharam as transformações, o que não significa ignorar a origem destes bens, compreendendo: "Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tão pouco, o processo de transmissão da cultura".

O que fazer, portanto, em uma sociedade que supere a forma do sujeito capitalista e as suas consequentes relações de fetiche e que enfrenta, como o anjo da história analisado por Benjamin²³², cujos olhos se fixaram em um amontoado de ruínas, a necessidade de selecionar aquilo que lhe serve em seu movimento de reconstrução.

229 Id., p. 116-117.

230 Id., p. 117.

231 BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 225.

232 BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Por mais que existam correspondência entre os monumentos de culturas e os artefatos históricos permeados pela forma fetiche, ou seja, que se constituem “monumentos da barbárie”, esses conteúdos potenciais e conquistas culturais não podem ser simplesmente negados por refletirem sua forma, de modo que os próprios conteúdos “[...] por seu lado, não só podem alterar essa forma como a podem rebentar”²³³.

É neste sentido que Kurz destaca critérios para a pensar a recuperação seletiva dos artefatos da história, primeiro não poderá ignorar a constituição dos artefatos da história enquanto “monumentos da barbárie” e nem por isso negá-los, devendo preservá-los, enquanto “rememoração”, no sentido benjaminiano. Em segundo lugar, essa apropriação deve ser acompanhada por um processo de rejeição, compreendendo que parte do conteúdo ainda se faz ser acompanhado pela forma, de modo que o terceiro ponto destaca a necessidade de compreender que não pode existir qualquer padrão abstrato e geral de seleção que afinal não representaria, por seu lado, outra coisa que uma forma de fetiche. Por fim, o quarto critério reforça não poder existir distinção entre e recusa em relação aos conteúdos modernos e pré-modernos, que não devem ser recusados em relação às suas origens capitalistas, recusando uma tábula rasa sob esse prisma, de modo a negar qualquer recusa abstrata neste sentido²³⁴.

Mesmo não havendo uma hierarquização entre os níveis em relação aos conteúdos e artefatos da história, pode-se afirmar em relação às obras intelectuais e artísticas que elas não podem ser reproduzidas em seu sentido original, convertendo-se em monumentos, o que não impede que seus conteúdos sejam estudados, analisados e que sirvam para a reflexão. Ao pensar os conteúdos da história, e quanto mais estes conteúdos estejam afastados no espaço e no tempo do pensamento iluminista e de suas bases, mais

233 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010, p. 116.

234 Id., p. 118.

elementos podem subsidiar para a reflexão sobre a forma moderna do sujeito, possibilitando “[...] momentos de reflexão de uma história do sofrimento das relações de fetiche”²³⁵. Neste rompimento em relação à positivação dos conteúdos da história, os conteúdos artísticos representam um contraponto às reflexões filosóficas do Iluminismo e a forma sujeito, expressando o sofrimento causado pelas relações fetichistas.

Os artefatos históricos — entendidos como técnicas culturais e modos de produção — devem, ao serem aplicados na prática ou submetidos a uma renovação crítica, ser avaliados segundo dois critérios: a negação prática de sua dimensão negativa ou a reconfiguração de seu processo de desenvolvimento. Aqueles cuja negatividade persista serão abolidos, enquanto os que se mostrarem autônomos poderão ser recuperados em relação à sua forma social original e isentos das determinações fetichistas que lhes deram origem.

Uma reflexão crítica profunda sobre esses conteúdos exige compreender que eles podem romper com a forma fetichista em que foram originalmente concebidos, sem necessariamente perpetuá-la. No entanto, se esses conteúdos acabam por reforçar e perpetuar essa forma fetichista, tornam-se “monumentos negativos”. Em vez de serem simplesmente abolidos ou proibidos, uma abordagem que representaria uma recaída em relações de coação fetichistas, sua superação deve ocorrer por meio da refutação intelectual e prática. Nesse sentido, sua conservação enquanto produtos anti-humanos das arquiteturas autoritárias do passado podem servir como um memorial crítico. Esse é o caso das obras do Iluminismo e, sobretudo, da constituição da forma do sujeito capitalista, masculino e dissociador.

A crítica à forma-sujeito é, portanto, uma proposta de ruptura profunda com toda a estrutura de subjetividade que, a partir do Iluminismo, foi produzida e consolidada no capitalismo. Essa

forma-sujeito, marcada pela abstração do valor, pelo fetichismo e pela exclusão, precisa ser desmantelada por uma teoria negativa que negue suas bases e, ao mesmo tempo, permita a emergência de novas formas de ser e de agir que possam dar conta de uma emancipação real e total da constituição abstrata e fetichista do sujeito, o que não significa uma negação dos conteúdos históricos e culturais que possam vir a ser ressignificados de forma emancipatória.

A FORMA-SOCIAL MODERNA E A ABSTRATA FORMA-SUJEITO DO VALOR

A crítica à forma-sujeito em Robert Kurz é, essencialmente, uma denúncia radical da maneira como o sujeito moderno foi constituído pela modernidade capitalista – em especial, pela herança epistemológica e ideológica do Iluminismo²³⁶, rejeitando ambas as bases para um projeto emancipatório. A forma-sujeito moderna é, em essência, um produto da socialização do valor e da dissociação, estruturada de maneira masculina e abstrata, baseada na objetificação do mundo e na submissão da realidade às exigências da valorização do capital.

Neste sentido, é necessário que a crítica radical vá além das análises tradicionais do capitalismo, abordando não apenas suas manifestações econômicas, mas também suas categorias fundamentais, como o sujeito, a razão e a história, na forma de uma “grande teoria negativa”, desconstruindo a estrutura epistemológica e social da modernidade. A crítica à forma-sujeito moderna, em sua lógica de

236

Como já demonstrado, a crítica radical à forma-sujeito moderna enquanto um constructo da modernidade e da sua base teórica e filosófica embasada no iluminismo não encontra um consenso claro entre os teóricos que originalmente pensaram as bases da Crítica do Valor, em especial pelas manifestações contrárias de Anselm Jappe, o que não impede um diálogo entre os teóricos no sentido de uma análise a este constructo histórico antropológico, visto que ambos os teóricos têm como ponto de partida a crítica do valor e a negação radical as bases abstratas do capitalismo.

abstração, não significa negar os conteúdos desta forma, pois em seu interior existe a constituição de indivíduos reais, sensíveis e sociais.

Desde o Iluminismo, os conceitos de “indivíduo” e “sujeito” passaram a ser tratados como sinônimos, estabelecendo-se uma analogia entre a forma-fetichismo e a individualidade – como se a última fosse produto exclusivo da Modernidade²³⁷. O sujeito não é a gênese da mercadoria, mas antes a configuração imposta pela relação de valor aos indivíduos reais. Ou seja, o sujeito não origina o processo de valorização; ele é, tão-somente, seu agente, enquanto esse movimento se desenrola de modo autônomo e sem sujeito.

Como já demonstrado, a filosofia iluminista exaltou e reivindicou os conceitos de autonomia e liberdade do indivíduo como condições positivas de desenvolvimento humano, legitimando essa positividade primeiro como superação das sociedades agrárias pré-modernas e, em seguida, como superação do absolutismo e do totalitarismo dos regimes estatais do século XX. No entanto, tais avanços serviram apenas como máscara para ocultar o fetichismo e o totalitarismo inerentes à modernidade, submetendo os indivíduos ao “[...] ‘uniforme’ do sujeito do trabalho, do dinheiro e da concorrência”²³⁸.

A individualidade sempre existiu nas sociedades humanas ao longo do tempo e estabelece relação com a forma social que constituiu a segunda natureza humana, levando ao processo de humanização. Essa relação não significa a supressão da individualidade, pois essa continua a se manifestar, mesmo no interior da forma de fetichismo socialmente estabelecida. A originalidade da filosofia iluminista está na individualização que a modernidade capitalista constitui para “[...] o ‘Eu abstrato’ sob a forma da ‘individualidade abstrata’”, pois na modernidade, o conceito de

237 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010, p. 49.

238 Id., p. 46.

[...] 'indivíduo' significa já a forma sob a qual os seres humanos particulares são pensados como sendo imediatamente idênticos com a relação social compulsiva: nomeadamente, como seres socialmente separados, societariamente atomizados que (em última análise, até à própria esfera da intimidade) já apenas são capazes de se mediarem mutuamente através da forma de relação coisificada e morta do dinheiro²³⁹.

A individualidade real (cuja forma social se define pela abstração do valor, materializada na socialização inerte dos produtos do trabalho abstrato) aprofundou a dependência ao "fetichismo moderno e coisificado". É somente quando esses sujeitos executam, individualmente, seu processo produtivo (convertido em valores de troca cuja sociabilidade se restringe aos produtos do seu próprio trabalho, em detrimento de sua própria objetificação e alienação) que eles se veem imersos no movimento do fetiche geral. Conforme Marx²⁴⁰, a máscara de personificação das relações econômicas das pessoas relativamente soltas no passado, se fundiu com a cara.

Para Kurz "[...] no molde da individualidade abstrata, o absolutismo social da forma e a existência real e sensível do indivíduo humano **parecem coincidir de forma imediata**"²⁴¹. Distante de um caminhar do ser humano em relação a uma emancipação em relação a forma-sujeito fetichista, na abstração da individualidade moderna o verdadeiro indivíduo e a sua forma social fetichista se constituem como quase idênticas.

Essa forma social moderna e abstrata sofreu um processo de ontologização a partir da teoria iluminista, ao contrário do conceito de indivíduo, que sempre existiu, não enquanto uma "essência"

239 Id., p. 47.

240 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 219.

241 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010, p. 48, grifo nosso.

ontológica, mas como momentos de tensão com as formas sociais vivenciadas ao longo das diversas constituições históricas com sofrimento, forma a qual os indivíduos nunca conseguiram se encaixar.

Através de múltiplas formações volta sempre a transpirar o que esta contradição tem de tormentoso, de doloroso, de impertinente, enquanto a sociedade for dominada por cegas formas de fetiche, em que os indivíduos não se põem de acordo enquanto tais para formarem uma sociabilidade consciente de si própria mas, por assim dizer, como que numa espécie de transe da objetivação por eles próprios produzida, atuam de uma forma irracional e destrutiva no sentido das suas próprias necessidades e possibilidades²⁴².

Independentemente do contexto ou das diversas estruturas, sempre existiram tensões entre a forma-social e a individualidade, que se manifestam de forma dolorosa para os indivíduos enquanto uma marca recorrente na experiência humana social. A história de uma dominação social sobre as individualidades sob formas fetichistas reflete a incapacidade de articulação dos seres humanos sob uma forma de sociabilidade que possibilite o reconhecimento das suas reais potencialidades e, conseqüentemente, de uma articulação consciente, levando ao processo crescente de objetificação irracional de si mesmos.

A objetificação da realidade social pode sim ter existido em outras sociedades e, talvez, até ter sido uma constante histórica, mas isso não significa que a forma moderna do sujeito possa ser projetada retroativamente para a totalidade da História humana, em um movimento de ontologização, visto que as categorias modernas como trabalho, economia, política, estado e sujeito não existiam antes do século XVI, sendo que suas configurações, especialmente o conceito de subjetividade, foram adaptadas.

O NARCISISMO E O PARADIGMA FETICHISTA-NARCISISTA

Em alinhamento com as análises realizadas, a concepção de sujeito é uma categoria moderna que surgiu atrelada a forma do trabalho, tendo por base o apagamento das particularidades individuais e do temor do retorno destas particularidades, na medida em que se constitui enquanto forma social total. Temos, portanto, a abstração do valor que transita constantemente de uma forma social para outra sob a forma do verdadeiro sujeito, o sujeito automático do valor, que objetifica tudo ao seu redor na medida em que se constitui sujeito.

Da mesma forma, o narcísico²⁴³ é um sujeito que não desenvolveu suas funções psíquicas e consequentemente não consegue separar o mundo e o seu ego, objetificando tudo ao seu redor como uma extensão deste último. Em seu processo primário, o ego do sujeito narcísico se identifica somente com as suas pulsões interiores, compreendendo o mundo, que lhe é externo, como um objeto a manipular, sob o qual projeta seus desejos a partir de um sentimento de onipotência, da falta de limites, mas que sempre volta a recair na impotência do seu mundo exterior²⁴⁴.

O debate e os escritos que desenvolveram a teoria em torno da categoria do narcisismo são extremamente amplos e contraditórios, com distintos teóricos e com concepções que variam entre uma

243 O narcísico é conhecido popularmente como aquele que se entrega a uma constante admiração por si próprio e dá prioridade à sua aparência física; é a pessoa que se exhibe diante do espelho ou que busca atrair a atenção alheia.

244 Jappe (2021) analisa que o corpo é a primeira fronteira do mundo exterior em relação ao ego do sujeito narcísico, análise que remete a outro recente estudo de Byung-Chul Han (2015), em sua obra ensaística intitulada *Sociedade do cansaço*, analisando que na sociedade neoliberal de desempenho, o corpo deixa de ser apenas um ente biológico para se transformar em um campo de batalha da auto-exploração, sob o imperativo da produtividade e da performance, fazendo do corpo um instrumento a ser constantemente otimizado e explorado. Consequentemente, o esgotamento, a ansiedade e a depressão se tornam cada vez mais visíveis.

positivação ou naturalização²⁴⁵ e uma forma crítica a figura do narcísico²⁴⁶. O conceito de narcisismo remete a uma patologia em que o indivíduo se encontra “apaixonado por si mesmo e pelo seu corpo”, mas também como componente necessário da psique humana — equivalente ao egoísmo entre as pulsões do eu — e estreitamente vinculado ao sentimento de onipotência. Nessa perspectiva, opera-se uma distinção entre “libido do eu” e “libido dos objetos”, de modo que “quanto mais o indivíduo se ama a si mesmo, menos ama os ‘objectos’ (os outros)”²⁴⁷.

Essa cisão entre o sujeito e o objeto constitui uma primeira identificação do sujeito como um “objeto total”, contribuindo para o desenvolvimento da figura do “eu” enquanto um distanciamento do narcisismo primário, que leva o sujeito a um esforço no sentido de uma reaproximação, esforço que conduz a um deslocamento da libido para o “ideal do eu” que é “imposto de fora”, de modo que a satisfação ocorre por meio do cumprimento desse ideal. O “ideal do eu” é uma forma sujeito abstrata (trabalhadora, branca, masculina) que caracteriza a condição de sujeito, é tão abstrata quanto seu princípio de socialização, diferente do “ideal ético” que é imposto por meio do desejo socialmente constituído.

A partir das concepções freudianas, o narcisismo primário caracteriza-se pela indistinção inicial entre o eu e o mundo, vivenciada na vida intra-uterina é rompida pelo nascimento, ocasião

245 Para teóricos como Patrick Juignet, Bela Grunderger e Michael Balint, o narcisismo faz parte da construção não apenas do “eu”, mas da identidade individual e coletiva, algo que apenas deve se manter equilibrado para que não ultrapasse as marcas e não se torne “maligno” ou “perverso”, constituindo até mesmo um “guardião” ou um “motor” da vida, na forma de uma instância psíquica, do mesmo modo que o id, o ego e o superego (Jappe, 2021).

246 Nas últimas décadas autores como Paul Denis tem definido o narcísico e, em especial, a constituição do “perverso narcísico” como um “sociopata” que exhibe um senso grandioso de si e não sente gratidão, acreditando que tudo lhes é devido. Valorizam-se em detrimento dos outros, chegando a desqualificar e a sentir prazer em humilhar outros em público, embora essa busca incessante, marcada por traços compulsivos, nunca lhes proporcione satisfação plena, pois está enraizada na insatisfação sexual edipiana (Jappe, 2021).

247 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021, p. 97.

em que o sujeito se depara com sua impotência ao perceber que os objetos não lhe pertencem. Em reação, o indivíduo fecha-se em torno de si e da figura materna onipotente, projetando-se como onipotente e exigindo que o mundo corresponda aos seus desejos como extensão de si mesmo²⁴⁸. Gradualmente, sob o influxo do princípio da realidade e da ação limitadora da figura paterna no complexo de Édipo^{249 250}, a criança interioriza normas sociais, estabelece vínculos autênticos com os “outros” e consolida sua autonomia. Esse desinvestimento progressivo do narcisismo primário em direção às relações objetais permite um equilíbrio entre natureza e cultura; contudo, nem sempre esse percurso se realiza plenamente, e Freud atribui às fixações nesse processo as neuroses, enquanto o narcisismo secundário corresponde à retração da energia libidinal originalmente dirigida ao mundo externo para o próprio self, na tentativa de recusar o movimento rumo às relações objetais.

O ponto que mais importa na análise sobre o narcisismo para a compreensão do sujeito moderno está na concepção da

- 248 A definição de narcisismo que Jappe (2021) adota apoia-se sobretudo nos estudos de Christopher Lasch e, principalmente, nas formulações originais de Freud. Em *Totem e Tabu* (1913), Freud associa o narcisismo ao “eu enquanto objeto libidinal” e ao sentimento de onipotência presentes na magia e no animismo. No ensaio *Introdução ao Narcisismo* (1914), ele passa a compreender o narcisismo não como perversão, mas como componente necessário da psique humana — o equivalente egoísta entre as pulsões do eu. Essa concepção é retomada em seu curso *Introdução à Psicanálise* (1917) e, com a segunda tópica do aparelho psíquico (id, ego e superego), aprofundada em *Psicologia das Massas* (1921). Finalmente, Freud expande essas ideias em seus escritos tardios, como *O Futuro de uma Ilusão* e *O Mal-Estar na Civilização*.
- 249 É importante destacar que Jappe (2021, p. 112-113), diante da ampla discussão em torno do complexo de Édipo e de seus limites em relação aos sexos, adota em sua formulação a seguinte definição: “a partir do segundo ano, os pais (ou, em geral, as pessoas que rodeiam a criança) limitam progressivamente a sua ‘perversão polimorfa’, ou seja, a sua tendência espontânea para obter uma satisfação libidinal, que mobiliza todo o seu corpo, de pessoas de todas as idades e parentesco [...]”. Essa limitação advém em todas as culturas e em todos os contextos. [...] o conflito edipiano conclui-se com a derrota da criança [que] abre o caminho para a maturação psicológica.
- 250 Jappe (2021, p. 113) entende que “[...] para as teorias psicanalíticas mais recentes, pouco importa como o conflito de Édipo se desenrola de facto, se há um pai, se a criança se encontra perante dois homens ou duas mulheres, etc. Este conflito é como uma equação que pode conter diferentes valores sem que a equação mude.”

centralidade do narcisismo secundário na vida psíquica do sujeito e, conseqüentemente, na sua incapacidade de reconhecer a linha de separação entre o seu eu e o mundo, já que narcísico mantém unicamente pseudo-relações com as outras pessoas e com os objetos que no seu inconsciente não consegue reconhecer enquanto tais, uma vez que os vive como partes do seu ego. Falta ao narcísico a capacidade de manter relações reais de contato com os objetos (pessoas e coisas) e de uma abertura à interiorização de experiências extraídas destas relações, que se mantém exteriores, vivenciadas pelo narcísico como “[...] projecções, prolongamentos e confirmações de si mesmo”, permanecendo restrito a uma espécie de “estádio do espelho”, cuja consequência é a sensação do seu vazio interior e a sua falta de personalidade²⁵¹. Embora o narcisista possa ter um “eu ideal”, ele não desenvolve um superego fundamentado na dinâmica edipiana nem internaliza preceitos morais, se limitando a um “superego arcaico”, que se manifesta de forma feroz, irracional e punitiva, voltando-se contra o próprio indivíduo no sentido de suas insuficiências.

Na busca por aproximar a forma-sujeito e o sujeito automático embasado no fetichismo da mercadoria com o conceito de narcisismo, Jappe compreende essa aproximação como as duas faces da forma social moderna, onde o sujeito narcísico é constituído paralelamente ao processo de reprodução social embasado no fetichismo da mercadoria, o qual denomina como “paradigma narcísico-fetichista”. Se a condição do homem narcísico depende da “dialética da onipotência e da impotência”, a melhor correspondência a esse indivíduo moderno é a própria sociedade moderna caracterizada pelo sujeito automático, já que a forma-dinheiro dá ao indivíduo a capacidade de exercer um poder absoluto e de possuir todas as qualidades que seu ego deficitário busca, transformando a

251

JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021, p. 119.

impotência em onipotência e abstraindo as qualidades específicas dos objetos e das pessoas²⁵².

Perante a generalização do narcisismo secundário, as pessoas, os objetos e as relações existem como figurantes no interior do sujeito e do solipsismo de sua forma, que busca apenas utilizá-los, manipulá-los e dominá-los. Da mesma forma, a sociedade capitalista integra as individualidades que a constitui, “alicerçada no valor e no trabalho abstrato, na mercadoria e no dinheiro”, de modo que “convém falar de paralelismo ou de isomorfismo entre estrutura narcísica do sujeito do valor e estrutura do valor que, como tal, é uma ‘forma social total’”. O “paradigma narcísico-fetichista” pode ser compreendido da seguinte forma:

Do ponto de vista do valor, o mundo e as suas qualidades não existem, pura e simplesmente. Está resumida descrição da lógica do valor permite apreender a sua semelhança com a lógica narcísica. O narcísico (secundário) reproduz esta lógica na sua relação com o mundo. A única realidade é o seu eu, um eu que (quase) não tem qualidades próprias, porque não se enriqueceu através das relações objetais, das relações com outrem. Ao mesmo tempo, este eu tenta estender-se ao mundo inteiro, engloba-lo e reduzir o mundo a uma simples representação de si mesmo, uma representação cujas figuras são inessenciais, passageiras e intercambiáveis. O mundo exterior - a partir do seu próprio corpo orgânico - não tem mais consistência para o narcísico do que o valor de uso para o valor. Em ambos os casos, nisso não pode haver uma relação pacífica, mas tão-só de dominação e de exploração, para alimentar um apetite voraz²⁵³.

Da mesma forma que a lógica do valor apaga as particularidades e as bases materiais, reduzindo tudo à abstração do valor

252 Id.

253 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021, p. 177.

na forma-dinheiro em seu movimento automático de valorização (sujeito automático), o narcisismo secundário também submete a totalidade social à abstração do seu próprio vazio, projetando-o tanto sobre as pessoas quanto sobre os objetos, que passam a funcionar como extensões de um interior abstrato. Seu fracasso social conduz a raiva narcísica que busca não apenas destruir tudo aquilo que não pode tocar e reduzir, mas também destruir a si mesmo.

As análises de Kurz²⁵⁴ podem ser articuladas aos escritos de Jappe²⁵⁵ para a reflexão sobre a constituição de um “eu” abstrato caracterizado pelas formas de violência inerentes às condições do valor e da dissociação. Como resultado, temos o sofrimento como forma da constituição social dos sujeitos e, consequente, seu aprisionamento mediante sua própria subjetividade constituída no interior da dialética “sujeito-objeto” do fetiche:

[...] não é outra coisa senão o circuito da agregação em que os indivíduos se alienam de si próprios pela sua própria atuação, constituindo, em degraus cada vez mais altos da escada do desenvolvimento, um resultado que os domina, acabando por aniquilá-los a eles próprios, sob a forma de uma objetividade aparentemente exterior Kurz²⁵⁶.

Na medida em que o sujeito se apresenta como contrário ao objeto e a objetivação da forma social (que exerce imposição e controle de maneira anônima sobre o indivíduo), a subjetividade do indivíduo moderno é articulada como uma forma de resistência, afirmando autonomia e liberdade, mas sem representar uma contradição com a objetividade. O sujeito constituído dentro da relação de fetiche moderna, não deixa de existir enquanto um átomo da sua

254 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

255 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

256 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010, p. 51-52.

forma social, ou seja, “pensamento e ação estão coisificados, não sendo, no entanto, ‘coisas’ independentes dos indivíduos”²⁵⁷. É por isso que sua forma de “percepção, conhecimento e atuação” surge enquanto poder alheio, pois é sob essa forma-sujeito moderna e abstrata que se materializam as relações de fetiche.

Por consequência, o ser humano moderno, esclarecido dentro dos moldes do desenvolvimento tecnológico e científico capitalista, representa a forma mais elevada da falta formal de consciência, mesmo que não o saiba:

Com isso, a determinação geral dá-se a conhecer: um sujeito é um ator consciente, mas que não está consciente de sua própria forma. No entanto, é precisamente essa falta de consciência da forma que inflige às ações conscientes face à primeira natureza e aos demais sujeitos um caráter opressor obscuro e objetivo; a objetivação que se dá mediante a cadeia de ações é, de antemão, cegamente pressuposta pelo sujeito. Assim, a tomada de consciência limita-se a uma ação individual que, à diferença do animal, não é dirigida às cegas, senão que ‘precisa passar pela cabeça’: Em contrapartida, a consciência não apreende o escopo geral e social do agir, que “nasce” historicamente e é pressuposto às cegas. A ser assim, a consciência é uma mera tomada interna de consciência, situada dentro dos limites de uma constituição fetichista que, no entanto, não tem nada de exterior, constituindo, antes do mais, a forma da própria consciência [...]²⁵⁸.

Articulada a forma dinheiro, a chamada dialética entre ação prática e pensamento constitui as próprias bases do capitalismo na sua forma-valor abstrata e do processo de autovalorização sob a forma do sujeito-automático do valor. Ou seja, a consciência age e constitui as relações sociais que caracterizam os processos de fetichização da forma social, não sendo simplesmente submetida a essa inversão.

257 Id., p. 53.

258 Id., p. 269.

O ser humano da forma mercadoria não opera a partir da falta de consciência. Ao contrário, o fetichismo que molda os sujeitos é a consequência de um sujeito consciente, que age conscientemente, mas que é inconsciente em relação a sua própria forma. Como afirmou Benjamin²⁵⁹, ao tratar do capitalismo como uma religião, “Não temos como puxar a rede dentro da qual nos encontramos”. Neste sentido, a ideia de tomada de consciência aparece como uma “ação individual”, na medida em que a consciência “não aprende o escopo geral e social do agir”. Individual, a tomada de consciência acaba limitada à sua própria forma. Vale destacar que a própria consciência não existe como um constructo positivo — como em uma dimensão Kantiana — algo acabado e pronto a ser alcançado.

Para entender essa complexidade das relações humanas e tentar estabelecer padrões que possibilitem uma análise da realidade social, é necessário compreender a formação da consciência humana historicamente, pois nenhum sujeito nasce e se constitui um ser social a priori, sendo que a história dos seres humanos em seu substrato biológico evolucionista é a história das constituições fetichistas da forma sujeito, sob o qual se assentam estratos de constituições fetichistas do passado, da qual ainda faz parte a modernidade esclarecida com seu culto ao valor²⁶⁰. Nesse sentido, o processo de constituição de uma consciência social precisa ser compreendido em sua negatividade, rompendo com o desenvolvimento cego baseado em formas de fetichismo em geral e possibilitando o vir-a-ser dos seres humanos conscientes.

A falta de consciência da forma por parte do sujeito, a qual constitui uma mera dicotomia entre o sujeito e mundo exterior, rebaixa, com isso, os materiais da percepção e da ação (a natureza e os outros sujeitos) à condição de reles objetos. O dualismo sujeito-objeto resulta

259 BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

260 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

do fato de que a metainstância, da qual o ator e seus objetos vêm à luz como um todo comum, não está, por assim dizer, 'ocupado'; essa metainstância adquire precisamente a forma privada de sujeito do próprio sujeito, com que se engendra o dualismo aparentemente inaguentável e intransponível. Seria então possível, a partir disso, uma segunda e complementária determinação do sujeito: um sujeito é um ator que se vê obrigado a rebaixar seus materiais à condição de simples objetos exteriores. Também essa determinação deve ser, é claro, vista sob uma perspectiva histórica, isto é, também a dicotomia sujeito-objeto precisou desenvolver-se a partir de princípios embrionários mediante a longa história das formações, até que conheceu, no sistema produtor de mercadorias consoante à modernidade, sua expressão mais pura e elevada²⁶¹.

A segunda natureza do ser humano que caracteriza a sua instância de sociabilidade e de constituição subjetiva se mostra ao sujeito como externa e estranha, na medida em que é formada pelo agir e pelo fazer humano enquanto um processo destituído de sujeito e, neste sentido, somente se constitui sujeito em relação a sua primeira natureza biológica. Nesta configuração social de objetificação do seu mundo natural, à constituição fetichista encontra na forma da mercadoria a mais elevada forma de fetiche, ampliando a cisão da subjetividade face à primeira natureza. Sem alcançar um estágio real de consciência, o processo de formação social do ser humano acontece mediante a objetificação da natureza e de tudo que lhe é externo, em um processo que extrema sua violência com as demais formas, modelando tudo aquilo que não se encontra a sua imagem por meio da sua atividade transformadora.

A objetificação do sujeito autorreferencial e sua dicotomização entre sujeito-objeto mediante o fetiche recai também sobre a constituição dos gêneros, na medida em que a forma-sujeito

“macho-branco-ocidental” degrada a mulher a condição de objeto do homem, assim como marginaliza aqueles que não se encaixam nessa forma, em um processo de autoafirmação do próprio sujeito.

A análise da objetificação da mulher perante a forma-sujeito moderna foi proposta por Roswitha Scholz a partir do desenvolvimento do seu “Teorema da cisão” (também traduzido ao português como “Teorema do valor-dissociação”)²⁶². Nas palavras da autora:

O núcleo de minha tese é o seguinte: a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade etc.). [...] A constituição do valor, sexualmente específica, produz em última instância a repartição conhecida dos papéis entre os sexos; o ‘feminino’ assim adjudicado torna-se a condição de possibilidade do princípio masculino do ‘trabalho’ abstrato. A assimetria dessa relação, na qual o elemento sensível é marcado como feminino e por isso mesmo posto de lado e avaliado como inferior, justifica a fórmula algo sensacionalista com que caracterizamos o patriarcado sem sujeito: ‘o valor é o homem’²⁶³.

Como consequência, o sujeito se constitui estruturalmente como sujeito masculino, de modo que as mulheres, para ascenderem à posição-de-sujeito, precisam assumir traços estruturalmente “masculinos”, suprimindo aspectos de feminilidade que lhes foram atribuídos — de maneira geral associados a natureza e aos cuidados, a sensibilidade e a emotividade. Neste sentido, quanto mais é

262 Publicado originalmente na revista *Krisis* (Nº 12) intitulado *Der Wert ist der Mann. Thesen zu Wertvergesellschaftung und Geschlechterverhältnis*, em 1992. O artigo foi traduzido ao português em 1996 por José Marcos Macedo com o título: *O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*.

263 SCHOLZ, Roswitha. *O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 45, 1996, p. 15-36, p. 18.

desenvolvida historicamente a dicotomia sujeito-objeto, mais claramente se determina pelo gênero masculino.

Em seu processo de objetificação do mundo e da realidade, o ser humano objetiva, por fim, a si mesmo, seu próprio corpo e sua constituição, em um processo caracterizado pela falta de consciência de sua própria forma, rebaixando a si mesmo enquanto mero instrumento de valorização do valor. Conforme conclui Kurz em seu ensaio: *Dominação sem sujeito*, já não existe nenhum sujeito social (indivíduo ou grupo) que preexistia às relações sociais fetichistas, no sentido que “todos os sujeitos sociais pertencentes ao sistema produtor de mercadorias constituem ‘máscaras de personagens’ da forma do fetiche” e, portanto “[...] a supressão desta constituição tampouco pode ser conduzida por um sujeito apriorístico [...]”, sendo necessário radicalizar a crítica de modo que o ser humano consciente exploda o “*continuum da história*”²⁶⁴.

No livro *Dinheiro sem valor: Linhas gerais para a transformação da crítica da economia política*, Kurz²⁶⁵ compreende que essa forma social moderna se desenvolveu paralelamente a incorporação crescente do dinheiro enquanto elemento de mediação social a partir do século XIV, de modo que pouco a pouco essa forma foi se naturalizando, encontrando apoio nas revoluções científicas do século XVIII. Robson de Oliveira, em sua obra: *O homem sem qualidades à espera de Godot*²⁶⁶, analisa que a transformação dos aspectos da vida social em mercadorias caracteriza um processo de desenvolvimento histórico da forma-sujeito em direção aos signos do valor sob o pretexto do progresso e do desenvolvimento, de modo que a partir do século

264 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010, p. 237.

265 KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor**: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.

266 OLIVEIRA, Robson J. F de. **O homem sem qualidades à espera de Godot**: Molière, Musil, Beckett, Macunaíma e o devir vazio da modernidade. São Paulo: Hedra, 2020.

XX, com a interiorização da forma trabalho e dos preceitos do progresso sob a forma-sujeito moderno, as “máscaras de personagens” da forma do fetiche” se colaram a face de forma tão direta que se tornou doloroso de arrancar, um processo no mínimo desnorteador.

A constituição da forma-sujeito tem raízes no pensamento renascentista e nos cânones iluministas, especialmente em Kant e, sobretudo, em Descartes, que em suas análises, antecipou o progresso ilimitado da ciência e a necessidade de adaptação dos sujeitos, principalmente em termos de pensamento, na mesma medida em que os princípios do valor, do trabalho e do dinheiro passaram a se impor como forma da sociabilidade humana²⁶⁷. O conhecimento cartesiano tem como base um ego abstrato, desprovido de qualidades concretas e limitado a existir e pensar — *cogito, ergo sum* —, enquanto a percepção dos objetos exteriores serve apenas para confirmar o sujeito pensante. Essa cisão entre o “eu” e o mundo físico também contribui para a compreensão do indivíduo moderno, caracterizado pelo capitalismo e pelo narcisismo, um sujeito solitário, incapaz de estabelecer verdadeiras relações objetivas e em constante antagonismo com o exterior, tornando o sujeito um ser estranho a tudo o que constitui o mundo e o próprio humano.

A revolução na percepção do conhecimento e do mundo operou a partir da interiorização da forma dinheiro no cotidiano e, principalmente, a partir das transformações ocorridas em torno das atividades produtivas dos seres humanos, que se tornaram cada vez mais abstratas sob a forma trabalho moderna, sob a mediação do valor e do dinheiro. Essa transformação desencadeou na relação entre o sujeito com o mundo uma abstração profunda, onde o sujeito se constitui em um vazio sob a forma da “mônada-sujeito” que se relaciona socialmente apenas pela esfera da concorrência²⁶⁸. Da mesma forma,

267 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

268 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

Kant ao pensar o “sujeito autônomo” enquanto um “sujeito individual” cuja autonomia e liberdade se resumem a liberdade de seguir as leis da abstração valor, se realiza naquilo que Marx denominou como o “sujeito automático” do valor²⁶⁹.

É neste sentido que este sujeito descrito por Descartes e Kant, corresponde a Hobbes e Rousseau sobre o esclarecimento da dimensão política e pública da forma-sujeito moderna, afirmando, no plano político, a mesma cisão entre o ser social atomizado e um mundo que lhe é alheio. Essa formulação de um sujeito moderno se completou com a elaboração da noção de um *homo economicus*, que se desenvolveu “através das obras de Locke, Mandeville, Hume, Smith, Malthus, e ainda outros”, correspondendo a uma concepção antropológica inédita: “pela primeira vez na História, o ganho material foi erigido enfim em si mesmo”²⁷⁰. Deste modo, os teóricos analisaram que a vocação dos seres humanos não consiste em “serem virtuosos”, mas sim em se voltarem a “acumular riquezas”. Foi esse momento histórico que definiu a passagem à sociedade moderna, caracterizada pela submissão dos constrangimentos sociais sob a forma de uma autodisciplina e de submissão às necessidades da produção e da valorização do valor.

O que melhor define esse sujeito, é a sua caracterização enquanto portador vivo do valor e, conseqüentemente, a violência que exerce sobre si mesmo no sentido de se adaptar a essa forma e, conseqüentemente, exerce sobre todos aqueles que não se adaptam, desqualificando os indivíduos da sua condição de sujeito. A consequência final do desenvolvimento filosófico do sujeito sob os signos do valor e do fetichismo é o sujeito autofágico:

269 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

270 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

Este sujeito é a representação filosófica de um fato real. A pretensa autonomia do sujeito kantiano é, na verdade, adquirida à custa de uma dolorosa, interiorização dos constrangimentos do capitalismo nascente; tem como consequência o desprezo por tudo o que se encontra fora do sujeito e o ódio a tudo aquilo que o sujeito teve de expulsar de si mesmo, para o atribuir a outros. No fim das contas, esse ódio pode transformar-se em ódio à sua própria pessoa. O resultado que extremo da forma sujeito que Kant tão bem descreveu é a pulsão de morte. O desejo de acabar com o mundo, que nos sujeitos desperta uma alternância e de impotência e de onipotência, e de acabar com o próprio sujeito, que sofre com o seu vazio interior e com a sua incapacidade de desenvolver uma relação real com o mundo²⁷¹.

O desenvolvimento da forma narcísica encontrou, na contemporaneidade uma “fase narcísica” da história psíquica, na qual a felicidade individual se tornou o objetivo da sociedade, em detrimento de uma fase “edipiana”, disciplinar e de imposição dos constrangimentos, com base em estruturas autoritárias que remontam a figura de autoridade de um “sujeito forte”. O que se constituiu não foi a supressão de uma fase em detrimento de outra, mas a constituição de camadas da estrutura narcísica moderna, caracterizada em sua última fase pela busca de satisfação dos desejos e da abolição dos limites, em correspondência com o neoliberalismo e a “economia do gozo”.

O estágio mais avançado do neoliberalismo instaura uma “economia do gozo” pela eliminação de qualquer limitação aos sujeitos, privilegiando a satisfação imediata das pulsões por meio das mercadorias enquanto objetos de desejo²⁷². Nesse contexto, o neoliberalismo desfaz as normas disciplinares interiorizadas, promovendo

271 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

272 Id., p. 205.

uma “fruição direta” através do consumo incessante de produtos e novidades, o que gera não apenas o descontrole das pulsões, mas também uma dependência crescente — sobretudo em relação aos objetos de consumo.

Impulsionado pelo imediatismo das tecnologias e pela “economia do gozo”, o neoliberalismo promoveu uma inversão da infância — historicamente concebida como contraponto ao mundo adulto, marcado pela adaptação a regras, disciplina e desenvolvimento de competências — resultando em uma “infantilização dos adultos”. Nesse contexto, são os valores da infância que fazem andar o capitalismo, de modo que o sujeito no capitalismo frequentemente exhibe um comportamento infantil frente ao consumo e responsabilidades. As atividades produtivas foram convertidas em “jogos” e “divertimento”, ao mesmo tempo que se estendeu à vida a “lógica da performance” e regida pelas leis da concorrência e do rendimento, rompendo a fronteira entre trabalho e lazer. A consequência é o comprometimento do aspecto central da existência humana: a experiência, substituídas pela vivência²⁷³.

No narcisismo, um dos principais traços é a objetificação de tudo em detrimento do seu ego, sendo impossível que se estabeleçam relações reais a partir destas experiências. Essa incapacidade de reconhecimento do outro e de contatos reais e enriquecedores, em um processo acelerado e imediatista da existência e da satisfação das pulsões foi o que caracterizou a substituição da experiência pelo “vivido passageiro”. Todo esse processo encontrou na virtualização do mundo e da vida através das novas tecnologias os elementos necessários a aspiração narcísica à onipotência, correspondendo ao sonhado fim dos limites aos sujeitos modernos em suas pulsões e, paralelamente, ao já mencionado sonho do capital de expandir pelo globo sem entraves.

AMOQUE E AUTOFAGIA: A FORMA SUJEITO MODERNA DO VALOR EM SUA CONSEQUÊNCIA FINAL

A realidade social da moderna sociedade produtora de mercadorias enfrenta profundas crises, as quais a forma-sujeito corresponde em relação aos próprios sujeitos. A violência que os indivíduos impunham perante o “não eu” se volta para o seu interior, sob os signos da autovalorização de si. Na medida em que o sistema socioantropológico de produção encontra seus limites externos, o sujeito moderno, em seu processo de personificação do valor, entra igualmente em uma profunda crise.

Em seu livro *A Guerra de Ordenamento Mundial: O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização*²⁷⁴, publicado em 2003, Kurz analisou que onde a moderna forma social constituída sob os signos do valor em seu processo de valorização entra em colapso — acompanhando a tendência de crise estrutural do capitalismo — expulsa grandes contingentes populacionais do processo de geração do valor por meio da crise do trabalho, consequentemente ele também expulsa essas pessoas do estatuto de sujeitos. No entanto, a forma moderna do sujeito continua existindo e caracterizando as lógicas de sociabilidade baseadas no valor, resultando em uma forma sem conteúdo. Em resumo: O capital desaparece, mas a forma-sujeito do valor permanece, desprovida dos seus conteúdos básicos. O que fica é a catástrofe desta forma em crise.

Marx já afirmava, há mais de um século, que a constituição e imposição da modernidade — do trabalho assalariado abstrato e de seu consequente processo de individualização — deram-se mediante terror, massacres, coação violenta, pilhagens e trabalhos forçados. Essas formas de violência foram interiorizadas na

274

Título original: *Weltordnungskrieg: Das Ende der Souveränität und die Wandlungen des Imperialismus im Zeitalter der Globalisierung*

formação dos sujeitos modernos, em relação com as individualidades²⁷⁵. Consequentemente:

No contexto do asselvajamento da concorrência de crise global a todos os níveis, também se tornam selvagens os sujeitos, cuja forma se desintegra, revelando em novos moldes o seu núcleo violento. A violência, o sangue e o medo não se revelam como fenômenos vindos do exterior, que vêm juntar-se ao reducionismo econômico, mas como suas partes componentes e integrantes. [...] É certo que a brutalidade imediata desta violência parece, à primeira vista, arcaica por oposição à 'barbárie civilizada' [...] no entanto, por detrás oculta-se uma consciência formada pela concorrência econômica burguesa e pela individualização a ela associada, mas ao mesmo tempo caída fora das relações jurídicas burguesas²⁷⁶.

A este processo de expulsão em massa de pessoas do estatuto de sujeitos da forma-valor corresponde um "asselvajamento", "uma barbárie civilizada", das quais duas consequências podem ser diretamente percebidas e que correspondem ao máximo desenvolvimento do sujeito da forma-valor: Os grandes conflitos sociais armados, ou melhor dizendo, as modernas chacinas em escalas nacionais e a forma sujeito em decomposição, personifica as pulsões de morte do "empreendedor de si":

o fenótipo das chacinas é o mesmo em toda a parte: o 'jovem' entre os 15 e os 35 anos de idade, degradado em termos morais e culturais e totalmente desprovido de vínculos, como executor da concorrência de crise - um verdadeiro 'empresário individual', de telemóvel e tênis Reebok ou Adidas, trazendo, a tiracolo, de modo dengo-samente descuidado, a fria pistola-metralhadora, como acessório de moda e instrumento assassino, que se

275 MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

276 KURZ, Robert. **A Guerra de Ordenamento Mundial**: o fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização. Bad Honnef: Horlemann Verlag, 2003, p. 30.

regala com o poder físico directo e com o medo da caça humana à sua disposição, porque nada mais lhe resta: 'É uma ambiência de High Noon. Os homens envergam fardas extravagantes e variegadas, acompanhadas de chapéus cómicos e óculos escuros da moda. Conforme o respectivo estatuto, trazem pistolas-metralhadoras ou Kalashnikovs.' Esta impressão [...] aplica-se a todas as regiões em conflito no *one world* em desagregação do capital. Talvez a maior parte da superfície terrestre já se encontre realmente sujeita a um domínio deste tipo²⁷⁷.

Esse asselvajamento do sujeito moderno e da exposição do seu núcleo interior formado pela violência corresponde a desintegração da sua forma e a generalização da concorrência própria ao funcionamento do mercado mundial em sua fase de crise. Esse processo acompanha o desenvolvimento da crise mundial, caracterizado pelo mercado mundial e pelas leis do funcionamento do sistema capitalista mundial, marcado pela concorrência enquanto norma de conduta e, na falta das normas de conduta, pela "continuação da concorrência por outros meios" originando a generalização indiscriminada da violência — que sempre fez parte do processo civilizatório moderno. Motivados pelo dinheiro — mesmo onde este já deixou de existir em quantidades suficientes para a manutenção da esfera social sob a forma valor²⁷⁸ — a sociabilidade moderna em crise generaliza a concorrência que já era inerente a sua forma, mas sem esconder sua violência, assumindo uma "concorrência de aniquilação econômica."

Esse processo concorrencial converteu a existência em uma guerra perpétua de todos contra todos, onde os átomos sociais se isolam e encaram com agressividade selvagem tudo como obstáculo

277 KURZ, Robert. **A Guerra de Ordenamento Mundial**: o fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização. Bad Honnef: Horlemann Verlag, 2003, p. 33.

278 Momento em que a sociabilidade assume a forma de uma "economia de saques", na qual grupos armados passam a controlar os poucos e desregulamentados recursos que podem ser convertidos em valor.

em uma sociabilidade de mercado. Os indivíduos precisam cada vez mais se adaptar a tudo, se tornarem “sujeitos sem sujeitos”, fragmentados pelas exigências de flexibilização impostas no processo anônimo da concorrência. Aqueles que não conseguem se adaptar são marginalizados e expulsos do “estatuto de sujeito”, levando a um ressentimento que não sabem contra quem dirigir²⁷⁹.

O ápice do desenvolvimento desta crise do sujeito se encontra na violência que este exerce sobre si mesmo, passando a competir consigo mesmo, com seus limites, com a sua impotência. A indiferença com os “outros” se converte na indiferença com o próprio “eu” mediante a socialização da concorrência²⁸⁰.

Arendt, em *As Origens do Totalitarismo*, foi a primeira a diagnosticar, no interregno entre as duas guerras mundiais, uma “atmosfera generalizada de decomposição” na sociabilidade humana, da qual emergiu uma cultura de “perda de si mesmo” — não uma ideologia, mas uma abnegação que reduz o indivíduo a algo descartável²⁸¹. Essa análise extrapola o campo político-ideológico e está entranhada nas categorias básicas do capitalismo, onde autoafirmação e autoaniquilação se confundem na lógica abstrata de valorização do capital.

Esse asselvajamento exterior da sociabilidade dos sujeitos reflete apenas o íntimo do sujeito da mercadoria, do dinheiro e da concorrência, o vazio absoluto do sujeito automático em seu processo de autovalorização. Sob essa concorrência entre “átomos sociais” globais — organizados como gestores de si mesmos — espalha-se uma vontade difusa de aniquilação, uma ânsia de destruição mútua que evidencia o vazio intrínseco do valor e do dinheiro, ao buscar concretizar-se em tudo, reduzindo seres humanos e a natureza à

279 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021.

280 KURZ, Robert. **A Guerra de Ordenamento Mundial**: o fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização. Bad Honnef: Horlemann Verlag, 2003.

281 Id., p. 41-42.

mera objetificação. Essa vontade de aniquilação final se volta contra o próprio sujeito sensivelmente existente²⁸².

A individualização manifesta-se na forma mais extrema de subjetividade abstrata, típica do sujeito capitalista, até alcançar o abandono total e a subsequente perda radical do eu, quando os mecanismos psíquicos da pulsão de morte culminam em sua expressão imediata:

A abstracção desta vontade de aniquilação reflecte a dupla autocontradição da relação de capital: Por um lado, ela visa a aniquilação dos 'outros', aparentemente com a finalidade da sua autopreservação a qualquer preço; por outro lado, é também uma vontade de auto-aniquilação, que executa a falta de sentido da própria existência na economia de mercado. Por outras palavras: a fronteira entre o assassinio e o suicídio vai-se esbatendo. Trata-se, bem para lá do 'risco' da concorrência, de uma fúria de aniquilação tão ilimitada que a distinção entre o próprio eu e o dos outros começa a desaparecer, o que, mais uma vez, pode apresentar-se como um mecanismo psíquico²⁸³.

Esse processo de dissolução do eu abstrato evidencia um vazio existencial que se traduz na autodestruição da própria identidade dos indivíduos, incapazes de se definirem fora das estruturas da forma social do valor. Sob a forma de Amoques²⁸⁴ individualmente concebidos ou praticado sob o pano de fundo do jihadismo, o indivíduo moderno mostra-se não apenas incapaz de conviver no interior

282 Id., p. 47.

283 Id., p. 48-49.

284 Jappe (2021, p. 264-265) analisa que o termo Amoque, "[...] na origem, designava um acesso de loucura homicida característico da cultura malaia, onde existia enquanto 'comportamento desviante ritualizado', como diz a etnopsiquiatria. A definição fazia referência a um indivíduo que, em geral após uma afronta, corria para a rua e matava à punhalada, em estado de transe, as pessoas que encontrava, ao acaso, até ao momento em que era dominado e eventualmente abatido. Há já algumas décadas, este termo - que se tornou familiar graças ao título de um romance de Stefan Zweig publicado em 1922 - é utilizado na Alemanha para qualificar actos chamados, em geral, 'massacres no meio escolar', 'matanças em massa', 'actos de assassinos loucos' etc."

de uma forma alucinada sob a concorrência do valor, como também busca se mostrar, a partir das suas pulsões de morte, como o próprio “senhor da morte e da vida”, que procura provocar, por meio do seu ato de desespero existencial, o máximo de destruição, antes de destruir a si mesmo.

O Amoque representa uma manifestação da “pulsão de morte” em estado puro, um ato em que um indivíduo busca assassinar o maior número de pessoas antes de cometer um suicídio, fenômeno que passou a ser cada vez mais praticado, principalmente a partir da década de 1990, em grande parte das vezes cometidos por homens jovens em escolas e universidades²⁸⁵. Diferente de um ato de violência perpetrado por uma pessoa com algum distúrbio mental, o Amoque moderno é calculado e planejado friamente por indivíduos conscientes dos seus atos.

É neste sentido que o fenômeno do amoque enquanto pulsão de morte não é apenas reflexo de grupos ideológicos ou de indivíduos psicóticos ou mentalmente desequilibrados, mas sim a representação de um fenômeno de dores e angústias de indivíduos muito mais abrangente e generalizado²⁸⁶, a partir de uma forma-sujeito que reflete a mais profunda tensão entre a forma-social e a individualidade desenvolvida pela experiência humana social. O Amoque moderno reflete a forma máxima de um indivíduo constituído sob o signo da competição, em seu processo de colapso.

Sob sua forma egocêntrica que a tudo pode objetificar, o narcísico, em sua fase de crise final, encontra nestes sentimentos o pano de fundo psíquico do autor de amoque, de modo que:

285 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021, p. 264.

286 Kurz (2003, p.49) ao analisar a amplitude do fenômeno do amoque, escreve que “A cada assassino suicida correspondem milhares e milhões de outros com sentimentos semelhantes, mas que (ainda) não passaram aos actos, antes brincando com eles na sua imaginação, ou descarregando-os em produtos mediáticos condizentes”.

Provavelmente, estamos menos perante um aumento das pulsões homicidas do que face a uma retirada das barreiras (*garde-fous*, bela expressão francesa, desconhecida noutras línguas) que impediam a concretização desses actos. Não é necessariamente o ódio que é novo, é o grande número de pessoas dispostas a morrer para o satisfazer, sem com isso obter qualquer outra vantagem. A evolução social das últimas décadas retirou a numerosos indivíduos os anticorpos necessários para represar as «paixões tristes», as quais, embora nem sempre sejam geradas unicamente pela sociedade capitalista, nesta prosperaram, seguramente, como flores venenosas sobre um cadáver em putrefacção²⁸⁷.

Quando o indivíduo moderno deixa de ser definido apenas pela interiorização de normas e passa a ser mobilizado pela competição incessante em prol de um “eu ideal” — modelado por vedetes²⁸⁸ —, o choque com seus limites e as barreiras externas engendra profunda impotência, ressentimento e sensação de injustiça. A simultânea redução desses obstáculos, impulsionada pela “economia do gozo” neoliberal, não apenas intensifica esse ressentimento como também ilumina a diversidade de perfis homicidas, evidenciando a amplitude do ódio destrutivo que permeia a psicologia coletiva em distintos segmentos sociais.

Os “compromissos suportáveis” — nascidos da articulação entre pulsões e exigências sociais a partir do trauma edipiano — se desfazem diante da socialização capitalista abstrata, visto que o dinheiro não gera investimento libidinal nem forja vínculos sociais²⁸⁹. Esse desmoronamento aprofunda a instabilidade de uma estrutura psíquica já vulnerável, constantemente pressionada ao retrocesso, à

287 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021, p. 273.

288 DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

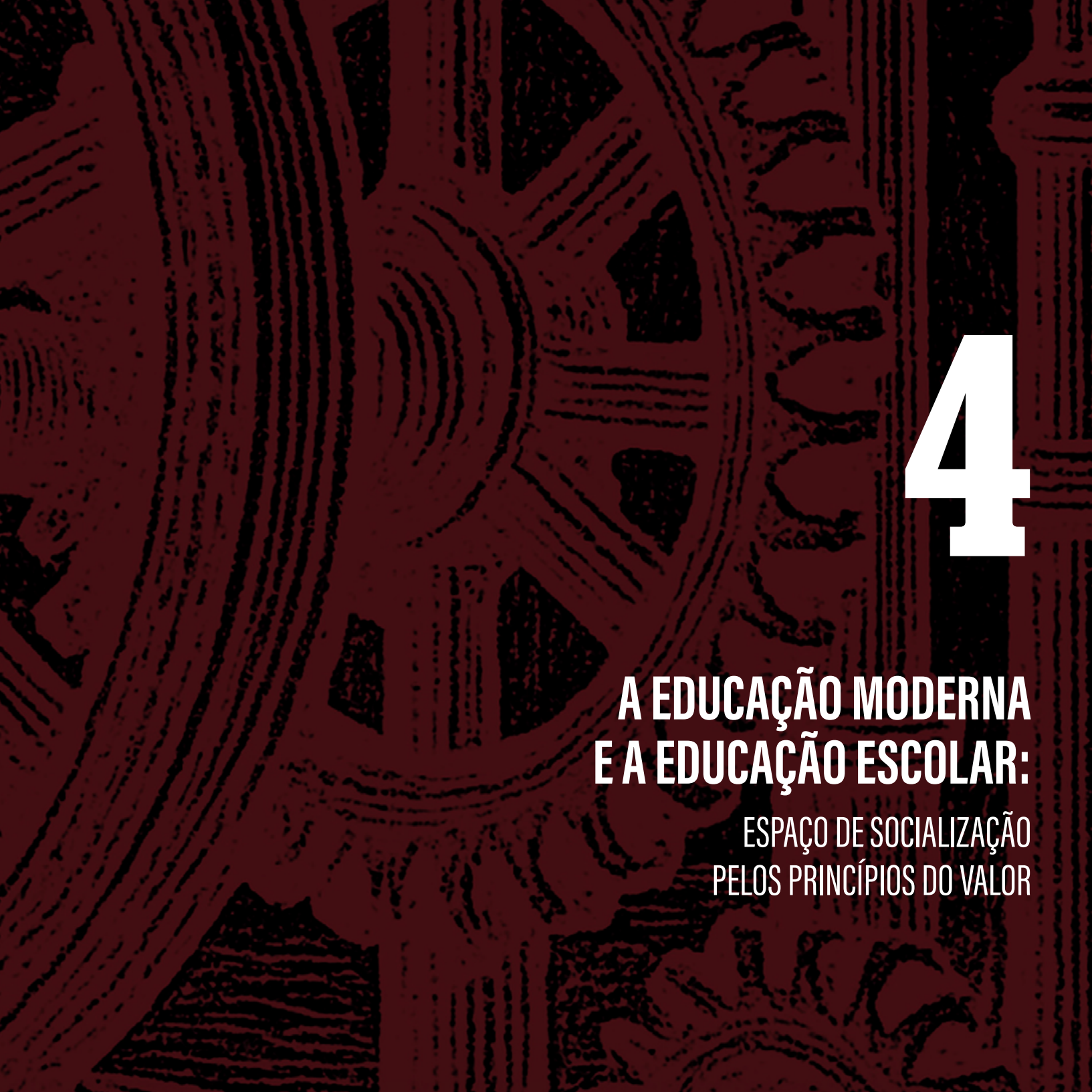
289 EISENBERG, Gotz. **Amok**: In der der Kalte. Über die Wurzeln von Wut und Hass, Rowohlt, Reinbeck, 2000.

desintegração e ao colapso. Como descreve Kurz: “em situações de humilhação e de separação que reativem o núcleo dos traumatismos da primeira infância, o sujeito que se sente ameaçado recorre a operações arcaicas de defesa para tentar deslocar o horror interior para o exterior e poder assim combatê-lo”²⁹⁰.

O ódio é um dos principais sentimentos que perpassa esse sujeito, ódio ao mundo e ódio a si mesmo, o ódio a sua condição de indivíduo descartável, substituível. Entretanto, o sentimento final do embate que ocorre no interior desta forma social (entre indivíduo e forma social) é o ressentimento, o sentimento de não conseguir se adaptar e, conseqüentemente, de não existir no mundo. Na medida em que a sociedade capitalista em seu processo de abstração e objetificação de toda a realidade, processo no qual os indivíduos tentam se encaixar como um *quantified self*, mas nunca conseguem fazer por completo. O sujeito acompanha a forma social mesmo em seu processo de declínio e, por esse motivo, o ressentimento tem a característica de apagar as diferenças entre os objetos, a mesma característica que está na base da constituição fetichista-narcísica, constituindo a emoção específica da sociedade mercantil.

290

KURZ, Robert; TREMKLE, Norbert. **A superação do trabalho**: um olhar alternativo para além do capitalismo. um olhar alternativo para além do capitalismo. 2023, p. 280.



4

A EDUCAÇÃO MODERNA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR:

ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO
PELOS PRINCÍPIOS DO VALOR

Como demonstrado no segundo capítulo, a formação dos sujeitos modernos tem origem tanto no pensamento renascentista quanto nos cânones iluministas, tendo os escritos de Immanuel Kant e, principalmente, de René Descartes como marcos iniciais. Descartes delineou um sujeito solitário, narcisista e antagonista ao mundo, na forma de um “eu” abstrato, sem qualidades concretas, cuja capacidade de conhecer-se precede e confirma a existência do mundo externo. Esse sujeito, estruturalmente branco e masculino, fundamentou a ideia de superioridade e inaugurou a relação entre o conhecimento e a emergência dos valores capitalistas.

Com o avanço do capitalismo, o sujeito foi se transformando na “mônada-sujeito”, caracterizada pela internalização da ética do trabalho, do dinheiro e do valor, estabelecendo relações sociais marcadas pela concorrência e pela autodisciplina. Essa mudança, que passa também pela formulação do *homo economicus*, idealizado por pensadores como Locke, Smith e outros, implica na busca pelo ganho material que se sobrepõe à virtude, em que o indivíduo passa a ser avaliado conforme sua capacidade de acumular riquezas. Na fase contemporânea, o sujeito atinge uma dimensão narcísica ainda mais acentuada, na qual a satisfação dos desejos e a abolição dos limites se tornam centrais, em consonância com o neoliberalismo e o que Jappe chama de “economia do gozo”.

Em resumo, o sujeito moderno, em sua pretensa autonomia, manifesta uma autodestruição interna e uma violência tanto contra si mesmo quanto contra os que não se adaptam à lógica do valor.

Neste capítulo, propomos um percurso teórico-analítico que articula a crítica do sujeito moderno e a análise histórica do surgimento da educação escolar em sua institucionalidade, partindo da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*) para realizar uma leitura dos teóricos que constituem o Esclarecimento até o século XX. Posteriormente, as análises deste projeto educacional são relacionadas às reflexões do primeiro capítulo desta obra, referentes às leituras sobre a educação

escolar no século XXI, partindo das contribuições de Pierre Dardot e Christian Laval, compreendendo a formação e sua articulação à construção de uma racionalidade neoliberal.

Neste sentido, a partir dos escritos de Robert Kurz, Anselm Jappe e Roswitha Scholz, buscamos demonstrar a necessidade de compreender o processo de legitimação da forma-sujeito moderna, a partir de um moderno edifício teórico iluminista — o esclarecimento — que respalda justamente esse processo de valorização do capital.

Essa construção teórica moderna revela a formação de um sujeito autofágico, imerso numa lógica de autoexploração e internalização das estruturas de poder. Nessa dinâmica, a dominação persiste por meio de mecanismos impessoais, executados pelos próprios indivíduos sob seu alcance, ou seja, pelos próprios dominados, evidenciando que não há somente agentes externos da opressão, mas também um sujeito automático do valor, responsável por sua própria subjugação.

Abordar a formação do sujeito moderno a partir da Teoria Crítica do Valor envolve um duplo movimento analítico: de um lado, revela que o sujeito moderno emerge da própria forma-social — abstrata, autofágica e sexual e etnicamente cindida — que subordina as individualidades ao sujeito-valor automático, expressão irrefletida do processo de valorização do valor, cujo sustento depende da existência social dos indivíduos; de outro, evidencia como o arcabouço teórico iluminista, hoje canônico, fundamenta o projeto do esclarecimento, permeando regimes de verdade, hábitos e as formas mais sutis de capital cultural.

É por meio deste edifício teórico que se constitui um ideal de formação humana; isso, é claro, pensando em indivíduos disciplinados sob a lógica do valor, um indivíduo que é cada vez mais seu próprio guarda e professor, sua própria figura disciplinar — indivíduos cada vez mais indistintos da forma-sujeito à qual estão submetidos.

Para retomar os termos marxianos, é como se as máscaras de caráter do valor estivessem coladas ao rosto.

Esse duplo trajeto analítico nos proporciona um olhar para as práticas de educação formal modernas institucionalizadas, possibilitando compreender como os processos formativos modernos foram articulados para dar sustentação ao movimento de autovalorização do valor por meio da adaptação dos indivíduos a um ideal externo, a uma forma-sujeito própria à forma-social moderna. A análise desse processo formativo que corresponde, em grande medida, a adaptação às máscaras de caráter do valor, é fundamental para compreendermos a construção tanto de um ideal do eu, quanto de um *Ich ideal* (eu ideal)²⁹¹. Essas instâncias não são estáticas e representam um horizonte formativo para pensarmos o aspecto próprio do campo da educação, principalmente na medida em que se trata de formar os indivíduos para aquilo que eles devem desejar.

No capítulo *A Utopia Negra da Concorrência Total*, Kurz²⁹² analisa a formação da figura dos indivíduos empreendedores de si

291 Freud, em sua obra "Introdução ao Narcisismo", propõe uma distinção fundamental entre duas instâncias que moldam a constituição do self. Por um lado, o *Ich ideal* (ou eu ideal) corresponde aos sonhos, expectativas e ideais que nutrimos, representando aquilo que desejamos ter sido e que se impõe como resposta às projeções e exigências do outro; é nesse espaço que o indivíduo se objetiva e busca abrigo em momentos de angústia e desamparo. Por outro lado, o ideal do eu emerge como uma instância secundária, desenvolvida a partir do complexo de Édipo, e funciona por meio de uma substituição simbólica dos pais idealizados, formando os parâmetros que regulam nossos desejos e indicam como devemos ser para nos identificar com o que almejamos. Embora esse ideal nunca se alcance plenamente, ele se apresenta como um farol que orienta o caminho do desejo, sendo evocado tanto nas dinâmicas individuais quanto nas montagens narcísicas observadas em contextos de crise social e coletiva.

292 Neste capítulo, o segundo da obra *O Livro Negro do Capitalismo: Um Canto de Despedida da Economia de Mercado*, de Robert Kurz (1999b), o autor desenvolve uma análise detalhada das obras de teóricos considerados importantes pensadores da filosofia moderna iluminista, direcionando sua investigação para possibilitar a compreensão do processo de adaptação dos indivíduos à valorização do capital e às formas de sociabilidade resultantes desse processo adaptativo. O destaque, para esta abordagem, reside na análise minuciosa que o autor realiza sobre a construção de uma instituição de educação formal adequada às necessidades modernas e voltada à interiorização das práticas disciplinares e de submissão contemporâneas. Esse estudo será amplamente utilizado na primeira parte deste capítulo.

como o resultado de um processo histórico, político e social que reflete o status que a lógica de ganhar dinheiro conquistou, inclusive como mediadora das relações sociais. Não somente por meio da coerção, mas também por meio da constituição de uma estrutura de interesses perante os indivíduos.

Entretanto, esta pesquisa revela que, a partir da década de 1970, o neoliberalismo reconfigurou a sujeição dos indivíduos à forma-sujeito dominante por meio das práticas de sociabilidade e da existência social, sobretudo ao promover o consumo como mecanismo de autoafirmação e sustentação identitária. O gozo e a fruição passam a acompanhar o processo de individualização e a personalização das mercadorias, reforçando vínculos entre sujeito e mercado. Essa reconfiguração não é pontual, mas refletora da totalidade do modo de produção: articula marketing, instituições, fluxos de capitais financeiros e aparatos estatais, partindo do próprio espetáculo integrado²⁹³ que medeia a realidade dos indivíduos.

A consequência desta realidade social para o campo da educação se torna visível a partir da segunda metade do século XX, principalmente das mudanças nas instituições educacionais em um movimento globalizado, via normativas de Organismos Multilaterais. As múltiplas consequências dessas totalidades manifestam-se no campo educacional, tanto em perspectiva macro quanto na análise de memórias docentes sobre o comportamento estudantil em sala

293

Compreendemos pela realidade espetacular sob o espetáculo integrado, a manifestação completa e sistêmica de uma sociedade em que a realidade é mediada e estruturada por imagens e signos que encontram fundamentação no moderno processo de produção de mercadorias, que neste estágio passa a integrar todas as dimensões da existência humana. Esse fenômeno promove a alienação, a passividade e o controle social, ao mesmo tempo em que transforma os indivíduos em meros espectadores de suas próprias vidas, reproduzindo continuamente as lógicas do consumo como elementos de dominação. A relação entre o processo de constituição da realidade social a partir do espetáculo integrado e as consequências para o processo de constituição e sujeição das individualidades a forma sujeito moderna, bem como os reflexos deste processo no campo da educação, é um tema que ainda precisa ser melhor estudado e compreendido (Debord, 1997).

de aula, bem como na incapacidade de conceber outras realidades, refletir e pensar criticamente — um reflexo das pseudo-realizações que as mercadorias oferecem.

A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS MODERNOS ENQUANTO ELEMENTO DE LEGITIMAÇÃO DA ORDEM SOCIAL CAPITALISTA MODERNA

A partir da Teoria Crítica do Valor e da legitimação do processo de valorização capitalista, a configuração de um sujeito moderno e autofágico pode ser compreendida pela lógica de autoexploração e internalização das estruturas de poder. Esse sujeito automático do valor emerge da constituição da forma-sujeito moderna, desenvolvida a partir de uma forma-social abstrata e marcada por divisões sexuais e étnicas, que submete as individualidades a um processo automatizado de valorização e de adaptação a um ideal externo. Amparado pela construção teórica iluminista orientada pelo projeto do esclarecimento e das práticas educacionais modernas, revela-se a constituição de um ideal do eu que reflete um panorama histórico em que as relações sociais se estruturam pela lógica do valor e dos mecanismos de dominação.

Foi a volatilidade dos capitais financeiros que impulsionou o surgimento deste constructo moderno, remetendo às rígidas estruturas sociais absolutistas e às suas máquinas de guerra, responsáveis por tornar voláteis os estamentos e suas estratificações sociais. Esse processo desencadeou profundas mudanças que inverteram as rígidas hierarquias, possibilitando o surgimento da dinâmica capitalista moderna e deteriorou as dinâmicas sociais pré-capitalistas. Os indivíduos submetidos a forma-social moderna,

oprimidos pela então rígida burocracia absolutista, precisaram incentivar e produzir sua própria ideologia de legitimação de uma nova forma de dominação.

A ideologia da economia de mercado liberal

[...] até então tinha sido considerada por todos os povos e épocas como uma das mais baixas e desprezíveis, a saber, a transformação do dinheiro em mais dinheiro como um fim em si mesmo, o trabalho assalariado dependente aí incluído e, portanto, **a indizível auto-desprezo de ter de vender-se**, foi reformulada como a quintessência da liberdade humana. Esta conspiração do conceito de liberdade, culminando no louvor da auto-prostituição, fez a carreira mais surpreendente da história do pensamento humano²⁹⁴.

Foi justamente a constituição de novas mentalidades alinhadas a necessidade de adaptação do corpo social a novos dogmas referentes à totalidade do processo de valorização do valor como mecanismo de mediação do corpo social que passou a requerer também novos processos formativos, assim como uma fundamentação teórico-filosófica própria para sustentar um edifício teórico moderno, erigido onde antes estava a “gigantesca árvore do conhecimento”. A metáfora da árvore do conhecimento foi articulada por Debord²⁹⁵, que já na década de 1960 havia destacado não apenas que “[...] a ciência está sujeita a imperativos de rentabilidade econômica”, mas principalmente que dentro da guerra aberta que a economia impõe contra a humanidade, “[...] o pensamento científico escolheu pôr-se a serviço da dominação espetacular [justificando] tudo o que é feito”.

Podemos iniciar esse olhar para o pensamento filosófico moderno a partir do primeiro grande patriarca do liberalismo, Thomas

294 KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b, p. 38.

295 DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 197-198.

Hobbes (1588-1679) como sendo um elo entre o absolutismo e o liberalismo²⁹⁶. Já no século XVII tem-se a atomização social dos seres humanos através da lógica do dinheiro, assim como a dissolução dos vínculos comunitários causados pela monetarização capitalista das relações sociais. Esse movimento de substituição da socialização entre as pessoas por uma relação entre coisas constituiu a “atomização social dos indivíduos”, estabelecendo a individualidade — liberdade financeira de comprar e vender para proteger a si e aos seus interesses.

Nas análises hobbesianas, essa monetarização das relações e da organização social desemboca na generalização da concorrência econômica total, entendida como expressão de uma suposta “guerra de todos contra todos” inerente à natureza humana. No entanto, essa interpretação ignora que tais transformações são o resultado histórico do advento de uma economia de mercado moderna e de seus reflexos nas sociabilidades, levando à ontologização das relações de mercado como relações sociais.

Seja generalizada na forma do racismo ou do fascismo, seja por meio da repressão de Estado, a ideologia liberal precisou construir forças externas coercitivas para que os indivíduos não se destruíssem no processo de concorrência, tal como um *Leviatã*²⁹⁷ domesticador que precisa lidar com sujeitos cruéis.

296 De acordo com Kurz (1999b, p. 38) “[...] o liberalismo deriva do absolutismo, contém como ele um momento totalitário e, em última análise, é apenas uma variante do próprio totalitarismo moderno; apenas que representa um totalitarismo do mercado fundado mais ‘economistamente’, ao qual as pessoas devem se submeter incondicionalmente”.

297 *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil*, publicado por Thomas Hobbes (1983 [1651]) em 1651, é uma obra da filosofia política que apresenta a teoria do contrato social. No livro, Hobbes descreve o estado de natureza como um cenário de conflito constante, uma “guerra de todos contra todos”, no qual a vida humana seria solitária, pobre, desagradável, brutal e curta. Para superar esse estado de natureza em que “o homem é o lobo do próprio homem”, os indivíduos concordam em ceder parte de suas liberdades a um soberano absoluto, o *Leviatã*, que detém o poder de garantir ordem e segurança. Essa obra é um argumento a favor da obediência à autoridade fundamentada na figura de um governo forte, pensamento que influenciou profundamente o desenvolvimento do pensamento político ocidental.

É precisamente aí que se revela o limite do avanço de Hobbes em relação ao liberalismo: sua “máquina de domesticação” não conseguiu transcender os estigmas que recaem sobre os indivíduos envolvidos no moderno processo de valorização do valor, destinado a sustentar uma ideologia própria para legitimar a dominação por meio da concorrência e do individualismo. Foi Bernard Mandeville²⁹⁸ (1670–1733) quem, ao elevar o sujeito concorrencial e transformar em virtudes os “vícios” de buscar lucro a qualquer custo, inverteu essa lógica. Para Mandeville, a prosperidade coletiva repousa num sistema econômico que faz da desigualdade não um defeito, mas o motor do bem-estar geral — ainda que ele não se estenda a todos.

Essa corrente de pensamento levou ao surgimento de aspectos liberais próprios à formação do pensamento empreendedor, tanto pelo combate ao ócio por meio de uma escassez controlada, quanto pela formação do prazer pelo consumo²⁹⁹. Essa construção teórica de uma ideologia do valor depende de uma concepção clara de formação e de conhecimentos limitados às práticas produtivas, como fica evidente a partir dos escritos de denúncia do próprio Mandeville:

A partir do que foi dito, é evidente que numa nação livre, onde a escravidão não é permitida, a mais segura riqueza consiste numa multidão de trabalhadores pobres; pois, além de ser um viveiro infalível da marinha e do exército, sem eles não poderia haver nenhum prazer, e nenhum produto de nenhum país teria valor. Para tornar a sociedade feliz e o povo tranquilo, sob as mais humildes circunstâncias, é necessário que um grande número de pessoas seja ignorante e também pobre [...] Portanto, o bem-estar e a felicidade de cada Estado e reino exigem que o conhecimento de trabalhadores pobres seja confinado nos limites de suas ocupações, e nunca se

298 MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas**: ou vícios privados, benefícios públicos. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2018.

299 KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b.

estenda (em relação às coisas visíveis) além do que está relacionado à sua profissão. Quanto mais um pastor, um lavrador ou qualquer camponês sabe sobre o mundo e sobre coisas alheias a seu trabalho ou emprego, menos estará em condições de suportar as fadigas e penúrias com alegria e contentamento³⁰⁰.

O surgimento do pensamento empreendedor moderno vem acompanhado de novas concepções sobre a formação e o propósito do conhecimento. Essas não estão apenas afastadas do pensamento livre e reflexivo, mas sobretudo destinadas a legitimar um auto-sacrifício no altar do “deus” valor. Nesse modelo, elementos fundamentais da existência humana — como o pensamento criativo, o ócio, os jogos e outras formas de sociabilidade — são relegados a segundo plano. Essa forma de educação surgida na modernidade se caracteriza como uma autocompreensão fundada em nada, refletindo uma redução sistemática do conhecimento que toma a forma do “aprender o necessário”, voltando-se para uma “formação da obediência” como forma de internalizar esse conhecimento em um movimento de “auto-estupidificação”³⁰¹.

O construto teórico moderno e sua legitimação da forma do valor encontrou mais sustentação a partir dos escritos do Marquês de Sade (1740-1814) e seu “sadismo” que nunca deixou de transparcer a realidade da conjuntura social constituída sob a forma de mônadas da forma-sujeito capitalista em profunda competição. Com suas colocações cáusticas, a radicalidade de Sade não representa mais que a radicalização da lógica capitalista, principalmente pelo desprezo que nutre em relação aos marginalizados do processo de modernização e esclarecimento.

300 MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas:** ou vícios privados, benefícios públicos. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2018, p. 297.

301 KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo:** Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b.

É neste sentido que o sadismo precisa ser interpretado não como um cinismo, tal como em Mandeville, mas sim como afirmações positivas que deixam claro a ligação entre a prosperidade econômica pela amoralidade egoísta do Estado. Dois importantes elementos de denúncia estão contidos nos escritos de Sade: a relação amoral que caracteriza uma política de continuação da concorrência por outros meios e o estabelecimento de um ideal formativo próprio da modernidade³⁰². Neste ponto, destaca existir uma legitimação das desigualdades e da concorrência, seja em um sentido externo aos sujeitos e as igualmente abstratas nações, seja como internalização do Leviatã pelos próprios sujeitos da concorrência, legitimando esse constructo antropológico enquanto um constructo ideológico moderno e burguês existente no interior da própria razão iluminista.

Complementam os escritos do pensador a denúncia da submissão feminina e a violência sexual masculina naturalizadas no interior do capitalismo. Esses escritos têm sua base em *Justine, ou os infortúnios da virtude* (1791)³⁰³, no qual o autor expõe a violência sexual intrínseca à formação do sujeito capitalista, disfarçada sob o discurso iluminista da virtude como caminho para a vida recompensada. Demonstra-se que, no capitalismo em ascensão, o vício se revela mais vantajoso que a moralidade — fundamento de sua própria ética.

A partir da obra, vemos como a mercantilização do ser humano em prol do capital, desencadeia uma concorrência anônima e transforma as relações entre os sexos. Embora a distinção tradicional que associa a mulher à natureza, dotando-a de compaixão, sensibilidade, amorosidade e zelo, e vê o homem como construto cultural, não seja criação do capitalismo³⁰⁴, este aprofunda a separação ao

302 Idid.

303 SADE, Marquês de. **Justine ou os infortúnios da virtude**. Rio de Janeiro, RJ: Saga, 1968.

304 Refere-se à consolidação histórica do capitalismo e ao aprofundamento do patriarcado preexistente, intensificado pela emergência da economia monetária e de uma "economia dissociada" voltada ao financiamento das máquinas de guerra, essencialmente masculinas.

subordinar ambos aos valores abstratos do dinheiro. Nesse contexto, o ideal de feminilidade torna-se obstáculo à lógica competitiva que rege a esfera masculina.

A partir dos princípios do processo de valorização do valor, foram legados as mulheres os aspectos secundários da produção — como as atividades de reprodução — que escapam à esfera pública do valor e todos os aspectos emocionais associados a essas necessidades tornados inferiores perante os sujeitos masculinos da concorrência³⁰⁵. Esse aspecto vincula-se ao processo formativo e de legitimação da abstração do valor, iniciado por autores fundamentais para a pedagogia moderna — em especial Jean-Jacques Rousseau³⁰⁶ (1762), apontado por Scholz³⁰⁷ como o “fundador ideológico do moderno patriarcado”. Em *Emílio, ou Da Educação*, Rousseau estabeleceu um marco no pensamento educacional ao escancarar um projeto formativo alinhado a esse arcabouço teórico-ideológico:

Assim, toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honrá-los, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância³⁰⁸.

Nesta constituição se destaca a concepção de indivíduos pertencentes a uma natureza a ser “domesticada”, tais como os trabalhadores pobres, as mulheres e as crianças que devem ser submetidos a uma natureza de segunda ordem e aos sujeitos masculinos da concorrência. É justamente a partir da “era da ilustração” que tem início um novo impulso de domesticação da mulher, que em

305 SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 45, 1996, p. 15-36.

306 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979 [1762].

307 SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 45, 1996, p. 15-36.

308 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979 [1762], p. 312.

contraposição aos primeiros ilustrados que nutriam opiniões favoráveis a estender às mulheres o projeto de emancipação igualitária, conseguiram apoiar-se no próprio processo social estabelecido na socialização pelo valor:

Esta, de fato, requeria a crescente diferenciação dos papéis patriarcais entre os sexos, tanto é que, na segunda metade do século XVIII, criou-se uma imagem feminina que tornava a mulher novamente um ser da natureza. Essa imagem, no entanto, adquiriu uma nova coloração e uma nova qualidade, de vez que a mulher estava destinada “por natureza” a não ser mais que esposa, dona-de-casa e mãe. O duplo conceito da mulher como santa e meretriz foi conservado e reforçado. Rousseau, que é tido como o fundador ideológico do moderno patriarcado, considera a discricção, a obediência ao homem, a modéstia e a castidade as virtudes cardeais da mulher; ao mesmo tempo, contudo, ele a define também como astuta e coquete ‘por natureza.’ Estes últimos atributos, segundo Rousseau, cabe a ela ‘cultivar’ (dentro de limites, é claro), para assim contrabalançar sua subordinação em face do homem, bem como sua fraqueza corporal, de raciocínio e de caráter [...] Na medida em que à mulher se imputavam novas qualidades como passividade e emotividade (sem bem que agora restritas ao círculo familiar burguês) e ao homem, por sua vez, a ação e a racionalidade no espaço público da incipiente sociedade industrial, ocorreu uma ‘polarização de caráter entre os sexos.’ A mulher e a família deviam converter-se em pólos de oposição ao mundo externo cada vez mais dominado pela racionalidade instrumental. Cabia à mulher não apenas ser uma dona-de-casa exemplar, mas também tornar agradável a vida do marido com sua assistência, seus cuidados e seu interesse. Essas tarefas adicionais representavam uma inovação [...]. À diferença dos primeiros patriarcados da Antigüidade, presos à forma-valor, em que o homem ainda encontrava sua satisfação na própria esfera pública, elas são testemunha do quanto a racionalidade patriarcal e do valor fugiu ao controle do homem nesse meio tempo [...] ³⁰⁹.

O processo de domesticação e reconfiguração dos papéis de gênero sustenta uma estrutura de poder patriarcal no arcabouço teórico-ideológico moderno, que justifica a subordinação feminina por uma pretensa ordem natural. Esse projeto apoia-se num sistema formativo que “ensina” as mulheres a assumir os papéis de esposa, dona-de-casa e mãe, enquanto lhes incute virtudes como discrição e obediência.

O cerne oculto do Iluminismo do século XVIII é a formulação de um sistema social abstrato — cristalizado em Kant — em que os sujeitos se diluem como meros agentes da produção de lucro capitalista³¹⁰. A razão articulada e defendida por Kant apresenta uma legitimação do capitalismo, naturalizada a ponto de se confundir com os próprios desígnios religiosos na forma de uma “natureza superior” do sistema. Esse constructo de naturalização de um sistema de mercado encontra embasamento na visão da física mecânica moderna, perpassando os escritos de teóricos como Copérnico, Kepler, Galilei e Newton para na sequência ser apropriado por Immanuel Kant e, principalmente, por Adam Smith, para fundamentar suas teorias de uma economia mecânica moderna.

Visto como um processo autorregulatório “invisível”, a economia tornou-se um sistema autônomo e quase metafísico, no qual os indivíduos simplesmente coexistem sob sua lógica automática. A principal contribuição desta argumentação é o elemento de impessoalidade estabelecido ao construto teórico de legitimação moderna. Nesse contexto, o mecanismo automático de formação de preços (a conhecida “mão invisível”), ao mesmo tempo em que rejeita a intervenção econômica do Estado na auto-regulação sistêmica, estabelece tanto um sistema econômico de regulação impessoal quanto um conjunto automático de regras ao qual os indivíduos devem se adaptar. Assim como os indivíduos precisam se adaptar a essa

310

KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b.

realidade social para garantir sua sobrevivência, ninguém pode ser responsabilizado por tudo isso. A construção do moderno edifício teórico do iluminismo surge como um amontoado de contradições:

O liberalismo, como ideologia original e raiz de todas as ideologias modernas, que todas elas começam cegamente a partir da mesma base axiomática de um sistema de produção de mercadorias e de 'trabalho abstracto' (emprego remunerado por dinheiro) como sua forma de actividade, já havia reunido suas contradições centrais na época entre Thomas Hobbes e Adam Smith: por um lado, o postulado da individualidade 'livre' e incontestada, por outro, o monstro repressivo e coercivo do 'Leviatã'; por um lado, o princípio da responsabilidade individual e a negociação de contratos (contratos de trabalho, contratos comerciais, etc.) entre sujeitos supostamente autônomos, por outro, o pressuposto de uma máquina social do capital, sem sujeito e automática, com um mecanismo de preços auto-regulativo; por um lado, a promessa de um efeito benfazejo e de aumento do bem-estar da 'mão invisível', por outro, a produção mundial de pobreza em massa que é tão artificial (não mais decorrente de restrições naturais) quanto historicamente sem precedentes³¹¹.

É dentro deste contexto que a razão kantiana é pensada e desenvolvida, apontando a necessidade dos homens superarem suas condições de "menoridade" a partir do esclarecimento, mas deixando de destacar que esse ser esclarecido se constitui um indivíduo isolado, sem acesso aos recursos necessários para colaborar socialmente ou sustentar sua própria vida, tendo de responsabilizar a si mesmo para adaptar-se às exigências do mercado. Esses aspectos de adaptação à totalidade da história da modernização é encoberto pelos "teólogos do sistema" que tem como principais expoentes Jeremy Bentham (1748-1832) e Francis Hutcheson (1694-1747) e suas buscas para legitimar a modernidade capitalista e suas contradições

(ou seja, o fato da economia declarar uma guerra contra a própria humanidade) a partir de uma “ideologia da felicidade” sob a qual o capitalismo seria o melhor sistema social possível, proporcionando “a maior felicidade possível para o maior número possível”³¹².

À práxis desta ideologia da felicidade recaiu em uma filosofia utilitarista onde a felicidade seria mensurada pela capacidade de gerar o “maior benefício possível”, mensurado pelo critério capitalista do ganho de dinheiro, o que não significou maior distribuição dessa riqueza monetária. A geração do máximo benefício possível deveria se dar de maneira concentrada aos detentores de grandes capitais que poderiam por esses meios gerar empregos e condições de vida para um grande número de pessoas, indiferentemente das condições que seriam proporcionadas por essa forma de existência estabelecida como a única possível — vide as análises de Marx em seu capítulo *A assim chamada acumulação primitiva*.

Manter esse sistema desigual e de acumulação como política de utilidade passa a configurar, no pensamento destes ideólogos, uma sustentação subjetiva, um problema pedagógico e um problema de segurança:

[...] o liberalismo filantrópico tem um problema: é preciso ensinar o mais suavemente possível ao material humano capitalista que ele deve sempre aderir às regras do jogo, deve perder decentemente e não deve invadir abusivamente o “agregado de felicidade”. Por conseguinte, o problema da segurança não é apenas um problema policial, mas sobretudo um problema pedagógico. [...] Este aspecto tinha que permanecer ‘naturalmente’ válido, mas agora foi acrescentado o postulado da pedagogia. Isto porque a disciplina do material humano não podia continuar a ser uma mera disciplina externa, baseada puramente na força coerciva. A funcionalização, restrição e controle do conhecimento era uma coisa, mas outra

(e talvez mais importante) era a preparação pedagógica, o adestramento fino para a finalidade capitalista, a prática da disciplina e a familiarização com as imposições³¹³.

É neste sentido que nos países ocidentais industrializados o avanço de uma pedagogia moderna que se estabelece em paralelo com as políticas de modernização no fim do século XVII, ganhando impulso ao longo do século XVIII, levando a movimentos de escolarização e de teorização em torno de uma “pedagogia popular”. O desenvolvimento e a ascensão dessa pedagogia, intrinsecamente ligada ao avanço industrial, fundamenta-se em teóricos como John Amos Comenius³¹⁴ (1592-1670) que em sua obra *Didactica Magna*, publicada originalmente em 1649, propõe romper com uma educação pautada na teologia e em conceitos abstratos, descolados da realidade dos alunos, defendendo, ao contrário, uma aprendizagem baseada na vivência concreta e na materialidade dos educandos. De maneira similar, Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) também escreve suas obras defendendo um modelo educacional que contemple o desenvolvimento simultâneo das esferas intelectual, manual e afetiva, valorizando o “aprender fazendo” enquanto processo que deveria passar do concreto para o abstrato, uma forma de interiorização da realidade.

Essa abordagem caracterizava uma nova forma de pensar aspectos pedagógicos que se alinhavam a formação de sujeitos para um mundo industrial emergente, não apenas no sentido que comumente é analisado, como uma forma de preparação de mão de obra, mas também correspondendo a uma subjetivação desta realidade, de forma universal. Foi Rousseau, em seu *Emílio, ou Da Educação*³¹⁵, publicado em 1762, quem melhor representou um esforço de subjetivação da realidade moderna por meio de uma política pedagógica,

313 KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b, p. 69.

314 COMENIUS, Iohannis Amos. **Didáctica magna**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

315 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979 [1762].

propagando uma educação sob a forma de treinamentos para o desenvolvimento de comportamentos modernos, tal qual uma educação baseada em profundas distinções de gênero, como já descrito.

É a partir de Rousseau que o pensamento pedagógico passa a incorporar um liberalismo estritamente político integrando, em seus escritos, tanto a ordem natural do liberalismo quanto elementos de uma “segunda natureza” capitalista (mesmo sem perceber). Essa dualidade se manifesta na “ditadura da virtude” de Robespierre, onde ressurge uma figura semelhante ao Leviatã de Hobbes, combinando absolutismo e liberalismo, o que possibilitou uma convergência entre os dois modelos na pedagogia popular, limitada a um acesso direcionado aos conhecimentos e a reprodução de técnicas.

O processo de conversão do *Leviatã* em uma máquina estatal, burocratizada, sistematizada e impessoal voltada para a manutenção do processo de valorização do valor, se fez acompanhar pelo desenvolvimento do pensamento pedagógico e de uma moderna “máquina pedagógica”. Bentham (1748-1832) foi quem melhor expressou e buscou fundamentar a materialização, a partir de seu empenho teórico, deste constructo pedagógico moderno, defendendo que o ensino assumisse a forma de um processamento mecânico próprio a uma sociedade industrializada, focado principalmente no disciplinamento dos indivíduos no interior desta forma social:

seria demasiado dispendioso colocar um polícia e um educador atrás de cada pessoa. Além disso, quem haveria de educar os educadores? Em sua dupla qualidade de filósofo da felicidade e da utilidade, Bentham desenvolveu uma contribuição sustentável para a redução de custos pedagógicos e, ao mesmo tempo, otimizou [sic] a lavagem cerebral. A vigilância tinha de ser fácil de cuidar e simples; a longo prazo, o paciente deveria mesmo tornar-se o seu próprio guarda. O mecanismo auto-regulador do mercado tinha de ser completado por uma sociedade auto-reguladora, com indivíduos auto-reguladores. Este é também o secreto significado do imperativo iluminista de Kant de

que o ser humano deve deixar a sua 'imaturidade por culpa própria' e 'usar o seu entendimento sem a orientação de outrem' (Kant 1985/1783, 55). Isto nunca significou outra coisa senão submeter-se ao 'sistema da razão' capitalista não apenas externamente, mas internalizá-lo, tornar-se capitalistamente auto-regulador: cada um o seu próprio polícia, educador, guarda prisional e condutor!³¹⁶

A submissão dos indivíduos a uma forma disciplinar não é possível simplesmente a partir do controle direto por outros indivíduos, ou pela persuasão e punição. Era necessário potencializar as formas de observação e controle para que os indivíduos interiorizassem práticas de autocontrole e auto-vigilância, fazendo uso das instituições e de suas estruturas para uma política de "adestramento". O resultado foi o Panóptico, concebido por Bentham em 1787 e publicado em 1791, idealizando aquilo que seria um espaço de visibilidade e controle total.

No Panóptico, pensado a partir de uma disposição circular das celas na periferia, com divisórias que isolam os presos e o alojamento do inspetor central garantem uma vigilância constante e invisível, criando uma atmosfera de controle e disciplina. Sobre as aplicações possíveis para a sua "The Inspection House":

Para dizer tudo em uma palavra, ver-se-á que ele é aplicável, penso eu, sem exceção, a todos e quaisquer estabelecimentos, nos quais, num espaço não demasiadamente grande para que possa ser controlado ou dirigido a partir de edifícios, queira-se manter sob inspeção um certo número de pessoas. Não importa quão diferentes, ou até mesmo quão opostos, sejam os propósitos: seja o de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria, ou treinar a raça em ascensão no caminho da educação, em uma palavra,

seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara da morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, **ou escolas**³¹⁷.

Para completar seu argumento, Bentham destaca a necessidade de que todos acreditem estar submetidos a uma vigilância constante:

É óbvio que, em todos esses casos, quanto mais constantemente as pessoas a serem inspecionadas estiverem sob a vista das pessoas que devem inspecioná-las, mais perfeitamente o propósito do estabelecimento terá sido alcançado. A perfeição ideal, se esse fosse o objetivo, exigiria que cada pessoa estivesse realmente nessa condição, durante cada momento do tempo. Sendo isso impossível, a próxima coisa a ser desejada é que, em todo momento, ao ver razão para acreditar nisso e ao não ver a possibilidade contrária, ele deveria pensar que está nessa condição³¹⁸.

Bentham deixou, entre outros legados, a construção de uma instituição escolar que, no contexto da modernidade capitalista, se configura como um modelo disciplinar voltado à interiorização dos conhecimentos e, sobretudo, à auto-submissão. Esse processo está tão articulado ao processo de valorização do valor que as próprias instituições devem, em certa medida, se constituir enquanto capitais a serem geridos e dos quais deve ser possível extrair lucros. O alinhamento destas instituições deve proporcionar ainda a construção de uma esfera pública e sistematicamente acrítica de controle total.

O resultado desse construto de legitimação do processo de valorização do valor (a razão iluminista que emerge da formação do ideal do eu no contexto panóptico, pode ser resumido em quatro

317

BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. São Paulo: Autêntica Editora, 2019, p. 13, grifo nosso.

318

Id.

princípios fundamentais: primeiramente, o princípio da visibilidade total, onde a sensação de ser observado, mesmo sem ter certeza disso, leva o indivíduo a controlar seu comportamento, transformando essa vigilância em hábito e lembrando a normalidade do capitalismo. O segundo princípio aborda o isolamento, demonstrando como, mesmo sem barreiras físicas, os indivíduos passam a se perceberem como seres isolados, fruto de um processo que molda sua autoimagem. O terceiro princípio refere-se à objetivação externa dos rastros comportamentais, por meio de dispositivos, estruturas organizacionais e arquitetônicas, que impõem os imperativos capitalistas de forma automática na distribuição dos corpos e espaços. Por fim, o princípio da despersonalização evidencia como a violência e a dominação se tornam mecanismos públicos e simples de operar, onde qualquer indivíduo pode assumir o papel de exercer o controle e a coerção, mesmo que sem preparo inicial para isso³¹⁹. Esse processo encontra respaldo na autogestão do sistema sem a necessidade de uma autoridade central, pois cada indivíduo já está habituado com a coerção e, principalmente, com a auto-coerção.

A conclusão desta construção teórica de legitimação é a submissão total dos indivíduos a forma-social do valor, a ponto de se tornarem independentes do panóptico, pois este já está individualizado em suas próprias constituições enquanto sujeitos modernos. A falta de um sujeito da dominação reflete que o processo de inspeção da coerção corresponde a internalização dos critérios do sistema capitalista, levando a uma constante auto-observação e auto-vigilância dos sujeitos, em um processo de objetificação e reificação para consigo mesmos.

A sociedade contemporânea revela uma racionalidade moderna desprovida de um sujeito autônomo, ancorada na positividade e na ontologização do trabalho, bem como na incessante

319

KURZ, Robert. **O Livro Negro do Capitalismo**: Um canto de despedida da economia de mercado. 1999b.

valorização do capital. Essa lógica não apenas permeia as relações sociais e produtivas, mas também estrutura o sistema educacional moderno que se fundamenta na expectativa de uma formação integral dos indivíduos. Em tal cenário, a educação é vista como instrumento de legitimação e reprodução de valores capitalistas, ao mesmo tempo em que busca desenvolver competências que permitam ao sujeito se adaptar.

A ESCOLA NA SOCIEDADE DO GOZO: A FORMAÇÃO DO EMPREENDEDOR DE SI ENQUANTO RESULTADO DO ESCLARECIMENTO NA ERA DO VALOR

A partir da segunda metade do século XX, o modelo disciplinar moderno passa por mudanças que acompanham um processo de aprofundamento no sentido de uma transformação subjetiva neoliberal, onde a educação é articulada no sentido de uma adaptação para a formação de sujeito plástico e a uma racionalidade neoliberal, como é analisado no primeiro capítulo desta pesquisa. Essa adaptação corresponde não apenas a interiorização de disciplinar, de controle dos corpos e das pulsões — processo que continua a existir — mas a um processo de subjetivação autodisciplinar, onde os indivíduos precisam subjetivar e disciplinar a si mesmos, moldando-se ao ideal de um empreendedor de si.

Essa mudança corresponde à crise estrutural do capitalismo, cujos reflexos recaem sobre os átomos do sistema antropológico de produção: os indivíduos em suas personificações sob a forma de sujeitos do valor, refletindo a crise estrutural do próprio sistema capitalista e sua fase neoliberal. É neste sentido que destacamos a necessidade de compreender esse *continuum* histórico do desenvolvimento moderno de constituição de um ideal formativo e sua

relação com o neoliberalismo. Esse contínuo reflete profundas transformações sócio-antropológicas, a partir das quais a educação disciplinar é sobreposta por aprendizagens articuladas à consolidação de uma economia do gozo, cujo objetivo é a formação de um sujeito adaptado às exigências do mercado — um “empreendedor de si”.

Essas sobreposições à escola moderna aconteceram em um contexto de crise do capitalismo, na qual a educação tradicional caracterizada pela interiorização dos constrangimentos e violências sociais é estratificada por uma nova política formativa marcada pela indiferença, especialmente diante das tecnologias e do consumo. Consequentemente, o século XXI é marcado pela formação de sujeitos que se moldam não apenas para atender às demandas do mercado, mas para que passam a se constituir a partir de uma economia do gozo.

As transformações recentes na educação institucionalizada evidenciam a diluição dos ideais do “progressismo escolar” – nunca plenamente concretizados como um projeto humanista de igualdade social e ascensão da classe operária, apesar da mobilização de grupos em defesa da educação pública como vetor de reformas sociais – em favor de uma lógica formativa voltada à competitividade e à adaptação ao mercado³²⁰, na qual a escola passa a articular-se a um processo de auto investimento contínuo: os indivíduos tornam-se verdadeiras “máquinas de renda”, empenhando-se em aprimorar habilidades, competências e conhecimentos num movimento incessante de autovalorização.

A forma mais bem acabada desta noção de educação é a concepção do processo de formação enquanto capital humano, uma identificação da forma da educação pelas instâncias sociais enquanto elementos intrínsecos às abstrações do valor. Assim como

320

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática**: A revolução escolar iminente. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

o capital, em sua fase de crise, “compra seu futuro à crédito” por meio de investimentos especulativos, a sociedade contemporânea estrutura sua visão de futuro transformando a formação em um investimento. A educação passa a se identificar com a abstração do valor e do dinheiro, vinculando de modo fetichista os conteúdos culturais, artísticos e históricos — ou seja, o conhecimento sistematizado, os saberes formais e toda a cultura intelectual humana³²¹ — a uma compreensão invertida da realidade.

Ao inverter a lógica que separa a educação enquanto direito social da sua função econômica, o direito à formação para o trabalho e para a cidadania transforma-se em preparação para a competição mercadológica. Nesse novo paradigma, a aquisição de habilidades e competências, especialmente as socioemocionais, passa a ser vista como essencial para garantir as condições necessárias a esse processo competitivo, mas recaem principalmente sobre a ideia de um indivíduo que deve *saber ser*, que deve se adaptar e reproduzir, de preferência em escala acelerada, os signos do valor. Esse sujeito deve ser um empreendedor de si.

A ideia de inovação pessoal e as políticas de empreendedorismo permeiam as diretrizes internacionais promovidas pelos organismos multilaterais³²². Esse movimento de globalização e padronização confere às políticas educacionais globais um papel central na disseminação de uma reconfiguração sócio-antropológica dos indivíduos. A educação passa a ser vista como um espaço privilegiado para a formação de subjetividades e comportamentos, de modo que cada indivíduo deve tornar-se o empreendedor de si mesmo, gerenciando-se, sempre articulado a uma concepção profunda de futuro e performance.

321 SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, Autores Associados, 1991.

322 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Por meio das tecnologias gerenciais aplicadas ao campo da educação, a grande política de controle disciplinar passa a ser “refinada” sob a forma de autocontrole, policiamento de si e dos outros sob a lógica da competição enquanto elemento mediador da sociabilidade e da culpabilização individual dos problemas sociais. Por meio da organização e da gestão escolar, essa política de educação empreendedora ganha espaço — um aparato tecnológico gerencial³²³. A política de formação moderna exige a interiorização das lógicas do sistema mercantil, adaptando modos de vida e racionalidades à ordem econômica.

Nesse sentido, como apontam o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (UNESCO, 1998) e o Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação³²⁴, a educação deve promover políticas de “aprender a ser” que moldem indivíduos flexíveis — verdadeiros “sujeitos plásticos”, sujeitos sem sujeito — cujas identidades se sustentam unicamente nas abstrações do valor monetário, reflexo da necessidade de sobrevivência ante à precarização social, à erosão das proteções trabalhistas e à degradação ambiental e humana.

Segundo o mesmo relatório, essas políticas educacionais precisam ser difundidas por parcerias públicos privadas, utilizando da inteligência empresarial de adaptação e enfrentamento das adversidades por meio de um olhar empreendedor, da geração de oportunidades e de renda, da promoção de políticas de igualdade de gênero e de enfrentamento as formas de discriminação. Tais políticas de adaptação e de identificação com signos empresariais e empreendedores permeiam os relatórios e diretrizes de organismos

323 CECHINEL, André; MUELLER, Rafael Rodrigo. **Formação espetacular**: educação em tempos de base nacional comum curricular. Salvador: Editora da Ufba, 2022.

324 UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação 2022**: Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadiladel Monte: Fundación SM, 2022.

multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional³²⁵, cujas medidas redistributivas se alinham às exigências do mercado, e o relatório “A Natureza Mutável do Trabalho” do Banco Mundial³²⁶, que preconiza a aceitação da precarização dos vínculos laborais para a preservação dos postos de trabalho.

Essas diretrizes corporativas, presentes em relatórios do FMI e do Banco Mundial promovem a adaptação ao mercado e aceitam a precarização do trabalho para manter empregos. Cechinel e Mueller já haviam analisado que a “[...] tese por trás das competências socio-emocionais é a de que os sujeitos precisam das instituições educacionais para se adaptar a um contexto de capitalismo neoliberal em crise”³²⁷. Neste sentido, o sujeito não apenas se adapta às exigências do mercado, mas também se posiciona ativamente, incorporando atitudes de inovação, tomada de riscos e autocrítica.

As transformações sociais do capitalismo em crise impuseram à educação moderna uma dupla modalidade de controle: primeiro, por meio de uma internalização superegóica dos constrangimentos e violências sociais – forjando nos indivíduos uma profunda identificação com o Estado e a economia e suprimindo sensibilidades consideradas “inadequadas”, gerando projeções nos outros e criando uma “carapaça” afetiva – e, mais recentemente, por meio de uma educação de submissão pautada não tanto pela coerção explícita, mas pela indiferença, na qual crianças são deixadas à mercê das telas enquanto pais passam a valorizar objetos de consumo em vez de vínculos afetivos, fomentando formações narcísicas alimentadas pelas promessas tecnológicas de onnipotência, liberdade e poder.

325 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório Anual do FMI 2019**: nosso mundo conectado (Síntese). FMI, 2019, p. 15.

326 BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2019**: a natureza mutável do trabalho – visão geral. Washington, 2019.

327 CECHINEL, André; MUELLER, Rafael Rodrigo. **Formação espetacular**: educação em tempos de base nacional comum curricular. Salvador: Editora da Ufba, 2022, p. 182.

As novas gerações de jovens passam a se reconhecer mais nos signos e significados do valor material — sobretudo nos produtos manufaturados — do que nas instâncias sociais tradicionais, como família e escola, que não conseguem rivalizar com o apelo simbólico do consumo³²⁸. Esse predomínio se acentua quando o distanciamento afetivo dos pais (ou de quem lhes faz o papel) abre um vazio emocional, o qual é explorado por uma lógica publicitária pautada na “economia do gozo”: crianças e adolescentes se entregam ao “deus do valor” em busca das dádivas materiais oferecidas pelo consumo, internalizando desde cedo a ideia de que os objetos definem seu status e conferem prazer. A individualização das brincadeiras e a transformação dos jogos, antes socializadores, em mercadorias para uso privativo ilustram como o desejo pelas mercadorias e seu potencial de visibilidade social moldam progressivamente a formação subjetiva dos indivíduos na forma-social moderna.

Ao refletirmos sobre como esses produtos apropriam das subjetividades — potencializados pela exposição constante às telas, que drena o tempo antes dedicado à socialização pública (brincar, convívio familiar), e pela onipotência ilusória do imediatismo tecnológico, um mundo a um toque de distância que nos lembra o castigo de Tântalo³²⁹ — torna-se imprescindível questionar os impactos dessas transformações nas subjetividades. Com base nos estudos de

328 OLIVEIRA, Robson José Feitosa de. **Fetichismo da mercadoria e subjetividade contemporânea**: uma análise psicossocial da crise do potencial de transcendência à realidade imediata no quadro das novas gerações de jovens. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Área de concentração: Psicologia social. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Vieira Severiano.

329 O castigo de Tântalo, que aparece originalmente na Odisseia de Homero (2006) é uma figura da mitologia grega que aparece na , na qual Tântalo foi punido no submundo (Tártaro) a um castigo eterno: ele foi condenado a ficar em um lago raso, cercado por árvores carregadas de frutos. No entanto, sempre que tentava beber a água, ela recuava, e quando tentava pegar os frutos, os galhos se afastavam de seu alcance. Remetendo a frustração eterna e a intangibilidade dos desejos, essa punição foi imposta pelos deuses como punição por seus crimes, que variam conforme a versão do mito, incluindo roubo de ambrosia dos deuses e até mesmo oferecer seu próprio filho como banquete em um teste de onipotência divina.

Jacoby³³⁰, Oliveira³³¹ explica as consequências desse contexto remetem a perda da importância que o tédio exerce no desenvolvimento da imaginação independente e na colonização das concepções de espaço e de tempo da existência. O tédio e, conseqüentemente, a imaginação, desaparecem na medida em que as crianças já possuem seus sonhos definidos em brinquedos e brincadeiras industrializadas, expressando o desejo de crescer rapidamente em um universo de consumo, poder e controle.

Essas transformações resultam não apenas na substituição das formações disciplinares pelo esfacelamento das barreiras ao gozo, à onipotência e às formas de poder — configurando uma adaptação a um eu-ideal — mas também na conversão dos objetos em valores-sígnicos, solidificados pelas relações sociais mediadas pelo mercado. Assim, as novas gerações de jovens tornam-se sujeitos na forma social moderna justamente pela dissolução de quaisquer signos ou significantes que não sejam a abstração do valor, admirando-se, identificando-se e socializando-se através das mercadorias.

Na modernidade produtora de mercadorias, a individualidade e a impossibilidade da existência em harmonia com as formas sociais se manifestam como sofrimento, encontram na produção de mercadorias um novo processo de subjetivação. Os indivíduos não acompanham o movimento de diversificação, individualização e desmassificação da produção. Conseqüentemente, o resultado é um “pseudo-indivíduo”, dependente dos objetos como referências e

330 JACOBY, Russel. **Imagem Imperfeita**: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

331 OLIVEIRA, Robson José Feitosa de. **Fetichismo da mercadoria e subjetividade contemporânea**: uma análise psicossocial da crise do potencial de transcendência à realidade imediata no quadro das novas gerações de jovens. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Área de concentração: Psicologia social. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Vieira Severiano, p. 112.

suportes identitário: “[...] são as mercadorias que são individuais e que passam a possuir pretensa individualidade”³³².

É com base neste processo de consumo de mercadorias que as individualidades são constituídas, retirando prazer e satisfação por meio deste consumo, seja por autoafirmação ou aceitação social, afirmando o ego de um Eu grandioso e onipotente. Essa identificação com os objetos do valor caracteriza uma forma de enfrentar os sentimentos de indiferença que a modernidade constitui, evitando recair no tédio ou em sentimentos de desprazer, aprofundando as tendências narcísicas destes sujeitos.

Freud³³³ Já havia analisado parte deste processo, no início do século XX, quando escreveu sobre o embasamento das individualidades em mercadorias e as consequências para o indivíduo, tencionado tornar-se seu próprio ideal, uma tendência à autoafirmação que se constituiu enquanto um embasamento social. Pensar essa realidade em relação aos processos formativos escolares contemporâneos significa,

A educação dos nossos dias não limita o narcisismo original nem ensina a suportar as frustrações, Sentadas diante dos ecrãs [telas], as crianças desenvolvem fantasmas sem limites. Até mesmo os pais que levam a educação a sério e desejam estruturar o superego dos seus filhos se vêem em contenda com as influências, muitas vezes mais poderosas, que as tecnologias exercem sobre eles, inclusive no quarto. O risco, para as crianças, é falharem o seu ‘nascimento psíquico’, já não encontrarem limites que se oponham ao seu sentimento de onipotência infantil – limites que se encarnam em pessoas vivas e amadas e que ensinam a suportar frustrações e críticas. [...] Numa vida dominada pelas tecnologias audiovisuais, já não se ‘toca’

332 OLIVEIRA, Robson J. F de. **O homem sem qualidades à espera de Godot**: Molière, Musil, Beckett, Macunaíma e o devir vazio da modernidade. São Paulo: Hedra, 2020, p. 124.

333 FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na civilização**. In: Standard brasileira das obras completas Psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

em nada [...] nada nem ninguém as oprime [as crianças], mas foi-lhes roubado o essencial; deste modo, crescem como seres humanos psiquicamente frígidos que não sabem quem é o culpado da sua infelicidade sem nome nem para onde podem dirigir a sua raiva acumulada³³⁴.

A consequência deste processo de uma educação caracterizada pela indiferença e pelo abandono diante dos aparelhos tecnológicos caracteriza um impulso ao narcisismo e aos sentimentos de onipotência, refletindo os aspectos que caracterizam a formação de uma economia do gozo, ou seja, da dissolução das barreiras externas ao ego dos indivíduos. Essa dissolução é apenas uma das etapas dessa economia, a qual os processos formativos contemporâneos buscam se adaptar. Nesse contexto, os indivíduos são cada vez mais incentivados ao *aprender a ser*, que se caracteriza pelo impulso ao movimento constante, ao ser-mais, buscar-mais, ganhar-mais, consumir-mais... um aprender a ser-mais necessário a fundamentação da sociedade na competição enquanto norma de conduta social.

Este processo de incapacidade de projeção para além do tempo presente, de um "lento cancelamento do futuro"³³⁵ estava colocada pela profunda identificação da forma dos sujeitos com a sua realidade externa, caracterizada por uma inversão sob o signo do fetichismo. Oliveira³³⁶ pode perceber, a partir da experiência nas salas de aula, a tendência a um eterno presente, pautado no gozo das

334 EISENBERG, Gotz: **Gewalt, die aus der Kälte kommt**: Amok-Pogrom-Populismus [A violência que veio do frio. Amoque-pogrom-populismo]; Giessen, 2002, p. 217.

335 FISHER, Mark. **Fantasmas da Minha Vida**: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos. São Paulo: Autonomia Literaria, 2022.

336 OLIVEIRA, Robson José Feitosa de. **Fetichismo da mercadoria e subjetividade contemporânea**: uma análise psicossocial da crise do potencial de transcendência à realidade imediata no quadro das novas gerações de jovens. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Área de concentração: Psicologia social. Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Vieira Severiano.

mercadorias e na aceleração própria da contemporaneidade sobre a qual, conseqüentemente, se esvai a capacidade de reflexão, do pensamento profundo e reflexivo, assim como qualquer projeto de um vir-a-ser. Se esvai a capacidade de sonhar e de projetar realidades outras.

O que está sendo colocado é a capacidade que o fetichismo da mercadoria possui de organizar as formas de pensamento tanto da realidade social imediata, quanto da capacidade de imaginar outras configurações sociais. Foi justamente esse cerceamento das realidades outras por meio do comodismo do consumo que deslocou o sentimento de tensão com a realidade para uma identificação profunda com as coisas tornadas mercadorias, ideais de futuro a serem alcançados.

Essas “recompensas narcísicas” reforçam

[que] o próprio não-conformismo com o sistema parece socialmente inútil e a integração a regra, afinal, para cada um tem algo previsto, na verdade, uma mercadoria prevista numa segmentação do mercado em que não haveria mais pretensamente uma massificação ou padronização, mas um desabrochar da individualidade, que não passa de uma (pseudo)individualidade o comodismo do existir na mercadoria³³⁷.

Dentro das satisfações libidinais proporcionadas pela mercadoria se encontra a satisfação imediata em relação às formas de sofrimentos inerentes à submissão dos sujeitos às formas sociais. As mercadorias entorpecem e surgem enquanto o nirvana humano, a realização das utopias, dos sonhos, que pode ser adquirida. É justamente essa realização imediata dos desejos que impede uma reflexão mais profunda da realidade e impõe limites à consciência, que se forma dentro do fetichismo da mercadoria e não reflete nada além dela. Oliveira³³⁸ observa que, ao longo dos anos em sala de

337 Id., p. 138.

338 Id., p. 142.

aula, a progressiva perda da capacidade de criticar, refletir, pensar e almejar uma realidade além dos signos mercadológicos revela um “novo patamar de controle social”: o mal-estar de uma consciência infeliz cede lugar a uma consciência feliz, alimentada pelo gozo do consumo, pela individualidade conferida pelas mercadorias e pela redução das barreiras externas às liberdades satisfatórias e às pulsões, chegando à aceitação do real.

Pensar, refletir, problematizar é fazer mediação, mediação entre o vazio que é o que não se tem, e o que se quer buscar para colocar no lugar do que não se tem. Mas na escola, como na sociedade, pensar parece um tormento, pois pensar é sair de uma condição de conforto ilusório de que tudo se pode ter, de que se é o centro do universo, de que se é o filho mimado da sociedade que como uma mãe vai tudo prover. Se a escola era aquele local de adequação, mesmo que imperfeita, do sujeito ao social, uma representante da Razão moderna, ela agora se vê, tanto quanto a família, em vias de ser ultrapassada pelo social. A forma social contemporânea se vale mais das agências extrafamiliares [...] e extra-educacionais do que da própria educação³³⁹.

Na contemporaneidade, a formação escolar se vincula à concepção social de uma economia do gozo, caracterizada pela exaltação de sentimentos e ideias de onipotência, sobrepondo-se aos modelos disciplinares tradicionais baseados em uma formação edipiana (modelos disciplinares fortes). Na medida em que a educação escolar passa a constituir seus aspectos formativos com base em uma instância de adaptação a forma social baseada no valor, também corresponde a potencialização de uma formação egocêntrica baseada na compreensão da totalidade enquanto extensão das suas pulsões interiores, rompendo as barreiras que eram constituídas entre as pulsões e os compromissos sociais.

É neste contexto que a educação escolar é percebida em uma série de levantamentos de dados como desinteressante para jovens. As soluções surgem sempre no sentido de propor adaptações escolares às expectativas dessa juventude, tornando-as mais flexíveis e atrativas, mesmo que ao custo de promover conteúdos superficiais, moldados para se alinharem aos desejos de consumo. Assim, a educação se transforma em um projeto de adaptação constante, que defende um estado perpétuo de movimento e mudança que, em essência, nada transformam, além da troca contínua de mercadorias e do lançamento de tendências. Consequentemente, da mesma forma que Narciso se afogou no espelho d'água por não reconhecer a própria água, a formação do indivíduo sob a forma-sujeito moderna esbarra nos sentimentos de impotência perante os diversos limites externos ao seu ego, em seu próprio mundo exterior. O resultado desta formação é a constituição de indivíduos com traços narcisistas e borderline, cuja subjetivação decorre da incessante busca pela adequação a um eu ideal, refletindo o perfil do empreendedor de si, próprio da atual forma social do valor. Este sujeito é caracterizado pelo sentimento de impotência e inadaptação, e consequentemente, de não existir no mundo. Este sujeito sente sobretudo raiva e, principalmente, ressentimento, projetando em objetos exteriores as pulsões que busca combater em si mesmo e sem conseguir identificar o objeto do seu ódio, o generaliza em tudo, no intuito de conservar sua frágil constituição psíquica.

Sobre os aspectos da formação moderna:

O problema não é que a educação se tenha tornado demasiado 'livre' e que se deva voltar a uma educação que exerça uma justa 'subtração de prazer' [sic][...]. A educação contemporânea - trata-se, como é óbvio, de uma tendência muito disseminada, que, felizmente, está longe de dizer respeito a todas as famílias - é tão pouco livre como a velha educação e preocupa-se igualmente pouco com o bem-estar das crianças, afora as declarações de fachada. Esta educação prepara simplesmente

as crianças para viverem no 'novo espírito' do capitalismo, cujos valores proclamados, como dissemos, se opõem amiúde aos antigos sem que por isso os indivíduos sejam mais livres ou se sintam mais realizados. Nas duas formas de educação, as pessoas conservam, muitas vezes durante toda a vida, uma recordação submersa dos traumas infantis que podem reactivar-se e desembocar num acto violento ou suicida e, nos casos mais extremos, numa matança de massas³⁴⁰.

Por mais radical e desconfortável que pareça abordar essa problemática no campo da Educação, é imprescindível reconhecer que essa forma extrema de violência, contra si mesmo e contra os "outros" (amoque), é inerente a uma sociedade que fundamenta seus referenciais formativos em abstrações: ao apoiar a educação e os "projetos de vida" no processo cego de valorização do valor e em sua materialização abstrata, o dinheiro, inviabiliza-se a construção de sociabilidades consistentes. Jappe analisou a sobreposição das concepções dos indivíduos definidos por repressões sofridas e interiorizadas, correspondente a uma forma de "sujeitos sem sujeito", onde a instabilidade de uma identidade fragmentada se constituiu como um modelo social:

não foi consequência de um processo social de emancipação; pelo contrário, essa dissolução aboliu o que permitia ainda alguma forma aceitável de relações interpessoais. Na época do capitalismo flexível, os velhos 'caracteres' tornaram-se disfuncionais; [...] Quanto mais o homem é flexível, menos dispõe de valores interiorizados³⁴¹.

É a esta concepção de um vazio de valores interiorizados que as transformações na educação formal têm aprofundado, na medida em que as fases sucessivas da modernidade foram substituindo a

340 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021, p. 275.

341 JAPPE, Anselm. **Uma questão de ponto de vista**: anotações a propósito da crítica do iluminismo, 2003, p. 281.

repressão pelo incentivo aos desejos e ao consumo, impulsionando a constituição narcísica da personalidade. Assim como não há como resgatar um capitalismo “progressista” ou “humanizado”, tampouco políticas educacionais podem, isoladamente, inverter esse quadro ou garantir a superação da destrutividade humana. Certas características da natureza biológica, chamada dentro da Teoria Crítica do Valor de “primeira natureza” são inerentes aos seres humanos em diferentes espacialidades, temporalidades e mesmo em distintas culturas, tal qual os limites às pulsões agressivas e libidinais, assim como a formação do complexo de Édipo e do superego. Neste sentido, a angústia original da separação faz parte da história de cada indivíduo em qualquer contexto sócio-histórico³⁴². Nenhuma reforma educacional ou cultural pode mudar os choques e angústias provenientes da formação do superego e da separação do estado de onipotência primário, ou seja, não se pode simplesmente apagar os aspectos destrutivos inerentes aos seres humanos em sua primeira natureza.

Ao longo da história, diversas sociedades e culturas instituíram mecanismos para controlar as pulsões de morte. A educação e a autoeducação caracterizam parte destas formas de controle, promovendo uma formação que, na Antiguidade, valorizava o domínio das paixões e a aceitação dos limites, e que sofreu diversas transformações, a ponto de na modernidade enfatizar a interiorização dos estrangimentos e das violências como aspecto de controle das pulsões, formas que foram sobrepostas pelo liberalismo de mercado que estilhou estas construções com o objetivo de vender mais mercadorias³⁴³.

Essa política formativa caracteriza um profundo alinhamento a uma fase narcísica da sociedade, em que as pulsões do indivíduo moderno correspondem à incapacidade de reconhecer a existência

342 JAPPE, Anselm. **A Sociedade Autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. São Paulo: Elefante, 2021, p. 193.

343 Id.

de um outro, objetificando toda a realidade em um processo de auto-afirmação do sujeito perante sua forma social mercadológica. Jappe, ao analisar as obras de Lasch, destaca que

Por mais imprecisa que possa ser a concepção que Lasch tem do capitalismo, e por mais discutíveis que sejam as suas referências positivas (trabalho, comunidade, família e até religião), ele desenvolve aqui um argumento muito forte: o capitalismo levou a uma verdadeira regressão antropológica. Destruiu os meios, modestos mas eficazes, com os quais a humanidade procurava, desde há muito, dominar as contradições da vida. O capitalismo destruiu-os com o único fim de vender mercadorias. Para Lasch, o conflito entre pulsões e civilização não é pois redutível às circunstâncias históricas, está enraizado na própria estrutura das pulsões, como esta se manifesta já no recém-nascido. O que muda historicamente e pode constituir um objecto de crítica são as respostas - regressivas ou evolutivas - dadas pelas diferentes civilizações à angústia de origem³⁴⁴.

Essa regressão antropológica — que destrói os mecanismos de controle das contradições entre sujeito e sociedade — coincide, na crise estrutural do capitalismo, com o declínio da educação moderna institucionalizada (criada para atender às exigências da produção e do consumo) e da própria formação humana enquanto sujeitos dessa forma social, refletindo a fragilidade das instituições formativas diante das pressões do valor econômico.

O capitalismo é regressivo na sua própria natureza, acabando inevitavelmente o sujeito capitalista por ser apinhado pelo seu reverso obscuro. É o próprio dinheiro que 'faz amoque'. O capital financeiro, que é uma 'produção de nada a partir de nada' [...] não é a perversão do que teria sido anteriormente um capitalismo 'razoável', é a conclusão lógica do valor e do seu vazio. O sujeito, longe de ser o contrapeso do sistema, entra em declínio com o sistema que o contém: O sujeito contemporâneo decompõe-se³⁴⁵.

344 Id., p. 190.

345 Id., p. 198.

A decomposição do sujeito contemporâneo significa ao mesmo tempo a forma do eu-ideal perseguido pelos sujeitos em seu processo de formação, na medida em que esta formação toma a forma de uma adaptação a um ideal marcado por uma profunda crise categorial, cujos resultados são a dissolução das bases da própria existência dos indivíduos, interna e externamente. Na medida em que a forma de socialização capitalista se difundiu sobre a totalidade da existência (mesmo que em graus distintos), sob a forma vazia do dinheiro como fim em si mesmo e sob os princípios de sociabilidades pautados na concorrência universal, a pulsão de morte própria a subjetividade capitalista surge como última consequência.

Como consequência desse processo surge a figura do “empreendedor de si”, um indivíduo que internaliza a lógica da competição universal e, assim, manifesta a pulsão de morte da sociedade capitalista. Esse fenômeno se exemplifica também no desenvolvimento do conceito de amoque, que resulta da adaptação de toda a realidade aos abstratos princípios da valorização. O processo formativo que o gera pressupõe a supressão de sensibilidades, subjetividades e afetividades, reduzindo-as a um vazio de valor. Assim, não se pode afirmar que o motor dessa competição universal seja a autoafirmação dos indivíduos, na medida em que a realidade se evidencia como pulsão de morte na subjetividade capitalista que se expressa na indiferença tanto pelos outros quanto por si mesmo.

Em seu artigo *A pulsão de morte na concorrência*, Kurz, escreve que os amokes são como instrumentos descontrolados gerados pela competição capitalista, na condição de sujeitos imersos na crise que revelam, em toda a sua plenitude, o que significa ser um sujeito moderno e esclarecido. Podemos pensar o constructo antropológico da contemporaneidade categorizado como “empreendedor de si” a partir dos pressupostos teóricos da Teoria Crítica do Valor, na medida em que

O que Hannah Arendt disse sobre os pressupostos do totalitarismo político é hoje a principal tarefa oficial da escola, a saber: 'Arrancar das mãos o interesse em si próprio', para transformar as crianças em máquinas produtivas abstractas; mais precisamente, 'empresários de si mesmos', portanto sem nenhuma garantia. Essas crianças aprendem que elas precisam sacrificar-se sobre o altar da valorização e ter ainda 'prazer' nisso. Os alunos do primário já são entupidos com psicofármacos para que possam competir no 'vai ou racha'. O resultado é uma psique perturbada de pura insociabilidade, para a qual a auto-afirmação e a autodestruição se tornaram idênticas. É o amoque que necessariamente vem à luz atrás do "automanager" da pós modernidade³⁴⁶.

Essa é a principal definição da educação moderna voltada ao mercado e ao empreendedorismo, por meio dos átomos sociais formados e constituídos sujeitos a partir da forma-sujeito moderna, ou seja, enquanto "empreendedores de si". Sob a forma de uma adaptação a sociabilidade do valor embasada em uma competição desregulamentada onde todos são vistos enquanto competidores sob o culto do valor. O resultado deste processo é a exacerbação da pulsão de morte, seja por meio da perda da sensibilidade com a vida, pela frieza e incapacidade de julgamentos e reflexões aprofundadas, ou mesmo pela falta de consideração direta com o outro, a incapacidade das novas gerações de sentir "mal-estar" perante a destruição da vida, ou mesmo, nos piores casos, de causar a destruição dos outros e de si.

A incompreensão da totalidade social humana no interior do capital é completada pela necessidade de sobrevivência dos indivíduos, que objetivam nos processos formativos modernos uma chance de se adequarem ao eu-ideal do valor, necessário a condição de reconhecimento da existência social no interior da forma social

346

KURZ, Robert. **A pulsão de morte da concorrência**. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 mai. 2002, p. 6.

do valor, processo que escapa a 'esclarecida' crítica da razão iluminista. Refletir essa totalidade a partir da Teoria Crítica do Valor impõe necessidade de uma crítica à escola moderna em sua forma institucional, visto que ela impõe as individualidades a completa sujeição à "racionalização" da existência sob a forma social do valor, por meio de um projeto que legitima o irracional nas premissas históricas e ideológicas do Iluminismo.

FAZER "TÁBULA RASA" DA EDUCAÇÃO? A NECESSIDADE DE UMA CRÍTICA RADICAL AS BASES DO MODERNO PROJETO FORMATIVO ENQUANTO ELEMENTO PARA PENSAR AS FORMAS DO EDUCAR PARA ALÉM DA SOCIEDADE DAS MERCADORIAS

Mas então, o que isso significa para a educação formal e para as formas institucionais da educação na modernidade? Precisamos recusar a escola e seus aspectos formativos, negar que nela existam possibilidades de transformação e de formação? Fazer uma crítica radical da educação a partir dos escritos, conceitos e categorias da Teoria Crítica do Valor significa que nos interessa apenas uma ideia do que a educação pode vir a ser? É por esse caminho que podemos apontar possibilidades e elementos para uma educação que, como assinalam Jeremias³⁴⁷ e Steinmetz³⁴⁸, visa "desfetichizar" ou "desnaturalizar" a condição atual em que

347 JEREMIAS, Talia. **Imanência e Transcendência**: Duas Leituras de Marx e suas implicações para a teoria da educação. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2024.

348 STEINMETZ, Cristiano José. **Formação autofágica e crítica radical**. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2021.

nos encontramos — uma realidade historicamente constituída por camadas de sociabilidades fetichistas.

A partir da análise e crítica da sociabilidade humana, constatamos que a formação dos indivíduos, submetidos a essa estrutura, assume historicamente determinadas configurações no processo educativo, um processo que ocorre dentro de um contexto marcado pelo valor-fetiche, que impõe uma percepção invertida da realidade social. Os indivíduos são subordinados a uma forma-sujeito, à qual precisam se adequar para serem reconhecidos dentro da sociedade, enfrentando a marginalização e a inanição decorrentes dessa exclusão.

Por isso partimos das premissas de Steinmetz³⁴⁹ de que essa forma social e de seus processos de formação devem ser “[...] senão abolidos, ao menos reformulados radicalmente, isto é, desde a raiz”, ou seja, que devemos fazer a defesa de uma concepção de formação para além dos pressupostos ideológicos da modernidade esclarecida. Isso significa confrontar o conceito moderno e positivo de educação enquanto um espaço que tem, dentre as suas premissas, o assujeitamento social:

[...] trata-se muito mais de uma formação para o dissenso do que para o consenso entre os históricos modos de assujeitamento. Destacamos, portanto, que tal premissa parte do pressuposto do negativo como princípio formativo, não de um negativo expresso num objeto perdido a ser recuperado, mas no negativo que emerge hoje da contradição em movimento da presente crise do capitalismo³⁵⁰.

Podemos afirmar que essa crítica à educação institucionalizada não deve buscar seus fundamentos a partir de interesses próprios a uma razão moderna e esclarecida ou objetivar apenas a formação de um sujeito guiado pela apropriação dos conhecimentos

349 Id., p. 111.

350 Id., p. 123.

historicamente acumulados. Ela precisa partir de uma crítica que em sua radicalidade se volte à autocrítica e a uma análise no que toca aos conteúdos e aos artefatos da História, de modo a questionar o que será levado adiante em relação a uma sociedade que supere sua sociabilidade fetichista.

Essa crítica precisa abordar o processo formativo positivado de um sujeito ontologicamente determinado sob os pressupostos do trabalho abstrato, assim como ao projeto de sociedade baseada nos princípios da valorização do valor por meio do trabalho abstrato que a educação moderna busca legitimar³⁵¹. Essa crítica precisa partir do desenvolvimento da própria forma-social moderna, abstrata, auto-fágica, sexual e etnicamente cindida, assim como do próprio constructo teórico moderno e seu ideal de formação humana, voltado à adaptação das individualidades à forma social do valor.

Esse movimento significa a compreensão da necessidade de uma crítica ao processo educacional e a educação escolar embasada em um ideal formativo de sujeito ao molde do esclarecimento iluminista, que tem por base o entrelaçamento do complexo econômico, político e científico que se constituiu pela objetificação das pessoas e do mundo sob a forma do valor. Isso significa refletir sobre a necessidade de outra forma de sociedade e epistemologia, emancipada da lógica de uma objetivação impessoal e desumanizadora — dos próprios princípios do Esclarecimento.

Isso não significa negar os conteúdos e objetos do conhecimento, mas sim a forma como estes estão articulados no interior da sociabilidade estabelecida pelo valor, caracterizando a necessidade de pensar fundamentos intelectuais novos que rompam com o sistema epistemológico de autolegitimação do iluminismo e promovam a superação da pré-história humana. Essa crítica deve nascer de

351

JEREMIAS, Talia. **Imanência e Transcendência**: Duas Leituras de Marx e suas implicações para a teoria da educação. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2024.

uma autocrítica e de uma autossuperação — de um projeto abrangente que abarque todas as esferas do pensamento e da vida —, constituindo uma grande teoria negativa que rompa radicalmente com a modernidade e suas bases produtivas. Trata-se de superar o “falso negativo” que se manifesta como uma crítica cindida e, por fim, de transcender a si mesma³⁵².

Apontando para uma crítica ao que denominou como “formação autofágica”, Steinmetz³⁵³ parte das análises de Kurz³⁵⁴ para estabelecer as bases de tensionamento da educação escolar que abranja as reflexões positivadas das próprias instâncias autorreflexivas do Esclarecimento e da forma-sujeito moderna e sua “autorregeneração”. Em outras palavras, projetar uma outra forma de sujeito a partir das bases do pensamento moderno esclarecido não consegue ser algo mais que um “construto positivo” no interior da lógica social caracterizada pelo fetichismo.

Portanto, a crítica radical deve visar um movimento de auto-crítica e autorreflexão — não apenas como processos individuais, mas também sem se transformar num movimento totalitário que apague as singularidades, limitando a transformação ao interior de outra forma social igualmente irrefletida e incapaz de reconhecer a necessidade de desfetichizar o sujeito e suas formas de sociabilidade. Reduzir a reflexão à própria forma social moderna — às suas categorias legitimadoras e ao sujeito autofágico encarnado na figura do empreendedor de si — torna impossível dar o salto para além da segunda natureza.

352 CECHINEL, André; MUELLER, Rafael Rodrigo. **Formação espetacular**: educação em tempos de base nacional comum curricular. Salvador: Editora da Ufba, 2022.

353 STEINMETZ, Cristiano José. **Formação autofágica e crítica radical**. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2021.

354 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

É justamente por essa limitação imposta pela forma-social que a primeira tarefa da crítica ao capitalismo deve consistir em tirar suas categorias da obviedade tácita, tornando-as explícitas para que possam ser analisadas e criticadas:

Como o horizonte de desenvolvimento capitalista interno se dissipou, já não se pode formular uma oposição emancipatória nas categorias do moderno sistema produtor de mercadorias. Porém, isso também significa que simplesmente não se pode mais lutar contra um inimigo externo facilmente definível (a “classe proprietária”, as “forças reacionárias”, o “imperialismo” das potências estabelecidas há muito tempo, etc.), mas que também a própria forma de sujeito e de ação (constituída à maneira capitalista) está posta em causa. Isso não é só difícil de entender, mas é também difícil de suportar. [...] A forma de sujeito da troca de mercadorias, a transformação de força de trabalho em dinheiro e de capital-dinheiro em mais-valia (lucro) não é questionada no seu “quê” e “porquê”, mas apenas no seu “como” funcional, tal como os cientistas só analisam o “como” das chamadas leis naturais. A primeira dificuldade na crítica categórica do capitalismo consiste, portanto, em retirar essas categorias do seu estatuto de obviedade tácita, tornando-as explícitas e só assim criticáveis³⁵⁵.

Como refletiu Jeremias: “[...] é preciso justamente um processo formativo independente e crítico que dê conta de retirar a consciência individual da sua imediata identificação com a forma social e abra caminhos para uma reconfiguração das práticas de pensamento e ação – inclusive da própria educação”³⁵⁶. É nesse sentido que Steinmetz³⁵⁷ aponta a necessidade de uma crítica capaz

355 KURZ, Robert. **Ler Marx!**: os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI. 2000, p. 20-21.

356 JEREMIAS, Talia. **Imanência e Transcendência**: Duas Leituras de Marx e suas implicações para a teoria da educação. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2024, p. 138.

357 STEINMETZ, Cristiano José. **Formação autofágica e crítica radical**. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2021.

de tensionar as bases da educação escolar moderna. Essa crítica deve articular a análise da “valor-dissociação”³⁵⁸ e a proposta de uma “ontologia negativa”³⁵⁹; uma crítica negativa ao caráter “positivo” que conforma a experiência de atrito do sujeito com objetos artísticos e culturais, bem como com certos conteúdos e saberes históricos sistematizados.

A educação é compreendida historicamente como inerente à existência humana, sendo que qualquer processo de formação passa por um processo educativo biológico ou culturalmente determinado, dirigido intencionalmente ou não. Neste sentido, uma crítica da educação nos termos de uma ontologia negativa, de um pensamento crítico sobre conteúdos e artefatos históricos inseridos num processo de desfetichização, deve deixar claro que nenhum conteúdo pode ser recusado a priori em função da forma social a que se encontra subordinado. É necessário, antes, compreender as relações que tais conteúdos estabelecem com a forma-sujeito moderna.

A educação não existe apenas no interior da forma social moderna, o que não significa que no interior das instituições educativas não surjam espaços de resistência e confronto entre as individualidades e as formas-sociais que dão lugar a estes processos educacionais. Romper com essa lógica significa:

[...] saber em que medida a crítica do Esclarecimento poderia propor a ‘tábula rasa’ da educação e da escola como conteúdos que consistem em técnicas de cultura e produção, [...] ambas podem ser objeto de renovação crítica como ‘questões imediatamente práticas e, portanto, vitais’ que ‘não podem continuar sempre negativas, senão que, em sua negatividade, podem ser simplesmente abolidas’ ou, inversamente, ‘tomadas apenas como algo

358 SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 45, 1996, p. 15-36.

359 KURZ, Robert. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

positivo ou necessário, sendo novamente agregadas e posteriormente desenvolvidas' e que por isso teríamos de abolir aquilo que ambas têm de relação com a sociedade moderna capitalista. [...] para que seja possível abolir estes elementos negativos da prática social e educativa, é preciso justamente um processo formativo independente e crítico que dê conta de retirar a consciência individual da sua imediata identificação com a forma social e abra caminhos para uma reconfiguração das práticas de pensamento e ação – inclusive da própria educação³⁶⁰.

Partindo das conclusões articuladas acima, temos que a crítica radical não se propõe a mobilizar sujeitos determinados em um *a priori* positivo contra a objetivação, mas a revelar, através das lacunas presentes em cada indivíduo, a possibilidade de uma “individualidade organizada”, de modo que os indivíduos possam vir a se tornar conscientes de sua clausura nas formas fetichizadas da modernidade. Somente a partir deste movimento a educação poderá ser pensada para ir além da simples seleção de saberes, estabelecendo uma relação crítica reflexiva e, principalmente, auto-crítica, com os artefatos culturais e históricos construídos ao longo da história, sem os conservar de forma neutra ou panegírica. Ao adotar o papel de contribuir para romper os moldes formais da individualidade, utilizando uma reflexão que se estende tanto ao âmbito pessoal quanto ao coletivo, a educação pode contribuir para um ir além da sociedade capitalista, rompendo com o fetichismo e fundamentando uma comunicação direta que possibilite a organização consciente da sociabilidade em uma ação coletiva.

Ao reconhecer que somos seres condicionados, abre-se a possibilidade de um esforço crítico que mostre que essa condição não nos determina; antes, permite um vir a ser que ultrapassa a mera reprodução da forma fetichista que nos constitui. A consciência da

360

JEREMIAS, Talia. **Imanência e Transcendência**: Duas Leituras de Marx e suas implicações para a teoria da educação. 2024. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, 2024, p. 137-138.

nossa incompletude, aliada à necessidade de uma busca contínua por uma auto-referência ampliada, pode promover a superação da dicotomia sujeito-objeto que atualmente molda a formação dos indivíduos. Essa divisão fundamenta-se na objetificação das individualidades e da realidade que nos constitui, ou seja, nossa primeira natureza biológica. Ao transcender essa dualidade, abre-se uma brecha para que os sujeitos possam se recriar de forma consciente e autônoma.

Compreender a formação humana e os fetiches que moldam a nossa existência é fundamental para romper com os limites impostos pela sociabilidade estabelecida pelo movimento de valorização do valor. Assim, a revolução contra a constituição fetichista se revela como a supressão emancipatória do sujeito, abrindo caminho para uma transformação profunda das concepções que temos sobre educação, formação e da nossa própria forma-social.



5

CONCLUSÃO

Este livro tem por intuito compreender a formação do sujeito da racionalidade neoliberal à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Crítica do Valor. Primeiramente procuramos demonstrar que o capitalismo, em sua fase de crise estrutural, estabelece um modelo formativo próprio para lidar com a realidade neoliberal. Esse modelo depende da submissão das individualidades a uma forma-sujeito que não apenas foi adaptada a um contexto marcado pela fragmentação e fluidez característicos do neoliberalismo, mas que também passou a contribuir ativamente para sua manutenção, interiorizando este modo de ser. Esse sujeito, desprovido de ancoragens simbólicas, se tornou tão abstrato e vazio quanto o valor e as mercadorias que o sustentam, o que passou a refletir (nas análises teóricas mobilizadas) a formação de uma racionalidade neoliberal orientada a valorização do valor, tendo por resultado o empreendedor de si enquanto um ideal do eu, que caracteriza o que compreendemos como um referente.

Em um segundo momento, buscamos demonstrar a necessidade de compreender esse constructo teórico-antropológico (o sujeito da racionalidade neoliberal, que assume a forma de um empreendedor de si como ideal e referente) a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*). Esse movimento foi necessário para evidenciar a importância de uma crítica à modernidade e ao referente moderno que vá além da simples mobilização de seus aspectos formativos positivados pelos princípios do Esclarecimento como um fim em si mesmo. Buscamos questionar a ideia de um sujeito pré-determinado, tanto pela ontologização do trabalho em sua forma moderna, produtiva e abstrata, quanto pela concepção de elementos positivos em sua constituição. Além disso, problematizamos a crença equivocada de que os aspectos formativos da modernidade, uma vez institucionalizados, poderiam conduzir a uma mudança social capaz de superar as injustiças e desigualdades que lhes são inerentes. Esses mesmos aspectos

operam em um movimento de auto-legitimação, adaptando o corpo social às necessidades de sustentação do abstrato processo de valorização do valor.

Foi a partir deste movimento que compreendemos a gênese do sujeito da racionalidade neoliberal - descrito e analisado como empreendedor de si - a partir dos fundamentos conceituais da Teoria Crítica do Valor (*Wertkritik*).

No primeiro capítulo identificamos a concepção de formação inerente ao sujeito neoliberal enquanto um equivalente geral da racionalidade moderna, primeiramente compreendendo que as origens e o desenvolvimento dos projetos teóricos que vão dar forma ao novo liberalismo e ao neoliberalismo, destacando a influência do ordoliberalismo alemão e do pensamento neoliberal norte-americanas nestas correntes teóricas. Foram estes projetos, apesar de suas diferenças, que convergiram para uma lógica que articula a intervenção do Estado com a preservação da liberdade de mercado, tendo por base a constituição de um constructo socioantropológico que assume a forma de um *homo economicus*, ou seja, de sujeitos adaptados a forma-social moderna que passam a raciocinar suas realidades sobre os princípios da eficiência e do cálculo monetário, abrangendo neste projeto desde suas rendas salariais até a forma como se relacionam no mais íntimo de suas vidas.

É neste sentido que o neoliberalismo em sua forma contemporânea toma forma e passa a representar uma forma de organização da realidade humana não apenas pela reconfiguração do social e das instituições (que passam a se articular em prol de garantir que o processo capitalista continue a operar garantindo seus riscos), mas principal formação da racionalidade humana (subjetividade contábil) e da psique dos indivíduos, caracterizando novas formas de dominação marcadas pela impessoalidade, o que marca a inovação do neoliberalismo em relação ao liberalismo. O neoliberalismo é uma forma

do moderno sistema produtor de mercadorias responder às crises estruturais inerentes ao seu funcionamento, não apenas por meio da desregulação, privatização e redução das políticas de proteção social, mas principalmente a partir desta racionalidade que perpassa tanto o Estado quanto os sujeitos. Essa mesma racionalidade leva a adoção de práticas gerenciais e normativas de mercado e reconfigurando a relação entre governo e sujeitos sob a forma de uma racionalização burocrática, onde os indivíduos se adaptam a uma cultura de concorrência e eficiência pelos mecanismos de autocontrole e autoavaliação.

O sujeito constituído pela racionalidade neoliberal se caracteriza por um processo histórico longo e contraditório, onde os indivíduos passaram a introduzir tanto as normas quanto uma racionalidade própria, que conduziu a uma perspectiva individualista e permitiu que o sujeito se voltasse a sua autoformação e a sua autodisciplinarização, se adaptando a existência caracterizada por uma economia de mercado. Inicialmente assumindo a forma de um *homo economicus* personificado na forma de um capital humano, esse constructo teórico de um referente da forma-sujeito evoluiu para se adaptarem a um ambiente autorregulado pelo mercado e consequentemente sua constante reformulação. A consequência deste processo adaptativo sobre um referente da forma-sujeito se converteu na forma de um "homem empresarial", um sujeito que busca valorizar seu próprio capital continuamente, a partir do empreendedorismo de si, levando a uma busca pela superação constante dos seus limites, tanto no trabalho quanto no consumo, o que leva a superação da mera disciplina e promove a incorporação de práticas agem a partir dos desejos individuais e da necessidade de aceitação social dos sujeitos, levando a integração das lógicas racionais mercadológicas a todas as esferas da vida.

Consequentemente o neoliberalismo passa a demandar uma ampla política educacional que leva a emergência de um

homo discentis, articulando práticas educacionais a um projeto de aprendizagem contínua e de investimentos na formação de um sujeito plástico envolvido pela internalização de práticas de autoavaliação e de gestão que moldam o sujeito para se comportar como um empreendedor de si mesmo. Os conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo desta política de formação se traduzem em investimentos contínuos dos indivíduos em si mesmos, proporcionando não apenas a adaptação, mas também elementos de investimentos em seu próprio capital que os diferenciam no jogo das competitividades.

São estes elementos que passam a embasar as políticas públicas educacionais de diversos países, as quais pudemos analisar a partir de organismos internacionais (como OCDE, FMI e BM), que influenciaram reformas educacionais, orientando-as para uma lógica de eficiência, governança e meritocracia, onde a educação é entendida como um investimento que visa fortalecer o desenvolvimento econômico por meio dos comportamentos e as práticas dos sujeitos. Essas técnicas de gestão e controle são implementadas nas instituições educacionais por meio do alinhamento da organização curricular e da formação de professores aos princípios neoliberais. Como resultado desta política educacional podemos constatar a formação de sujeitos autogerenciáveis e competitivos, moldados por técnicas de uma neogestão e por políticas que priorizam a formação de sujeitos autogerenciáveis e empreendedores de si mesmos, formados para a adaptação à realidade de precarização e desregulamentação de um capitalismo em crise, interiorizando a forma-sujeito da competição inerentes a essa realidade social.

No segundo capítulo, apontamos a necessidade de uma crítica categorial a essa política formativa contemporânea e a necessidade de uma superação desta forma-sujeito moderna que assume contrastes neoliberais, compreendendo os fundamentos da Teoria Crítica do Valor, bem como a concepção desta forma-sujeito

a partir destes fundamentos. Compreendemos que a modernidade capitalista opera por meio de uma racionalidade “Esclarecida” que subordina os artefatos culturais da humanidade a forma-social do valor, na busca de dar materialidade a abstração do valor e seu processo de valorização, submetendo ao seu processo tudo o que toca, principalmente os indivíduos e suas formas de sociabilidade. É neste sentido que destacamos a importância que as análises dos escritos da *Wertkritik* tiveram a essa pesquisa, na medida em que nos proporcionaram a concepção de que compreender o sujeito da racionalidade neoliberal a partir de seus pressupostos equivale a uma necessidade de negar e superar a sua forma, que é constituída a imagem do processo produtivo moderno, garantindo não apenas a sustentação deste projeto, como também possibilitando sua legitimação.

No interior deste projeto, a forma-sujeito moderna está caracterizada por uma abstração que dissocia o indivíduo de suas qualidades reais e sensíveis, impondo uma identidade que se resume ao valor e ao fetichismo enquanto uma totalidade que dominam as relações sociais, reduzindo o indivíduo a um eu abstrato, assim como à sua forma social. Evidenciamos portanto a fusão entre a subjetividade e a lógica do valor, onde o ego se projeta no mundo, mas permanece vazio e solitário, caracterizando a substituição da experiência por vivências imediatistas, o que termina por reforçar a alienação do sujeito em sua própria forma. Compreendemos ainda que na contemporaneidade o sujeito moderno (formado pela socialização do valor) entra em colapso interno na medida que o capitalismo e a sociedade produtora de mercadorias passam a enfrentar crises estruturais, fazendo com que a concorrência que se generaliza enquanto norma de conduta leve a marginalização e a formas de violência que se voltam para os outros (objetos) e para o próprio “eu”, resultando em ódio e ressentimento que levam à autodestruição dos próprios indivíduos presos no interior da forma-sujeito.

No terceiro capítulo, analisamos como se desenvolveu historicamente a concepção de formação resultante da modernidade, o que nos proporcionou entender que a educação moderna surge articulada ao projeto da modernidade como ferramenta ideológica que perpetua a lógica do valor, com o objetivo de preparar os indivíduos para a autossubmissão e para a produtividade capitalista sob o invólucro ideológico do progresso.

Por fim, destacamos que analisar a forma sujeito da racionalidade neoliberal e seus processos formativos a partir dos fundamentos da Teoria Crítica do Valor, significa compreender que uma crítica a esse projeto precisa se dar por meio de uma crítica radical às bases epistemológicas e filosóficas do Esclarecimento, superando a abstração, o fetichismo e a forma-sujeito sem simplesmente descartar os conteúdos históricos, mas os ressignificando no sentido de uma outra realidade, ou seja, os conteúdos e conquistas históricas devem ser levados em conta. Esse processo se completa quando atinge a capacidade de se constituir em uma autocrítica, fundamental para uma teoria negativa que, ao dismantelar o pensamento iluminista, permita a reflexão sobre novas formas de ser e agir.

Compreender o sujeito da racionalidade neoliberal a partir dos pressupostos da Teoria Crítica do Valor revela a necessidade de uma crítica abrangente da modernidade. Essa crítica envolve não apenas o constructo teórico de legitimação do Esclarecimento, mas também os elementos teórico-metodológicos que sustentam uma política educacional moderna institucionalizada que desenvolveu por referente a concepção de um empreendedor de si, onde a forma-sujeito do valor se cola tão diretamente a cara que os indivíduos não conseguem mais sequer sonhar com uma realidade outra que não esteja baseada no movimento de valorização do valor e no conforto imediato do consumo de mercadorias. Nesse contexto, os

sujeitos formados por essas práticas buscam formas de consciência que, paradoxalmente, permanecem limitadas pela irracionalidade inerente à própria organização social moderna.

Entretanto, essa análise não implica na negação da educação e de seu potencial, mas sim no reconhecimento de que as práticas educacionais devem ser repensadas à luz de uma realidade social que ultrapasse as bases do capitalismo (trabalho abstrato, mercadoria, dinheiro e tempo). A educação precisa passar por uma crítica radical que assume a forma de uma “tábula rasa”³⁶¹, onde seus elementos devem ser pensados criticamente no sentido do que deve ser suprimido (elementos negativos do valor) e o que deve ser levado adiante para pensarmos uma forma social livre das amarras das formações sociais fetichistas que historicamente moldaram a sociedade, mesmo que estes elementos sejam levados adiante no sentido de serem convertidos em “monumentos negativos”.

Refletir sobre um “vir a ser” da humanidade não significa de maneira nenhuma um retorno ao passado, ou apontamento de formas românticas do pensamento, senão que seguir apoiados na crítica categorial da *Wertkritik* para apontar que o salto adiante deve se dar a partir das potencialidades adquiridas até o presente. Afirmamos que a educação é indispensável para qualquer projeção de um vir a ser da humanidade, que se dará na forma de um salto adiante, levando conosco aquilo que adquirimos e que nos constituiu, mesmo que seja para expor os artefatos culturais da modernidade no museu da “pré-história humana” e os conteúdos teóricos, filosóficos e epistemológicos que constituem as bases do pensamento moderno nos livros (ou o que quer que venha a ser o suporte do pensamento humano) sobre o “pensar humano do passado”, no

361

KURZ, Robert. **Razão sangrenta:** ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

qual deve constar a própria Teoria Crítica do Valor enquanto um elemento que precisa passar por uma autocrítica profunda e, em alguma medida, ser superada.

Nada disso será possível sem pensarmos, a partir de nossas individualidades socialmente organizadas em formas outras de educação, formas essas inerentes às possibilidades de uma autocrítica profunda, principalmente daquilo que consideramos formas esclarecidas e racionais do nosso próprio pensamento.



www.pimentacultural.com

A moderna máquina pedagógica

uma análise do empreendedor
de si enquanto uma forma-social
à luz da Teoria Crítica do Valor (Wertkritik)

S É R I E
antivalor

